

1 INFORMAÇÕES GERAIS

(a) Objeto social

A Ambev S.A. (referida como “Companhia”, “Ambev” ou “Controladora”), em conjunto com suas controladas (“Grupo” ou “Consolidado”), com sede em São Paulo - SP, tem por objeto, diretamente ou por meio da participação em outras sociedades, produzir e comercializar cervejas, chopes, refrigerantes, outras bebidas, malte e alimentos em geral, além da publicidade de produtos seus e de terceiros, o comércio de materiais de promoção e propaganda e a exploração, direta ou indireta, de bares, restaurantes, lanchonetes e similares, entre outros.

A Companhia tem suas ações e ADRs (American Depositary Receipts) negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão sob o código “ABEV3” e na Bolsa de Nova Iorque (*New York Stock Exchange*-NYSE) sob o código “ABEV”, respectivamente.

Os acionistas controladores diretos da Companhia são a Interbrew International B.V. (“ITW International”), a AmBrew S.à.r.l. (“Ambrew”), ambas subsidiárias da Anheuser-Busch InBev N.V. (“AB InBev”), e a Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência (“Fundação Zerrenner”).

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas, em forma definitiva, pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2022.

(b) Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade

Considerando a natureza das operações da Companhia, existe uma exposição inerente a certos riscos relacionados com as mudanças climáticas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração considerou como principais riscos os destacados a seguir:

(i) Preços das *Commodities*

Existe uma preocupação crescente de que o nível atual de dióxido de carbono e outros gases de efeito estufa na atmosfera tenham impactos adversos nas temperaturas globais, nos padrões climáticos e na frequência e gravidade de climas extremos e desastres naturais. Caso tal mudança climática tenha um efeito negativo sobre a produtividade agrícola, podemos estar sujeitos a uma menor disponibilidade ou preços menos favoráveis para certas *commodities* agrícolas que são necessárias para nossos produtos, como cevada, lúpulo, açúcar e milho. Além disso, as expectativas públicas de reduções nas emissões de gases de efeito estufa podem resultar em aumento dos custos de energia, transporte e matérias-primas e podem exigir que façamos investimentos adicionais em instalações e equipamentos devido ao aumento das pressões regulatórias. Como resultado, os efeitos das mudanças climáticas podem ter um impacto material adverso de longo prazo em nossos negócios e resultados operacionais.

(ii) Crise hídrica

Também enfrentamos riscos de escassez e qualidade da água. A disponibilidade de água potável é um recurso limitado em muitas partes do mundo, enfrentando desafios sem precedentes das mudanças climáticas e a resultante mudança nos padrões de precipitação e na frequência de climas extremos, superexploração, poluição crescente e má gestão da água. Implementamos uma estratégia interna para reduzir consideravelmente o uso de água em nossas plantas operacionais. No entanto, à medida que a demanda por água continua a aumentar em todo o mundo e à medida que a água se torna mais escassa e a qualidade da água disponível se deteriora, podemos ser afetados pelo aumento dos custos de produção ou restrições de capacidade, o que pode afetar adversamente nossos negócios e resultados operacionais.

Anunciamos Objetivos de Sustentabilidade focados em agricultura inteligente, gestão da água, embalagens circulares, ação climática e empreendedorismo. Se não conseguirmos atingir esses objetivos por qualquer motivo, existe o risco de danos à reputação, bem como potenciais litígios envolvendo *greenwashing*.

(iii) Legislação ambiental

Nossas operações estão sujeitas a regulamentos ambientais e de segurança, que podem nos expor a custos significativos de conformidade e litígios relacionados a questões ambientais.

Nossas operações estão sujeitas a uma ampla gama de leis e regulamentações federais, estaduais e municipais de segurança e meio ambiente no Brasil relacionadas a licenças ou autorizações necessárias para nossos negócios, bem como uso de recursos hídricos e gestão de resíduos sólidos e obrigações de esquema de recolhimento.

Nossas atividades requerem a constante obtenção e renovação de licenças ambientais, das quais dependem a instalação e operação das unidades produtivas. Dificuldades técnicas ou descumprimento dos prazos de renovação das licenças e das exigências dos órgãos ambientais podem ter efeitos adversos em nossos negócios, pois podemos estar sujeitos à aplicação de multas sucessivas, interrupção das atividades ou desligamento de unidades, conforme o caso (pior caso cenário). Isso pode afetar adversamente nossa imagem, resultados operacionais e condição financeira. À medida que as leis ambientais e sua aplicação se tornaram cada vez mais rigorosas, nossos gastos para atender às exigências ambientais podem aumentar substancialmente no futuro.

O descumprimento dessas leis e regulamentos pode resultar na revogação de licenças e suspensão de nossas atividades ou no pagamento de custos de reparação

ambiental, que podem ser substanciais, bem como responsabilidades cíveis, administrativas e criminais.

Embora tenhamos orçado para despesas futuras de capital e operacionais para manter a conformidade com as leis e regulamentações ambientais, não podemos garantir que não incorreremos em responsabilidade ambiental substancial ou que as leis e regulamentações ambientais aplicáveis não mudarão ou se tornarão mais rigorosas no futuro e, conseqüentemente, afetar negativamente nossos resultados operacionais.

(c) Principais eventos ocorridos em 2021 e 2020

Impactos COVID-19

O surto do novo coronavírus (SARS-CoV-2), ou COVID-19, em escala global aumentou a volatilidade dos mercados nacional e internacional e vem afetando as economias dos países nos quais atuamos e, conseqüentemente, os resultados de nossas operações. A resposta à pandemia da COVID-19 desenvolveu-se rapidamente em todo o globo, de maneira fluida e incerta: além de quarentenas voluntárias e, em alguns casos, obrigatórias, foram também determinadas paralisações e restrições a viagens e atividades comerciais, sociais, dentre outras, bem como a proibição de distribuição, venda e consumo de bebida alcoólica em alguns países em que operamos, afetando diretamente nossa capacidade de comercialização e disponibilização de produtos e a demanda final dos consumidores pelos nossos produtos.

O impacto da pandemia em nossas operações e as restrições impostas por cada governo como resposta geraram, principalmente a partir de março de 2020, mudanças significativas na dinâmica de mercado tanto no canal de vendas *off-trade*, composto por supermercados e semelhantes, quanto no canal *on-trade*, composto por bares e restaurantes. Nos países que apresentam maior nível de renda, mercado de cerveja mais maduro e maior peso do canal de vendas *off-trade*, como o Canadá, o impacto negativo sobre o volume de vendas tem sido menor. Já nos países com menor nível de renda e menor maturidade do mercado de cerveja, a tendência do volume varia de acordo com a segmentação do mercado entre os canais *on-trade* e *off-trade*, de modo que observamos maior redução de volume quanto maior for o peso do canal *on-trade*. Em todos os casos, quanto mais severas as restrições à comercialização e consumo de nossos produtos, maior a redução de volume, motivo pelo qual a Bolívia e o Panamá estão entre os países mais afetados. Por outro lado, observamos em todos os países em que operamos um aumento das vendas via *e-commerce*, ainda que esse canal represente somente uma pequena parcela do volume total da Companhia.

Ao longo do ano de 2021, a Companhia estava mais preparada para lidar com desafios persistentes relacionados à COVID-19 em comparação ao ano anterior. A consistência na implementação da estratégia da Companhia, em um contexto de

relaxamento incipiente de restrições em algumas regiões, levou a uma gradual melhora da tendência de volume na maior parte de nossas operações, especialmente no Brasil gerando atingimentos altos de volumes e forte crescimento da receita líquida sobre bases comparáveis desafiadoras de 2020 e até mesmo 2019, onde não existia o enfrentamento da pandemia. Contudo, ainda há incerteza quanto à sua duração, à possibilidade de qualquer intervenção governamental ou à imposição de outras medidas, bem como quanto aos efeitos econômicos no mercado financeiro, taxas de câmbio, dentre outros. Quaisquer impactos podem resultar em efeito material adverso para os nossos negócios, liquidez, condição financeira e resultados de operações. No entanto, estamos administrando com disciplina nossos recursos de liquidez e capital. Dessa forma, a administração conclui que não há dúvidas sobre a capacidade da Companhia em continuar com suas operações.

Conforme requerido pelo IAS 1 / CPC 26 - *Apresentação das Demonstrações Contábeis*, a Administração da Companhia atualizou as análises sobre o impacto da pandemia de COVID-19, considerando a data base de 31 de dezembro de 2021, que envolveu, principalmente, (i) a revisão das premissas do teste anual de *impairment*, conforme descrito na Nota 14 - *Ágio*, (ii) análise de eventuais perdas de crédito e obsolescência de estoques, (iii) análise da recuperabilidade de impostos diferidos, (iv) avaliação das estimativas relevantes utilizadas na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, entre outras análises.

Eventuais impactos derivados dessas análises estão refletidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e divulgados nas notas explicativas. Adicionalmente, em virtude das ações de proteção de seus funcionários e as doações realizadas, a Companhia incorreu em despesas não usuais que totalizaram, em 31 de dezembro de 2021, R\$134.276 conforme demonstrado na Nota 24 - *Itens não usuais*.

Programa de recompra de ações

Em reunião realizada no dia 18 de março de 2021, o Conselho de Administração aprovou, nos termos do art. 30, §1º, “b”, da Lei nº 6.404/76 e da Instrução CVM nº 567/15, programa de recompra de ações de emissão da própria Companhia (“Programa”) até o limite de 5.700.000 ações ordinárias, com o principal objetivo de fazer frente à entrega de ações no âmbito dos planos de remuneração baseados em ações da Companhia, podendo ainda ser mantidas em tesouraria, canceladas e/ou alienadas posteriormente. O Programa deverá se encerrar até 18 de setembro de 2022, conforme detalhado juntamente com as demais informações a seu respeito no Comunicado sobre Negociação de Ações de Própria Emissão, elaborado nos termos do Anexo 30-XXXVI da Instrução CVM nº 480/09 e divulgado em 18 de março de 2021. A Companhia tem 4.357.308.131 ações em circulação, conforme definido na Instrução CVM nº 567/15. A aquisição realizada no exercício de 2021, no âmbito deste Programa, foi realizada a débito da conta de reservas de capital registrada no balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2020. A operação foi realizada, no exercício de 2021, por meio das seguintes instituições financeiras: UBS Brasil

Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Itaú Corretora de Valores S.A..

Renegociação do acordo de acionistas da Tenedora

A Companhia e a E. León Jimenes, S.A. (“ELJ”), na qualidade de acionistas da Tenedora CND, S.A. (“Tenedora”) - holding com sede na República Dominicana, titular de quase a totalidade da Cervecería Nacional Dominicana, S.A. - celebraram, em 02 de Julho de 2020, o segundo aditivo ao Acordo de Acionistas da Tenedora (“Acordo de Acionistas”), visando estender sua parceria no país, postergando, para tanto, o prazo para exercício das opções de compra e venda previstas no referido Acordo de Acionistas. A ELJ atualmente é detentora de 15% das ações da Tenedora e sua opção de venda passou a ser dividida em duas tranches: (i) Tranche A, correspondente a 12,11% das ações, exercível em 2022, 2023 e 2024; e (ii) Tranche B, correspondente a 2,89% das ações, exercível a partir de 2026. A Companhia, por sua vez, possui opção de compra das ações Tranche A, exercível a partir de 2021, e das ações Tranche B, exercível a partir de 2029. Até 31 de dezembro de 2021 não ocorreram exercícios dessas opções. O detalhamento das premissas utilizadas para essa opção está descrito na Nota 29 (item IV (d)).

Contrato de distribuição Cervecería Chile S.A.

Em 16 de agosto de 2020, a Cervecería Chile S.A., subsidiária da Companhia no Chile, celebrou um contrato de distribuição de longo prazo com Embotelladora Andina S.A., Coca-Cola Embonor S.A. e Embotelladora Iquique S.A. (as “Distribuidoras”), por meio do qual concedeu o direito às Distribuidoras de vender e distribuir certas marcas do portfólio da Companhia com exclusividade em determinadas zonas e canais de venda do Chile.

Prorrogação do contrato com PepsiCo Bolívia

O contrato de longo prazo com a PepsiCo, segundo o qual a Cervecería Boliviana Nacional, subsidiária da Companhia na Bolívia, detém o direito exclusivo para produzir, vender e distribuir certas marcas do portfólio da PepsiCo na Bolívia, foi aditado em 1º junho de 2020, para prorrogar o prazo por mais 10 anos e para refletir determinadas alterações no acordo comercial entre as partes.

Novas aquisições

Em 22 de janeiro de 2020, adquirimos a G&W Distilling Inc., empresa que produz um portfólio de bebidas alcoólicas prontas para consumo (*ready-to-drink*), por meio de nossa subsidiária Labatt Brewing Company Limited.

Ao longo do ano de 2021 a Companhia realizou outras aquisições e investimentos não materiais.

Contratos de troca de resultados de fluxos financeiros futuros - *Equity Swap*

Em 13 de maio de 2020 e em 9 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração da Ambev aprovou a celebração de contratos de *equity swap*, sem impacto na liquidação, no prazo regulamentar, dos contratos de *equity swap* que ainda estavam em vigor na data de cada deliberação. A liquidação desses contratos de *equity swap* deveria ocorrer no prazo máximo de 18 meses a contar da data da respectiva aprovação, sendo que tais contratos poderiam acarretar exposição em até 65 milhões de ações ordinárias (do qual parte ou a totalidade poderia ser por meio de ADRs), com valor limite de até R\$1,0 bilhão, para os contratos aprovados em 13 de maio de 2020 e, 80 milhões de ações ordinárias (do qual parte ou a totalidade poderia ser por meio de ADRs), com valor limite de até R\$1,2 bilhão, para os contratos aprovados em 9 de dezembro de 2020. Os referidos contratos foram liquidados no decorrer do ano de 2021, bem como não há qualquer saldo ou pendência decorrente de *equity swap* em 31 de dezembro de 2021.

2 DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando-se a base contábil de continuidade operacional e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), em vigor em 31 de dezembro de 2021, e divulgam todas as informações relevantes, e somente elas, que estão consistentes com as informações utilizadas pela administração no desempenho de suas funções.

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas e de forma suplementar para fins de IFRS. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - *Demonstração do Valor Adicionado*.

3 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Não ocorreram mudanças significativas nas políticas contábeis das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2021, bem como nos métodos de cálculos utilizados em relação àqueles apresentados nas demonstrações contábeis anuais individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

(a) Base de preparação e mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (“R\$”), exceto quando mencionado de outra forma, arredondados para o milhar mais próximo indicado. O critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor recuperável.

(b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente

Não houve novas normas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, para a preparação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Outras normas, interpretações e alterações às normas

Não há outras normas, alterações de normas e/ou interpretações que não estão em vigor e que a Companhia espera que tenham um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

(c) Demonstrações contábeis individuais

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram feitos, em ambas as demonstrações contábeis, os mesmos ajustes de prática quando da adoção das IFRS e dos CPCs.

(d) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis das controladas, negócios em conjunto e coligadas utilizadas nas demonstrações contábeis consolidadas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação da Ambev, aplicando práticas contábeis idênticas.

Todas as transações, saldos e ganhos ou perdas não realizadas em transações entre empresas do grupo foram eliminadas.

Controladas

A Companhia controla uma entidade quando ela está exposta ou tem direito a retornos variáveis em decorrência de seu envolvimento com a entidade e é capaz de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a entidade. Na determinação de controle, potenciais direitos de voto são levados em conta. Presume-se a existência de controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, mais de metade dos direitos de

voto (o que nem sempre equivale à participação econômica), a menos que possa ser demonstrado que essa participação não constitui controle.

As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido pela Companhia, exceto quando aplicada a prática contábil do custo precedente para transferência do controle comum. A consolidação é interrompida a partir da data em que esse controle deixa de existir.

A Ambev usa o método de alocação contábil do custo do investimento para registrar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Ambev. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos/assumidos em uma combinação de negócios são reconhecidos inicialmente pelos seus valores justos, na data da aquisição. A Ambev reconhece a participação de não controladores na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional à participação dos não controladores no valor justo dos ativos líquidos adquiridos. A mensuração da participação de não controladores é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso: (i) da contraprestação transferida; (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e (iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando a soma dos três itens acima for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma redução ao valor recuperável (*impairment*) do ativo transferido.

Negócios em conjunto

Negócios em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os negócios em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Combinação de negócios envolvendo entidades sob controle comum

Combinações de negócios entre entidades sob controle comum ainda não foram abordadas especificamente pelos IFRS's ou CPCs. A IFRS 3/CPC 15(R1) -

Combinação de Negócios é o pronunciamento que se aplica a combinações de negócios, porém explicitamente exclui do seu escopo as combinações de negócios entre entidades sob controle comum.

i) Custo precedente

Conforme permitido pela IAS 8/CPC 23 - *Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro*, a Administração adotou uma prática contábil em linha com os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos nos Estados Unidos e no Reino Unido (USGAAP - *Generally Accepted Accounting Principles (United States)* e UKGAAP - *Generally Accepted Accounting Principles (United Kingdom)*), a prática do custo precedente para registro do valor contábil do ativo recebido, tal como registrado pela controladora.

A prática contábil do custo precedente prevê que ao contabilizar uma transferência de ativos entre entidades sob controle comum, a entidade que recebe os ativos líquidos ou as participações societárias inicialmente mensurará os ativos e passivos transferidos, reconhecidos aos seus valores contábeis nas contas da entidade que faz a transferência, na data da transferência, retrospectivamente. Se os valores contábeis dos ativos e passivos transferidos, pela controladora, diferirem do custo histórico da controladora das entidades sob controle comum, as demonstrações contábeis da entidade recebedora deverão refletir os ativos e passivos transferidos ao custo da controladora das entidades sob controle comum em contrapartida ao patrimônio líquido contra a conta de reserva de ajustes de avaliação patrimonial.

ii) Permuta de ativos

Com relação às transações entre entidades sob controle comum que envolvam a alienação/transferência da controlada para seu controlador, ou seja, acima do nível da demonstração financeira consolidada da Ambev, a Companhia avalia a existência de i) oposição de interesses; e ii) substância e propósito econômico. Satisfeitas estas premissas, buscando proporcionar a visibilidade adequada e o justo impacto no montante de resultados distribuíveis a seus acionistas, notadamente os não controladores, a Companhia adotou como política, de forma análoga, os conceitos da IAS 16/CPC 27 - *Ativo imobilizado*. A referida política contempla ativos adquiridos por meio de permuta por ativo não monetário, ou conjunto de ativos monetários e não monetários. Os ativos objetos de permuta podem ser de mesma natureza ou de naturezas diferentes. O custo de tal item do ativo é mensurado pelo valor justo, a não ser que a operação de permuta não tenha natureza comercial ou, o valor justo do ativo recebido e do ativo cedido não possam ser mensurados com segurança. O ativo adquirido é mensurado dessa forma mesmo que a entidade não consiga dar baixa imediata ao ativo cedido. Se o ativo adquirido não for mensurável ao valor justo, seu custo é determinado pelo valor contábil do ativo cedido.

Quando existir a distribuição de ativos, que não na forma de caixa, o ativo antes de sua distribuição é mensurado pelo seu valor justo em contrapartida de uma conta do resultado do exercício. Embora sua aplicação é prevista às distribuições por meio das quais são beneficiados os titulares da mesma classe de instrumentos patrimoniais e cujo tratamento seja equitativo, também de forma análoga ao ICPC 07/IFRIC 17, na ausência de uma prática contábil específica para transações sob controle comum, consideramos as disposições dessa instrução na definição de nossa prática contábil. Assim como acontece também em outras vendas que a Ambev faz para seu controlador (produtos, insumos, etc.) onde é reconhecido o resultado da transação na demonstração de resultado, como previsto no parágrafo 56 do ICPC 09 e análogo ao parágrafo 33a do CPC 31 (única norma que trata de alienação de negócios, sem fazer distinção entre transações com controlador e terceiro).

(e) Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional").

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da Companhia é o real.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são registradas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente na data do balanço patrimonial. Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira e evidenciados pelo valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data de apuração do valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e caixa e equivalentes de caixa, são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Conversão das demonstrações contábeis de controladas localizadas no exterior

Os ativos e passivos destas controladas são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço patrimonial, enquanto os saldos das demonstrações do resultado e fluxos de caixa são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício e os saldos das mutações do patrimônio líquido pelas taxas de câmbio históricas das respectivas transações. Os ajustes de conversão, compreendidos pela diferença entre as taxas de câmbio média e histórica, são registrados diretamente no resultado abrangente.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda estrangeira designados como *hedge* desses investimentos são reconhecidos no resultado abrangente.

O ágio e os ajustes de valor justo decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

Investimento líquido em entidade no exterior

Uma entidade pode possuir item monetário caracterizado como recebível junto a uma entidade no exterior, ou como contas a pagar à mesma, cuja liquidação não é provável de ocorrer, tampouco está planejada para um futuro previsível e que não contempla operações comerciais normais da Companhia. O resultado de variação cambial desse item monetário deve ser registrado, inicialmente, no grupo de resultado abrangente e transferido para o resultado quando da baixa dos itens monetários que fazem parte do investimento líquido.

Demonstrações contábeis em economias altamente inflacionárias

De acordo com a IAS 29/CPC 42, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionária são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços. As demonstrações contábeis de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária, quer estejam baseadas na abordagem pelo custo histórico ou na abordagem pelo custo corrente, devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para real na taxa de câmbio de fechamento do período.

Taxas de câmbio

As principais taxas de câmbio utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis da Companhia são:

Moeda	Denominação	País	Taxa final		Taxa média	
			2021	2020	2021	2020
CAD	Dólar canadense	Canadá	4,3914	4,0791	4,2960	3,6414
DOP	Peso dominicano	República Dominicana	0,0970	0,0891	0,0938	0,0885
USD	Dólar americano	Panamá e Cuba ⁽ⁱ⁾	5,5805	5,1967	5,3687	4,9348
GTQ	Quetzal	Guatemala	0,7201	0,6700	0,6954	0,6405
ARS	Peso	Argentina	0,0543	0,0618	0,0568	0,0750
BOB	Boliviano	Bolívia	0,8018	0,7467	0,7714	0,7090
PYG	Guarani	Paraguai	0,0008	0,0007	0,0008	0,0007
UYU	Peso uruguaio	Uruguai	0,1249	0,1227	0,1236	0,1218
CLP	Peso chileno	Chile	0,0066	0,0073	0,0071	0,0062
BBD	Dólar de Barbados	Barbados	2,7510	2,5618	2,6465	2,4326

(i) A moeda funcional de Cuba até 31 de dezembro de 2020 era o peso cubano conversível ("CUC"). A partir de 1º de janeiro de 2021 passou a ser o peso cubano. Ambas as moedas têm paridade com o dólar ("USD") na data da demonstração contábil.

(f) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com riscos insignificantes de mudança de valor, e prontamente conversíveis em caixa. São contabilizados pelo seu valor de face, que é equivalente ao seu valor justo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa são apresentados líquidos de saldos de contas garantidas, quando aplicável.

(g) Instrumentos financeiros e contabilização de *hedge*

Classificação e Mensuração

A Companhia utiliza instrumentos financeiros para implementar sua estratégia e políticas de gerenciamento de risco. Derivativos são geralmente usados para mitigar o impacto de moedas estrangeiras, taxas de juros, preços de ações e preços de *commodities* no desempenho da Companhia. A política de gerenciamento de riscos financeiros da Companhia proíbe o uso de derivativos quando não relacionados ao negócio da Companhia.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

As classificações dos ativos financeiros da Companhia são as seguintes:

- Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com ganhos ou perdas revertidos para lucros ou perdas no desreconhecimento. Os ativos financeiros nesta categoria são os instrumentos de dívida cotados da Companhia que são mantidos dentro de um modelo de negócios para coletar fluxos de caixa e vender.
- Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem remensuração de ganhos ou perdas no resultado no desreconhecimento. Esta categoria inclui apenas os instrumentos de capital próprio, que a Companhia pretende reter no futuro previsível e que a Companhia elegeu irrevogavelmente para classificar no reconhecimento inicial ou transição. Esses instrumentos não estão sujeitos a teste de *impairment*.
- Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos derivativos e instrumentos patrimoniais que a companhia não havia classificado, no reconhecimento inicial ou transição, para classificar ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Essa categoria inclui também os instrumentos de dívida cujas características de fluxo de caixa não são mantidas dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja coletar fluxos de caixa contratuais ou coletar fluxos de caixa contratuais e vender.

As mensurações dos ativos financeiros da Companhia são as seguintes:

Contabilização de *hedge*

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção dos riscos relacionados a moedas estrangeiras, taxa de juros e preço de *commodities*. Os instrumentos financeiros derivativos que, embora contratados com objetivo de proteção, não atendem a todos os critérios para aplicação de contabilização de *hedge* são reconhecidos pelo valor justo no resultado do exercício.

Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. O valor justo é o valor no qual um ativo pode ser realizado e um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, em condições normais de

mercado. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos pode ser obtido a partir de cotações de mercado ou a partir de modelos de precificação que consideram as taxas correntes de mercado, e, também, a qualidade de crédito da contraparte.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros derivativos são remensurados pelo seu valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações no valor justo do instrumento financeiro derivativo são reconhecidas no resultado do exercício, exceto quando estes são instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa ou *hedge* de investimento líquido, em que as variações no valor justo são reconhecidas no resultado abrangente.

A Companhia realiza derivativos de *commodities* que possuem termos críticos semelhantes ao item protegido. A Companhia aplica *hedge* de componentes a suas *commodities*. O componente protegido é contratualmente especificado e coincide com aqueles definidos no contrato derivativo, portanto, a relação de *hedge* é de 1:1. A efetividade do *hedge* é realizada de forma qualitativa. Sempre que os termos críticos não coincidem, a companhia usa o método derivativo hipotético para avaliar a eficácia. Possíveis fontes de ineficácia são mudanças no momento da transação prevista, mudanças na quantidade da mercadoria a ser protegida ou mudanças no risco de crédito de qualquer das partes do contrato derivativo.

Os conceitos de *hedge* de fluxo de caixa, de investimento líquido e de valor justo são aplicados a todos os instrumentos que atendem aos requerimentos de contabilidade de *hedge* do IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

Contabilização de *hedge* de fluxo de caixa

O *hedge* de fluxo de caixa é aplicável para proteger a exposição dos fluxos de caixa de um ativo ou passivo registrado do risco de moeda estrangeira e de oscilações de preços em *commodities*, associados a uma transação de realização altamente provável, a parcela efetiva de qualquer resultado (ganho ou perda) com o instrumento financeiro derivativo é reconhecida diretamente no resultado abrangente (reservas de *hedge* de fluxo de caixa) e deve ser reclassificado da reserva de *hedge* de fluxo de caixa para a mesma rubrica e no mesmo período os quais os fluxos de caixa futuros esperados protegidos impactaram. A parcela inefetiva de qualquer ganho ou perda é reconhecida imediatamente na demonstração de resultados do exercício.

Quando um instrumento de *hedge* ou uma relação de *hedge* são extintos, mas ainda se espera que a transação protegida ocorrerá, os ganhos e perdas acumulados (até aquele ponto) permanecem no resultado abrangente, sendo reclassificados de acordo com a prática acima, quando a transação de proteção ocorrer. Não havendo mais probabilidade de ocorrência da transação de proteção, os ganhos ou perdas acumulados e reconhecidos no resultado abrangente são reclassificados imediatamente para a demonstração de resultados.

Contabilização de *hedge* de valor justo

Quando um instrumento financeiro derivativo protege da exposição à variabilidade no valor justo de um ativo ou passivo registrado, ou um compromisso firme, qualquer resultado (ganho ou perda) com o instrumento financeiro derivativo é reconhecido na demonstração de resultado. O valor contábil do item protegido também é reconhecido pelo valor justo em relação ao risco, com respectivos ganhos e perdas reconhecidos na demonstração de resultados.

Contabilização de *hedge* de investimento líquido

Quando um passivo em moeda estrangeira não derivativo protege um investimento líquido em uma operação no exterior, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do passivo para a moeda funcional são reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes (reservas de conversão), enquanto a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado.

Quando um instrumento financeiro derivativo protege um investimento líquido em uma operação no exterior, a parcela do ganho ou a perda no instrumento de *hedge* que é determinada como efetiva é reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes (reservas de conversão), enquanto a parcela ineficaz é reportada no lucro ou perda.

Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos financeiros derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

Redução ao valor de recuperação (*impairment*) de ativos financeiros

A Administração avalia anualmente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são registradas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (“evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e pode ser estimado de maneira confiável.

(h) Contas a receber

Contas a receber de clientes são quantias devidas por clientes por mercadorias vendidas ou serviços prestados no curso normal dos negócios. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos,

quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia é detentora de valores a receber, com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-os, subsequentemente, pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para mensurar as perdas de crédito esperadas, por meio das quais as provisões para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes são mensuradas no reconhecimento inicial com base nas perdas de crédito esperadas de 12 meses. Isto é principalmente baseado na experiência passada com perdas de crédito, dados atuais sobre recebíveis vencidos e informações de pontuação de crédito. As informações prospectivas (como os indicadores de desempenho econômico previstos) também são levadas em consideração se, com base na experiência anterior, tais indicadores mostrarem uma correlação significativa com as perdas reais de crédito. Normalmente, as contas a receber pendentes há mais de 90 dias são integralmente provisionadas.

Outros créditos são compostos principalmente por depósitos em dinheiro em garantias e recebíveis. Esses instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Quaisquer perdas por *impairment* e resultados cambiais são reconhecidos diretamente no resultado.

(i) Estoques

Os estoques são inicialmente registrados pelo seu custo de aquisição e, posteriormente, são valorizados pelo menor, entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui os gastos incorridos na aquisição do bem, transporte até sua localização atual e colocação em condições de uso. Para a apuração do custo dos estoques emprega-se o método da média ponderada.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração contempla as matérias-primas, outros materiais de produção, o custo da mão de obra direta, outros custos diretos, ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos e uma parcela (alocação) dos custos fixos e variáveis baseados na capacidade operacional normal, destacamos que os custos fixos não alocados ou custos de ociosidade não são mantidos em estoque, sendo reconhecido diretamente no resultado, conforme determina o IAS 2/CPC 16. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado em condições normais de mercado, deduzido dos gastos para colocação dos produtos em condições de venda e realização da venda.

Estoques têm seu valor reduzido, quando o valor líquido de realização antecipado se torna menor que o valor contábil dos estoques. O cálculo do valor líquido de realização leva em consideração as características específicas de cada categoria de estoque, tais como data de validade, vida útil, indicadores de movimentação, entre outros.

**(j) Reconhecimento de ativos e passivos referentes a crédito ou débitos
extemporâneos de tributos**

A política contábil aplicada pela Companhia considera o reconhecimento de créditos e pagamentos extemporâneos de tributos de qualquer natureza conforme determinado pelo IAS 37/CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Sendo que, os créditos são reconhecidos somente quando a administração (i) dispuser de elementos que garantam que o direito é praticamente certo; e (ii) que o valor a ser compensado ou restituído seja mensurado confiavelmente. Caso seja provável a recuperação do ativo ou o valor não for mensurável de maneira confiável, os valores não são reconhecidos contabilmente, mas divulgados na nota 31 de Contingências em Contingências Ativas. A administração entende que, nos casos de processos ativos, a obtenção de sentença transitada em julgada para processo específico da Companhia é a condição requerida para confirmar a existência de seu direito, exceto por circunstâncias específicas pertinentes ao caso concreto que permitam não apenas o reconhecimento do seu direito, mas uma mensuração objetiva e confiável.

Os débitos oriundos da mesma natureza são reconhecidos caso (i) seja originada de um evento passado; (ii) tenha obrigação presente; (iii) expectativa de desembolso seja provável e (iv) os valores sejam estimados de maneira confiável. Caso a expectativa de desembolso seja possível ou o valor não seja mensurável de maneira confiável, os valores são apresentados na nota de Contingências.

Ambos, ativos e passivos contingentes, são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos e divulgados nas demonstrações contábeis.

A partir de 1 de outubro de 2020, a política contábil de reconhecimento de ativos e passivos referentes ao reconhecimento de créditos e pagamentos extemporâneos de tributos de qualquer natureza é registrada na rubrica de "Outras receitas/(despesas) operacionais", excetuando-se pagamentos de anistias, cuja contabilização se mantém em resultados não recorrentes, dada sua natureza pontual.

(k) Intangíveis

Marcas

Caso parte do valor pago em uma combinação de negócios relacione-se a marcas, elas são reconhecidas em uma conta específica do grupo de intangíveis e mensuradas pelo seu valor justo na data da aquisição. Posteriormente, o valor das marcas pode sofrer redução no caso de perdas por *impairment*. Gastos incorridos internamente para desenvolvimento de uma marca são reconhecidos como despesa.

Software

O *software* adquirido é mensurado pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada. A amortização relacionada a *software* está incluída no custo das vendas, despesas de distribuição e vendas, despesas de *marketing* ou despesas administrativas, dependendo da atividade à qual o *software* está relacionado.

Outros intangíveis

Outros intangíveis, adquiridos pela Companhia, são mensurados pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada e eventuais perdas no valor de recuperação.

Outros intangíveis também incluem direitos de patrocínios de vários anos, adquiridos pela Companhia. Estes são inicialmente reconhecidos pelo valor presente dos pagamentos futuros e subsequentemente mensurados pelo custo menos a amortização acumulada e eventuais perdas no valor de recuperação.

Amortização

Intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com o método linear pelo período de sua vida útil estimada. Licenças e direitos de fornecimento e distribuição são amortizados pelo período em que existem os direitos. Marcas são consideradas intangíveis de vida útil indefinida e, portanto, não são amortizadas. *Software* e custos de desenvolvimento capitalizados relacionados a tecnologia são amortizados ao longo de 3 a 5 anos.

Itens que não são amortizados são testados para fins de redução ao valor de recuperação anualmente.

(I) Ágio

O ágio surge na aquisição de controladas, coligadas e negócios em conjunto.

O ágio é determinado como sendo o excesso entre a soma (i) da contraprestação transferida em troca do controle da adquirida; (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e (iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos e passivos assumidos, mensurados de acordo com a IFRS 3/CPC 15 (R1) – *Combinações de negócios*, na respectiva data de aquisição. Todas as combinações de negócios são contabilizadas pela aplicação do método de alocação contábil do custo do investimento.

Em conformidade com a IFRS 3/CPC 15(R1) - *Combinações de Negócios*, o ágio é contabilizado pelo custo e não é amortizado, mas sim testado no mínimo anualmente

para fins de redução ao valor de recuperação, ou sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa à qual ele foi alocado. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é expresso na moeda da unidade geradora de caixa ou operação em conjunto (*joint operation*) a que se refere e convertido em Real pela taxa de câmbio vigente no final do exercício.

Com respeito às coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*), o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil da participação na coligada e/ou empreendimento controlado em conjunto (*joint ventures*).

Se a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes reconhecidos exceder o custo da combinação de negócios, tal excesso é reconhecido imediatamente na demonstração do resultado.

O ágio gerado internamente é contabilizado como despesa, conforme incorrido.

O ágio inclui os efeitos do custo precedente (Nota 3 (d)).

(m) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo menos a depreciação acumulada e as perdas por redução ao valor de recuperação. O custo abrange o preço de aquisição, os juros incorridos no financiamento durante a fase de construção, e todos os outros custos diretamente relacionados ao transporte do ativo imobilizado até o local e sua colocação em condições de operação na forma pretendida pela Administração da Companhia (por exemplo, impostos não recuperáveis, frete, custos de desmonte e retirada dos equipamentos e restauração do local em que se encontram, caso incorridos). O custo do imobilizado construído internamente é apurado conforme os mesmos princípios aplicáveis ao imobilizado adquirido de terceiros. Os métodos de depreciação, valor residual, bem como as vidas úteis são reavaliados e ajustados, se apropriado, anualmente.

Custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do custo de tais ativos.

Terrenos não são depreciados visto que são considerados como de vida útil indefinida.

O imobilizado e respectiva depreciação incluem os efeitos do custo precedente (Nota 3 (d)).

Gastos subsequentes

A Companhia reconhece no valor contábil do imobilizado o gasto da substituição de um componente, se for provável que os benefícios econômicos futuros nele incorporados fluirão para a Companhia, e o custo do componente puder ser apurado de forma confiável. Todos os demais gastos são registrados como despesa quando incorridos.

Depreciação

O montante depreciável é o custo de um ativo menos o seu valor residual. Os valores residuais, se não insignificantes, são reavaliados anualmente. A depreciação dos itens inicia-se a partir do momento que os ativos estão instalados e prontos para uso, utilizando-se o método linear ao longo da vida útil estimada dos bens. Os ativos de direito de uso são depreciados pelo período de seus respectivos contratos.

As vidas úteis das principais classes de ativo imobilizado estão descritas abaixo:

Edifícios	25 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
Instalações	10 anos
Utensílios	10 anos
Bens de uso externo / ativos comerciais	2 a 5 anos

As vidas úteis e os valores residuais dos ativos são revisados quando necessário.

A Administração aplica julgamentos na avaliação e determinação das vidas úteis dos ativos.

Ganhos e perdas na venda

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais” na demonstração do resultado.

Arrendamento

Os arrendamentos são reconhecidos como ativo de direito de uso e passivo de arrendamento correspondente na data em que o ativo arrendado está disponível para uso pela Companhia. Cada pagamento do arrendamento é alocado entre o passivo e a despesa financeira. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. Ativos de direito de uso são depreciados pelo menor período entre a vida útil do bem e o prazo do arrendamento, pelo método linear.

Os ativos e passivos decorrentes de um arrendamento são inicialmente mensurados a valor presente e, ao mensurar os passivos do arrendamento, a Companhia desconta os pagamentos do arrendamento usando taxas incrementais de empréstimo.

Os pagamentos associados aos arrendamentos de curto prazo e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como despesa no resultado. Os arrendamentos de curto prazo são arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos. Ativos de baixo valor compreendem ativos com valor igual ou inferior a 5 mil dólares.

(n) Contas a pagar

Contas a pagar a fornecedores são reconhecidas, inicialmente pelo seu valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

(o) Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo deduzidos dos custos da transação. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, sendo qualquer diferença entre o valor inicial e o valor do vencimento reconhecido no resultado do exercício, durante a vida esperada do instrumento, com base no método da taxa efetiva de juros.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

(p) Provisões

Provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados; (ii) é provável que haja um desembolso futuro para liquidar uma obrigação presente; e (iii) o valor pode ser estimado com razoável segurança.

As provisões, exceto as mencionadas no tópico de disputas e litígios, são mensuradas descontando-se os fluxos de caixa futuros esperados, a uma taxa antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais de mercado sobre o valor do dinheiro no tempo, e quando apropriado, os riscos específicos da obrigação.

Reestruturação

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia possui um plano detalhado e aprovado de reestruturação e quando a reestruturação já foi iniciada ou anunciada. Gastos relacionados às atividades normais e à conduta futura da Companhia não são provisionados, mas reconhecidos quando incorrida uma despesa. A provisão inclui os compromissos relacionados aos benefícios que serão pagos pela Companhia aos funcionários desligados na reestruturação.

Disputas e litígios

A provisão para disputas e litígios é reconhecida quando é mais provável do que improvável que a Companhia será obrigada a fazer pagamentos futuros, como resultado de eventos passados. Tais pagamentos incluem, mas não estão limitados a várias reivindicações, processos e ações iniciados tanto por terceiros quanto pela Companhia, relativos às leis antitrustes, violação dos acordos de distribuição e licenciamentos, questões ambientais, disputas trabalhistas, reclamações de autoridades fiscais e outros assuntos contenciosos.

(q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado do exercício, a não ser que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no resultado abrangente ou outra conta do patrimônio líquido. Nestes casos o efeito fiscal também é reconhecido diretamente no resultado abrangente ou em conta do patrimônio líquido (exceto juros sobre o capital próprio, conforme Nota 3 (u)).

A despesa com imposto corrente é a expectativa de pagamento sobre o lucro tributável do ano, utilizando a taxa nominal aprovada ou substancialmente aprovada na data do balanço patrimonial, e qualquer ajuste de imposto a pagar relacionado a exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido utilizando o método do balanço patrimonial. Isto significa que para as diferenças tributáveis e dedutíveis de natureza temporária entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos, é reconhecido o imposto diferido ativo ou passivo. De acordo com esse método, a provisão para o imposto diferido é também calculada sobre as diferenças entre o valor justo de ativos e passivos adquiridos em uma combinação de negócios e sua base fiscal. A IAS 12/CPC 32 - *Tributos Sobre o Lucro* prevê que nenhum imposto diferido passivo seja reconhecido no reconhecimento do ágio; e que nenhum imposto diferido ativo e/ou passivo seja reconhecido (i) no reconhecimento inicial de um ativo ou passivo proveniente de uma transação que não a de combinação de negócios, que no momento da transação não afete o lucro ou prejuízo contábil ou fiscal; e (ii) sobre diferenças relacionadas a

investimentos em ações de controladas, desde que não sejam revertidos no futuro previsível. O valor do imposto diferido determinado é baseado na expectativa de realização ou liquidação da diferença temporária e utiliza a taxa nominal aprovada ou substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados se existir um direito legal de compensar os passivos fiscais correntes e ativos, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável, ou em diferentes entidades tributáveis que pretendam ou liquidar passivos fiscais correntes e ativos em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O imposto diferido ativo é reconhecido somente na extensão em que é provável que haja lucros tributáveis futuros. O imposto de renda diferido ativo é reduzido na extensão em que não mais seja provável a ocorrência de lucros tributáveis futuros.

Ainda, a Companhia aplica as disposições do ICPC 22/IFRIC 23 - *Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro*, em relação aos tratamentos que afetaram a apuração dos tributos sobre o lucro e foram questionados pelas autoridades fiscais (tratamentos fiscais incertos), conforme divulgado na nota explicativa 31 – *Contingências – Incertezas sobre tratamento de IRPJ e CSLL*.

(r) Benefícios a funcionários

Benefícios pós-emprego

Benefícios pós-emprego incluem benefícios de aposentadoria administrados, no Brasil, pelo Instituto Ambev de Previdência Privada - IAPP, e de assistência médica e odontológica administrados pela Fundação Zerrenner. Os planos de pensão normalmente são mantidos por pagamentos feitos tanto pela Companhia quanto pelos participantes, considerando as recomendações dos atuários independentes. Os planos de assistência médica e odontológica são mantidos pelos rendimentos dos ativos da Fundação Zerrenner, podendo a Companhia contribuir com parte de seu lucro para a Fundação Zerrenner em caso de necessidade.

A Companhia possui planos de aposentadoria de contribuição definida e/ou de benefício definido e/ou assistência médica e odontológica para funcionários do Brasil e de subsidiárias localizadas na República Dominicana, Barbados, Panamá, Uruguai, Bolívia, Argentina e Canadá.

A Companhia possui planos de aposentadoria superavitários e deficitários.

r.1) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais ou construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado nos períodos corrente e anteriores.

As contribuições desses planos são reconhecidas como despesa no período em que são incorridas.

r.2) Planos de benefício definido

Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

Para os planos de benefício definido, as despesas são avaliadas para cada plano individualmente, utilizando o método de crédito unitário projetado. O crédito unitário projetado considera cada período de serviço como sendo uma unidade de benefício adicional para mensurar cada unidade separadamente. Baseado nesse método, o custo de prover a aposentadoria é reconhecido no resultado do exercício durante o período de serviço dos funcionários. Os valores reconhecidos no resultado do exercício compreendem o custo do serviço corrente, juros, custo do serviço passado e o efeito de quaisquer acordos e liquidações. As obrigações do plano reconhecidas no balanço patrimonial são mensuradas com base no valor presente dos desembolsos futuros utilizando uma taxa de desconto equivalente às taxas de títulos do governo com vencimento semelhante ao da obrigação, menos o valor justo dos ativos do plano.

Custos de serviço passado resultam da introdução de um novo plano ou mudança de um plano existente. Eles são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício, na data do que ocorrer primeiro: (i) acordos / liquidações, ou (ii) quando a empresa reconhece custos relacionados a reestruturação ou terminação, a menos que as mudanças estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Ganhos e perdas atuariais compreendem os efeitos das diferenças entre premissas atuariais prévias e o que de fato ocorreu, e os efeitos das mudanças nas premissas atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos integralmente no resultado abrangente.

Remensurações, compostas de ganhos e perdas atuariais, do efeito do limite de ativos (*asset ceiling*) e o retorno sobre os ativos do plano, ambos excluindo juros líquidos,

são reconhecidos na demonstração do resultado abrangente, em sua totalidade, no período em que ocorrem. Remensurações não são reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes.

Quando o montante calculado de um plano de benefício definido é negativo (um ativo), a Companhia reconhece tais ativos (despesas antecipadas) na extensão do valor do benefício econômico disponível para a Companhia, proveniente de reembolsos ou reduções de contribuições futuras.

Outras obrigações pós-emprego

A Companhia e algumas de suas subsidiárias patrocinam benefícios de assistência médica, reembolso de gastos com medicamentos e outros benefícios, para alguns funcionários aposentados, não sendo concedidos tais benefícios para novas aposentadorias. Os custos esperados desses benefícios são reconhecidos durante o período de emprego utilizando-se uma metodologia similar à do plano de benefício definido, inclusive os ganhos e perdas atuariais.

Benefícios de rescisão

Benefícios de rescisão são reconhecidos como despesa na primeira das seguintes datas: (i) quando a Companhia está comprometida com um plano formal detalhado de terminar o vínculo empregatício antes da data normal de aposentadoria, sem possibilidade real de retirá-lo; e (ii) quando a Companhia reconhecer custos de reestruturação.

Bônus

Bônus concedidos a funcionários e administradores são baseados no atingimento de metas individuais e coletivas, pré-definidas. O valor estimado do bônus é reconhecido como despesa no período de sua competência.

(s) Pagamento baseado em ações

Diferentes programas de remuneração com base em ações e opções permitem que membros da Administração e outros executivos indicados pelo Conselho de Administração e pelo Comitê de Operações, Finanças e Remuneração adquiram ações da Companhia. Conforme Nota 28 - *Pagamento baseado em ações*.

(t) Empréstimo subsidiado

A Companhia possui incentivos fiscais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento industrial estadual na forma de financiamento ou diferimento do pagamento de impostos. Esses programas estaduais objetivam promover, no longo

prazo, o incremento da geração de emprego, a descentralização industrial, além de complementar e diversificar a matriz industrial dos estados.

Nesses estados, os prazos de carência e fruição são previstos na legislação fiscal e, quando existentes, as condições referem-se a fatos sob controle da Companhia. O benefício relativo à postergação no pagamento desses impostos é registrado no resultado do exercício, com base no regime de competência.

Como as taxas de juros e/(ou) prazos destes empréstimos são vantajosos em relação a condições de mercado, tais financiamentos são considerados como empréstimos subsidiados, conforme determinado na IAS 20/CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais. Referido subsídio consiste no ganho auferido ao comparar o valor destas operações em condições de mercado ao valor pactuado em contrato. Deste modo, no momento de cada captação, o subsídio calculado é registrado em outras receitas operacionais, seguindo o tratamento dispensado aos demais subsídios de ICMS. Anualmente a Companhia reavalia quais são as condições de mercado vigentes no exercício para aferir tais subsídios.

Mensalmente, considerando-se o valor da contraprestação, o período até o vencimento, a taxa do contrato de financiamento, a taxa de desconto acima mencionada, a redução no valor do ajuste a valor presente é alocada no resultado financeiro, de tal forma que na data prevista de liquidação de cada contraprestação tal ajuste seja zero.

(u) Patrimônio líquido

Capital social

O capital da Companhia é composto apenas por ações ordinárias.

Recompra de ações

Quando a Companhia recompra suas próprias ações, o montante pago, incluindo os custos diretamente atribuíveis, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido, na rubrica de ações em tesouraria.

Custos com emissão de ações

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Dividendos e Juros sobre o capital próprio

Dividendos e juros sobre o capital próprio são registrados no passivo após aprovação em Reunião do Conselho de Administração (“RCA”), com exceção à parcela referente ao dividendo mínimo obrigatório previsto por estatuto, a qual é contabilizada como passivo, quando aplicável, ao final de cada exercício.

A despesa relacionada aos juros sobre o capital próprio é registrada no resultado do exercício para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social, e posteriormente reclassificada para o patrimônio líquido para fins de apresentação nessas demonstrações contábeis.

(v) Redução ao valor de recuperação (*impairment*) de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros como imobilizado, ágio e ativo intangível são revisados, no mínimo, anualmente para avaliar a existência de indicativos de redução ao valor de recuperação. Caso exista algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado, e o valor não recuperável é reconhecido como um *impairment* no resultado do exercício.

O ágio, os intangíveis ainda não disponíveis para o uso e os intangíveis de vida útil indefinida são testados para fins de redução ao valor de recuperação no mínimo anualmente no nível da unidade de negócios (que é um nível abaixo do segmento reportado), ou sempre que tiverem indicativos de redução do valor recuperável.

Uma perda de redução ao valor de recuperação é reconhecida sempre que o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor de recuperação. Perdas de redução ao valor de recuperação são reconhecidas no resultado do exercício.

O valor de recuperação de intangíveis com vida útil indefinida baseia-se primeiramente em um critério de valor justo, pelo qual se aplicam múltiplos que refletem transações de mercado atuais a indicadores que determinam a rentabilidade do ativo ou ao fluxo de *royalties* que poderia ser obtido com o licenciamento do ativo intangível a terceiros, em condições normais de mercado.

O valor de recuperação dos demais ativos é apurado como sendo o maior entre o seu valor justo menos os custos de venda, e o seu valor em uso. No caso de ativos que não geram fluxos de caixa individuais significativos, o montante recuperável é determinado para a unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. O valor recuperável das unidades geradoras de caixa às quais o ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida pertencem é baseado no valor justo líquido de despesas de venda, utilizando múltiplos de EBITDA observados no mercado em combinações de negócios precedentes envolvendo negócios comparáveis na indústria cervejeira. Para algumas UGCs, esses cálculos são corroborados pela utilização da abordagem de

valor justo líquido de despesas de venda, em que fluxos de caixa futuros de tais UGCs são descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações correntes de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, são revisados para possível reversão do *impairment* na data de apresentação. A perda por redução ao valor de recuperação é revertida somente até a extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que seria determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso nenhuma perda por redução ao valor de recuperação tivesse sido reconhecida.

(w) Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece a receita quando as obrigações de desempenho são satisfeitas, ou seja, quando a Companhia transfere o controle de um produto para um cliente.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do grupo no Consolidado.

Venda de produtos

A receita é mensurada com base na consideração, a qual a Companhia espera ter direito em contrato com o cliente e exclui as quantias cobradas em nome de terceiros.

O reconhecimento de receita é realizado conforme abordagem do IFRS 15/CPC 47 – *Receita de contrato com cliente*, de cinco etapas:

- Identificação dos contratos com um cliente
- Identificação das obrigações de desempenho nos contratos
- Determinação do preço de transação
- Alocação do preço de transação para as obrigações de desempenho nos contratos
- Reconhecimento de receita quando as obrigações de desempenho são satisfeitas, ou seja, quando a Companhia transfere o controle de um produto para um cliente.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. Os contratos podem incluir elementos variáveis significativos, como descontos,

abatimentos, reembolsos, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho e penalidades. Tais incentivos comerciais são tratados como consideração variável. Se a contraprestação incluir um valor variável, a Companhia estima o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens ou serviços acordados com o cliente. A consideração variável é incluída apenas no preço da transação se for altamente provável que o valor da receita reconhecida não seja sujeito a reversões futuras significativas quando há incerteza.

Receitas financeiras

Receita financeira compreende juros recebidos ou a receber sobre aplicações financeiras, atualizações monetárias oriundas de disputas judiciais, ganhos com variação cambial, ganhos em moeda líquidos de perdas com instrumentos de *hedge* de moeda, ganhos em instrumentos de *hedge* que não fazem parte de uma relação de contabilidade de *hedge*, ganhos com ativos financeiros mensurados à valor justo por meio do resultado, assim como qualquer ganho de inefetividade de *hedge*.

Receitas de juros são reconhecidas pelo período de competência a não ser que o recebimento seja duvidoso.

(x) Despesas

Despesas financeiras

Despesas financeiras compreendem juros a pagar sobre empréstimos calculados com base na taxa de juros efetiva, perdas com variação cambial, perdas de moeda líquidas de ganhos com instrumentos de *hedge* de moeda, resultado com instrumentos de *hedge* de juros, perdas com instrumentos de *hedge* que não são parte de uma contabilização de *hedge*, perdas com ativos financeiros classificados como mantidos para negociação, perdas por redução ao valor de recuperação de ativos financeiros disponíveis para venda, assim como qualquer perda com inefetividade de *hedge*.

Todos os juros e custos incorridos relacionados a um empréstimo ou uma transação financeira são reconhecidos, conforme incorridos, como despesas financeiras, exceto quando capitalizados. Qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento de empréstimos com juros e financiamentos, tais como custos de transação e ajustes de valor justo, são reconhecidos no resultado do exercício, durante a vida esperada do instrumento, com base no método da taxa de juros efetiva. Os juros relacionados a arrendamento financeiro são reconhecidos no resultado do exercício utilizando a taxa de juros efetiva.

Despesa de *royalties*

Royalties pagos são registrados como custo dos produtos vendidos.

(y) Itens não usuais

Itens não usuais são aqueles que, dadas suas particularidades, no julgamento da Administração precisam ser divulgados separadamente. Para determinar se um acontecimento ou transação é não usual, a Administração considera fatores quantitativos e qualitativos, tais como a frequência ou a previsibilidade da ocorrência e do potencial de impacto sobre a variação dos lucros ou prejuízos. Esses itens são divulgados na demonstração dos resultados ou separadamente nas notas explicativas das demonstrações contábeis. Operações que podem dar origem a itens não usuais são principalmente as atividades de reestruturação, anistias, aquisição de subsidiárias, de perda no valor de recuperação e os ganhos ou perdas na alienação de bens e investimentos.

A partir do primeiro trimestre de 2021, a nomenclatura de itens não recorrentes foi alterada para itens não usuais.

(z) Informações por segmento

As informações por segmentos são geradas com base em relatórios internos revisados, regularmente, pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Companhia, o Diretor Presidente Executivo, para fins de avaliação do desempenho de cada segmento e alocando recursos para esses segmentos. Desta forma, as informações por segmento são apresentadas em zonas geográficas, uma vez que os riscos e taxas de retorno são afetados predominantemente pelo fato da Companhia operar em diferentes regiões.

A informação de desempenho por unidades de negócios (“Cervejas” e “Refrigerantes e não alcoólicos e não carbonatados”), embora não se qualifique como segmento reportável, também é utilizada pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Companhia e está apresentada como informação adicional.

A Companhia opera seus negócios através de quatro zonas identificadas como segmentos reportáveis:

- Brasil, onde operamos duas subunidades de negócios: (i) cerveja e (ii) bebidas não alcoólicas (NAB);
- América Central e Caribe (CAC), que inclui nossas operações diretas nos seguintes países: República Dominicana, Saint Vincent, Antígua, Dominica, Cuba, Guatemala (que também serve a El Salvador, Nicarágua e Honduras), Barbados e Panamá;
- América Latina - sul (LAS), que inclui as nossas operações na Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai; e
- Canadá, representada pelas operações da Labatt Brewing.

4 USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram elaboradas de acordo com os pronunciamentos técnicos brasileiros e internacionais, que requerem que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e tome decisões que afetam a aplicação das práticas contábeis e os montantes apresentados de contas patrimoniais e de resultado. As estimativas e julgamentos baseiam-se na experiência histórica e em diversos outros fatores tidos como razoáveis diante das circunstâncias, cujos resultados constituem o critério para tomada de decisões sobre o valor contábil de ativos e passivos não imediatamente evidentes em outras fontes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente. Mudanças em estimativas contábeis podem afetar apenas o período no qual a revisão foi feita, ou períodos futuros.

Apesar de cada política contábil significativa refletir julgamentos, avaliações ou estimativas, a Companhia acredita que as seguintes práticas contábeis refletem os julgamentos, estimativas e premissas mais críticas que são importantes para seus negócios e entendimento de seus resultados:

- (i) prática contábil de combinação de negócios envolvendo entidades sob controle comum (Nota 3(d));
- (ii) combinações de negócios (Nota 3 (d) e (l));
- (iii) redução ao valor de recuperação – *impairment* (Nota 3 (g) e (v));
- (iv) provisões, incluso contingências tributárias (Nota 3 (p));
- (v) pagamento baseado em ações (Nota 3 (s));
- (vi) benefícios a funcionários (Nota 3 (r));
- (vii) impostos corrente e diferido (Nota 3 (q));
- (viii) negócios em conjunto (Nota 3 (d));
- (ix) mensuração de instrumentos financeiros, incluindo derivativos (Nota 3 (g));
- (x) reconhecimento de ativos e passivos referentes a crédito ou débitos extemporâneos de tributos (Nota 3 (j));
- (xi) contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária (Nota 3 (e)); e
- (xii) arrendamentos (Nota 3 (m)).

O valor justo dos ativos intangíveis de vida útil indefinida adquiridos é avaliado na data de aquisição pelos fluxos de caixa futuros. A análise de *impairment* do *goodwill* e ativos intangíveis de vida útil indefinida são revistos pelo menos anualmente e sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa a qual ele foi alocado.

A Companhia aplica julgamento para selecionar alguns métodos, incluindo o método de valor justo líquido de despesas de venda e faz suposições sobre o valor justo de

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

instrumentos financeiros que se baseiam principalmente em condições de mercado existentes na data de cada balanço.

As premissas atuariais são estabelecidas para antecipar eventos futuros e são utilizadas no cálculo das pensões e outras despesas com benefícios a empregados de longo prazo. Esses fatores incluem premissas com relação às taxas de juros, custo com plano de saúde, taxa de desconto, aumentos de salários e pensão futuros além de expectativa de vida. Tais estimativas são revisadas anualmente por atuários independentes.

A Companhia está sujeita ao imposto de renda em várias jurisdições e é necessário julgamento para determinar o valor a ser considerado no período. Algumas subsidiárias da Companhia estão envolvidas em auditorias fiscais, geralmente em relação aos anos anteriores. Essas auditorias estão em curso em diversas jurisdições na data do balanço e, pela sua natureza, estas podem tomar um tempo considerável até sua conclusão.

Para a mensuração dos valores de créditos tributários extemporâneos decorrentes de ações judiciais, a Companhia levanta os documentos fiscais relativos ao período abrangido pela ação judicial, e aplica as diretrizes da decisão que transitou em julgado, legislações aplicáveis ou elementos que garantam a mensuração objetiva e confiável.

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa	279.057	113.885	651.160	261.426
Contas correntes	95.805	79.857	4.582.937	5.860.939
Aplicações financeiras de curto prazo ⁽ⁱ⁾	3.423.001	4.354.075	11.393.601	10.967.970
Caixa e equivalentes de caixa	3.797.863	4.547.817	16.627.698	17.090.335
Conta garantida	-	-	(30.514)	-
Caixa e equivalentes de caixa líquido	3.797.863	4.547.817	16.597.184	17.090.335

(i) O saldo se refere, em sua maioria, a Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa incluem o valor de R\$975 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R\$630 milhões em 31 de dezembro de 2020), mantidos em Cuba e Argentina, os quais não são livremente passíveis de remessa à controladora por motivos de restrições cambiais.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fundos de investimentos	22.866	9.172	-	-
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	-	-	1.914.607	1.700.028
Ativo circulante	22.866	9.172	1.914.607	1.700.028
Aplicações financeiras ao custo amortizado ⁽ⁱ⁾	132.150	152.446	192.877	213.907
Ativo não circulante	132.150	152.446	192.877	213.907
Total	155.016	161.618	2.107.484	1.913.935

(i) O saldo se refere substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários ("CDB") atrelados aos incentivos fiscais e não possuem conversibilidade imediata em montantes conhecidos de caixa.

7 CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Contas a receber de clientes	1.523.117	1.950.556	5.306.882	4.861.011
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(271.832)	(256.132)	(668.331)	(676.463)
Contas a receber de clientes, líquidas	1.251.285	1.694.424	4.638.551	4.184.548
Partes relacionadas (Nota 33)	1.618.190	1.796.863	153.083	118.590
Total contas a receber circulante	2.869.475	3.491.287	4.791.634	4.303.138
Partes relacionadas (Nota 33)	56.822	54.322	-	-
Total contas a receber não circulante	56.822	54.322	-	-

A idade de nossas contas a receber de clientes, líquido de provisão para perdas, classificadas no ativo circulante está demonstrada como segue:

	Valor contábil em 31 de dezembro	A vencer, líquido de abatimentos	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 31 e 60 dias	Vencidos entre 61 e 90 dias	Controladora		
						Vencidos entre 91 e 180 dias	Vencidos entre 181 e 360 dias	Vencidos a mais de 360 dias
Contas a receber de clientes	1.523.117	1.177.330	42.092	15.346	11.695	9.534	14.610	252.510
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(271.832)	-	-	-	-	(4.712)	(14.610)	(252.510)
2021	1.251.285	1.177.330	42.092	15.346	11.695	4.822	-	-
Contas a receber de clientes	1.950.556	1.624.471	45.922	10.132	4.166	13.341	13.136	239.388
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(256.132)	-	-	-	-	(3.608)	(13.136)	(239.388)
2020	1.694.424	1.624.471	45.922	10.132	4.166	9.733	-	-

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

ambev

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado							
	Valor contábil em 31 de dezembro	A vencer, líquido de abatimentos	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 31 e 60 dias	Vencidos entre 61 e 90 dias	Vencidos entre 91 e 180 dias	Vencidos entre 181 e 360 dias	Vencidos a mais de 360 dias
Contas a receber de clientes	5.306.882	4.203.622	358.246	52.118	31.530	21.938	33.817	605.611
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(668.331)	(10.371)	-	-	(2.346)	(16.186)	(33.817)	(605.611)
2021	4.638.551	4.193.251	358.246	52.118	29.184	5.752	-	-
Contas a receber de clientes	4.861.011	3.925.922	187.524	53.177	19.074	38.151	71.098	566.065
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(676.463)	(5.835)	-	-	(4.287)	(29.178)	(71.098)	(566.065)
2020	4.184.548	3.920.087	187.524	53.177	14.787	8.973	-	-

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(256.132)	(676.463)
Efeito de conversão de balanço	-	(5.293)
Provisões	(16.460)	(32.418)
Reversões	-	21.705
Baixas	760	24.138
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(271.832)	(668.331)

A exposição aos riscos de crédito, de moeda e de taxa de juros estão divulgadas na Nota 29 - *Instrumentos financeiros e riscos*.

8 ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Produtos acabados	1.138.569	653.226	3.626.651	2.575.516
Produtos em elaboração	337.643	247.785	672.542	518.345
Matérias-primas e itens de consumo	2.904.041	1.932.599	5.306.223	3.513.022
Almoxarifado e outros	273.903	202.384	906.805	758.809
Adiantamentos	173.817	107.707	645.899	381.361
Provisão para perdas	(37.749)	(39.697)	(157.774)	(141.148)
	4.790.224	3.104.004	11.000.346	7.605.905

A movimentação de provisão para perdas em estoques está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(39.697)	(141.148)
Efeito de conversão de balanço	-	(2.015)
Provisões	(91.931)	(191.575)
Baixas	93.879	176.964
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(37.749)	(157.774)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

9 IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
PIS/COFINS – exclusão ICMS ⁽ⁱ⁾	516.982	-	516.982	-
PIS/COFINS	385.838	422.403	648.587	711.991
ICMS	285.191	271.708	565.551	563.422
IPI	4.335	6.357	168.584	177.041
Outros	22.507	17.364	81.445	75.441
Circulante	1.214.853	717.832	1.981.149	1.527.895
PIS/COFINS – exclusão ICMS ⁽ⁱ⁾	4.364.365	4.825.527	5.360.021	5.183.354
ICMS	371.836	256.947	383.617	266.528
Outros	43.555	39.859	261.758	245.924
Não circulante	4.779.756	5.122.333	6.005.396	5.695.806
Total	5.994.609	5.840.165	7.986.545	7.223.701

(i) Conforme detalhado na Nota 31 - *Contingências*, a Companhia reconheceu créditos de PIS e COFINS oriundos da exclusão do ICMS de suas bases de cálculo. A contrapartida dos reconhecimentos é registrada na rubrica de PIS/COFINS – exclusão ICMS, conforme tabela acima.

10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo dos referidos tributos e a apuração contábil da Companhia, dentre os quais, prejuízos fiscais. As alíquotas desses tributos no Brasil, que são esperadas quando da realização dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Para as demais regiões, com atividade operacional, as alíquotas nominais esperadas estão demonstradas a seguir:

América Central e Caribe	de 15% a 27%
América Latina - sul ⁽ⁱ⁾	de 10% a 35%
Canadá	26,5%

(i) Alterações na legislação fiscal da Argentina promulgadas em junho de 2021 e aplicáveis a partir de janeiro 2021 aumentaram a alíquota do imposto sobre a renda de 30% para 35%.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável a existência de lucro tributável futuro, o qual poderá ser compensado com as diferenças temporárias contabilizadas em 31 de dezembro de 2021.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

O valor de imposto de renda e contribuição social diferidos por tipo de diferença temporária está detalhado a seguir:

	2021			2020		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Aplicações financeiras	-	(2.451)	(2.451)	6.090	-	6.090
Benefícios a empregados	459.239	-	459.239	189.619	-	189.619
Contas a pagar	4.113.285	-	4.113.285	3.902.129	(228.883)	3.673.246
Contas a receber	14.694	-	14.694	15.829	-	15.829
Estoques	12.835	-	12.835	13.497	-	13.497
Imobilizado	-	(722.956)	(722.956)	-	(812.305)	(812.305)
Imposto retido na fonte sobre dividendos não distribuídos e <i>royalties</i>	-	(20.910)	(20.910)	-	-	-
Investimentos	-	(421.589)	(421.589)	-	(421.589)	(421.589)
Prejuízos fiscais a utilizar	112.553	-	112.553	112.553	-	112.553
Provisões	432.014	-	432.014	426.520	-	426.520
Efeito da aplicação do IFRS 16/CPC 06 (R2) (Arrendamentos)	65.096	-	65.096	91.504	-	91.504
ICMS na base de cálculo PIS/COFINS	-	(865.553)	(865.553)	-	(1.453.812)	(1.453.812)
Outros itens	1.168	(47.623)	(46.455)	-	(144.266)	(144.266)
Ativo / (passivo) tributário diferido bruto	5.210.884	(2.081.082)	3.129.802	4.757.741	(3.060.855)	1.696.886
Reclassificação para apresentação líquida	(2.081.082)	2.081.082	-	(3.060.855)	3.060.855	-
Ativo / (passivo) tributário diferido líquido	3.129.802	-	3.129.802	1.696.886	-	1.696.886

	2021			2020		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Aplicações financeiras	12.535	(2.451)	10.084	10.113	-	10.113
Intangível	-	(1.634.450)	(1.634.450)	-	(1.253.015)	(1.253.015)
Benefícios a empregados	1.278.221	(1.953)	1.276.268	971.180	(3.004)	968.176
Contas a pagar	4.113.285	(1.104)	4.112.181	3.917.100	(230.244)	3.686.856
Contas a receber	50.583	-	50.583	53.066	(4)	53.062
Derivativos	232.159	(72.381)	159.778	36.331	(118.744)	(82.413)
Empréstimos e financiamentos	-	(1.646)	(1.646)	-	(1.805)	(1.805)
Estoques	328.187	(49.136)	279.051	288.709	(67.590)	221.119
Imobilizado	645.372	(2.026.973)	(1.381.601)	430.760	(1.608.996)	(1.178.236)
Imposto retido na fonte sobre dividendos não distribuídos e <i>royalties</i>	-	(2.079.452)	(2.079.452)	-	(1.538.850)	(1.538.850)
Investimentos	-	(421.589)	(421.589)	-	(421.589)	(421.589)
Prejuízos fiscais a utilizar	1.298.807	-	1.298.807	1.739.680	-	1.739.680
Provisões	696.879	(217)	696.662	636.030	(1.266)	634.764
Efeito da aplicação do IFRS 16/CPC 06 (R2) (Arrendamentos)	78.610	(343)	78.267	124.160	(1.635)	122.525
ICMS na base de cálculo PIS/COFINS	-	(1.019.608)	(1.019.608)	-	(1.460.795)	(1.460.795)
Outros itens	110.417	(19.970)	90.447	79.215	(61.361)	17.854
Ativo / (passivo) tributário diferido bruto	8.845.055	(7.331.273)	1.513.782	8.286.344	(6.768.898)	1.517.446
Reclassificação para apresentação líquida	(4.117.306)	4.117.306	-	(3.725.536)	3.725.536	-
Ativo / (passivo) tributário diferido líquido	4.727.749	(3.213.967)	1.513.782	4.560.808	(3.043.362)	1.517.446

A Companhia realiza a reclassificação para apresentação líquida entre saldos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos somente quando os critérios de compensação são atingidos.

As estimativas críticas da administração, bem como os principais passivos contingentes relacionados a tratamentos fiscais incertos de tributos sobre o lucro estão divulgados nas Notas 3 (q) e 31, respectivamente.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

Em 31 de dezembro de 2021 os impostos diferidos ativos e passivos têm a seguinte expectativa de realização/liquidação por diferença temporária:

	Controladora		
	2021		
	a ser realizado em até 12 meses	a ser realizado depois de 12 meses	Total
Imposto diferido não relacionado com prejuízos fiscais			
Aplicações financeiras	-	(2.451)	(2.451)
Benefícios a empregados	273.589	185.650	459.239
Contas a pagar	(174.883)	4.288.168	4.113.285
Contas a receber	12.128	2.566	14.694
Estoques	68	12.767	12.835
Imobilizado	(46.075)	(676.881)	(722.956)
Imposto retido na fonte sobre dividendos não distribuídos e royalties	-	(20.910)	(20.910)
Investimentos	-	(421.589)	(421.589)
Provisões	233.485	198.529	432.014
Efeito da aplicação do IFRS 16/CPC 06 (R2) (Arrendamentos)	-	65.096	65.096
ICMS na base de cálculo PIS/COFINS	-	(865.553)	(865.553)
Outros itens	-	(46.455)	(46.455)
Total	298.312	2.718.937	3.017.249

	Consolidado		
	2021		
	a ser realizado em até 12 meses	a ser realizado depois de 12 meses	Total
Imposto diferido não relacionado com prejuízos fiscais			
Aplicações financeiras	-	10.084	10.084
Intangível	(1.517)	(1.632.933)	(1.634.450)
Benefícios a empregados	309.366	966.902	1.276.268
Contas a pagar	(175.987)	4.288.168	4.112.181
Contas a receber	37.284	13.299	50.583
Derivativos	(122.895)	282.673	159.778
Empréstimos e financiamentos	(1.646)	-	(1.646)
Estoques	291.908	(12.857)	279.051
Imobilizado	(10.963)	(1.370.638)	(1.381.601)
Imposto retido na fonte sobre dividendos não distribuídos e royalties	(151.149)	(1.928.303)	(2.079.452)
Investimentos	-	(421.589)	(421.589)
Provisões	383.251	313.411	696.662
Efeito da aplicação do IFRS 16/CPC 06 (R2) (Arrendamentos)	69	78.198	78.267
ICMS na base de cálculo PIS/COFINS	-	(1.019.608)	(1.019.608)
Outros itens	86.676	3.771	90.447
Total	644.397	(429.422)	214.975

A maioria dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre os quais o imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados não possuem prazo de prescrição. Seu uso se baseia na projeção de existência futura de lucros tributáveis, limitado a 30% dos lucros tributáveis do ano, segundo a realidade dos anos passados e às projeções dos negócios da Companhia nas economias onde se localiza, em cumprimento, pois, às regras fiscais e contábeis cabíveis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

	Controladora	Consolidado
	2021	2021
Imposto diferido relacionado com prejuízos fiscais		
2022	-	179.627
2023	-	225.627
2024	-	112.740
2025	112.553	196.872
2026 a 2028	-	120.394
2029 a 2030	-	406.771
2030 a 2031 ⁽ⁱ⁾	-	56.776
Total	112.553	1.298.807

(i) Não existe expectativa de realização que ultrapasse o prazo de 10 anos.

Em 31 de dezembro de 2021, o crédito tributário relacionado aos prejuízos fiscais no valor de R\$1.055.557 no Consolidado (R\$969.966 no Consolidado em 31 de dezembro de 2020) não foi registrado, já que sua realização não é provável.

A maioria destes prejuízos fiscais não tem prazo de prescrição, e o prejuízo fiscal a compensar relacionado ao crédito equivale a R\$4.122.454 no Consolidado em 31 de dezembro de 2021 (R\$3.879.773 no Consolidado em 31 de dezembro de 2020).

A movimentação líquida do imposto de renda e contribuição social diferidos está demonstrada abaixo:

	Controladora			Consolidado
	Valores reconhecidos diretamente na controladora	Efeito de equivalência patrimonial	Saldo	Saldo
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.696.886	-	1.696.886	1.517.446
Reconhecimento integral de ganhos/(perdas) atuariais	(30.671)	(85.898)	(116.569)	(116.569)
Hedge de investimento - opção de venda concedida sobre participação em controlada	(99.725)	-	(99.725)	(99.725)
Hedge de fluxo de caixa – ganhos/(perdas)	22.797	(262.678)	(239.881)	(239.881)
Ganhos/(perdas) na conversão de demais operações no exterior	456.382	(58.426)	397.956	397.956
Reconhecido no resultado abrangente	348.783	(407.002)	(58.219)	(58.219)
Reconhecido no resultado	1.084.133	-	1.084.133	632.059
Movimentações efetuadas diretamente no balanço patrimonial				
Reconhecidas no grupo de imposto diferido	-	407.002	407.002	(577.504)
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	-	-	-	(256.075)
Reconhecidas no grupo de investimentos	-	407.002	407.002	-
Equivalência patrimonial	-	407.002	407.002	-
Reconhecidas em outros grupos do balanço	-	-	-	(321.429)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.129.802	-	3.129.802	1.513.782

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

11 INVESTIMENTOS

a) Movimentação dos investimentos mantidos pela Controladora em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*), diretos e indiretos:

	Controladora	
	2021	2020
Saldo no início do exercício	82.132.552	66.193.421
Participação nos resultados de controladas e coligadas	7.188.038	3.751.761
Dividendos recebidos e a receber	(4.472.758)	(1.462.644)
Efeito de conversão de investimentos em controladas ⁽ⁱ⁾	3.135.266	10.657.645
Ganhos/(perdas) atuariais	338.250	(230.192)
Reserva de <i>hedge</i> em controladas	525.490	190.337
Pagamento baseado em ações em controladas	64.618	33.000
Aporte/(redução) de capital em controladas	(3.939.366)	1.682.546
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação) ⁽ⁱⁱ⁾	2.063.687	1.344.888
Outros	(43.556)	(28.210)
Saldo no final do exercício	86.992.221	82.132.552

(i) Efeito líquido da valorização dos investimentos em controladas em relação à moeda Real.

(ii) Efeito da hiperinflação da rubrica de Lucros Acumulados na investida.

Informações sobre controladas diretas e em conjunto:

Controlada	Participação %	Participação % no grupo econômico	Patrimônio líquido	Ágio ⁽ⁱ⁾	Total investimento	2021	
						Resultado do exercício ajustado	Resultado da equivalência patrimonial ⁽ⁱⁱⁱ⁾
Ambev Luxemburgo ⁽ⁱⁱ⁾	100,00%	100,00%	44.722.149	6.704.249	51.425.685	2.903.643	2.920.880
Arosuco ⁽ⁱⁱ⁾	100,00%	100,00%	6.601.134	-	6.135.285	2.131.400	2.111.849
B.Blend	50,00%	50,00%	48.285	102.859	127.017	(23.362)	(11.681)
Bebidas Fantásticas	100,00%	100,00%	100.163	-	100.162	(35.663)	(35.663)
Cachoeiras de Macacu	-	-	-	199.583	199.583	-	-
Cerveceria Nacional S de R.L	100,00%	100,00%	3.442.515	-	3.442.515	215.082	215.082
Cervejaria ZX S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	100,00%	100,00%	148.541	-	143.544	(74.070)	(76.390)
CRBS S.A.	0,01%	100,00%	2.373.068	-	250	767.376	81
Dahlen S.A.	100,00%	100,00%	38.650	-	38.650	(123)	(123)
Hohneck S.A.	100,00%	100,00%	5.157	-	5.157	(1.017)	(1.017)
Jalua	100,00%	100,00%	8.004.701	-	8.004.701	947.815	947.815
Lizar	100,00%	100,00%	70.352	-	70.352	1.202	1.202
Maltaria Pampa S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	60,00%	100,00%	3.818.055	76.803	2.320.848	279.994	141.313
Monthiers	-	-	-	13.061,00	13.061,00	-	-
R P O	100,00%	100,00%	79.897	-	79.899	(30.685)	(30.685)
Tenedora ⁽ⁱⁱ⁾	80,61%	85,00%	3.664.550	4.892.673	7.919.011	1.251.366	1.005.375
Ajuste pela adoção da prática contábil do custo precedente					6.966.501	-	-
Total					86.992.221	7.188.038	

(i) Refere-se à realocação de ágios e marcas para o investimento;

(ii) Alguns valores podem não corresponder diretamente aos percentuais de participação devido aos lucros não realizados entre empresas do grupo;

(iii) O total não contempla o resultado da equivalência patrimonial de investidas com passivo a descoberto, de R\$15.254, o qual está contemplado na rubrica de outros passivos no balanço patrimonial.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

Controlada	Participação %	Participação % no grupo econômico	Patrimônio líquido	Ágio (i)	Total investimento	2020	
						Resultado do exercício ajustado	Resultado da equivalência patrimonial (iv)
Ambev Luxemburgo (ii)	100,00%	100,00%	41.070.304	6.115.325	47.185.629	958.029	958.029
Arosuco (ii)	100,00%	100,00%	6.323.486	-	5.877.403	659.872	811.086
B.Blend	50,00%	50,00%	71.679	102.859	138.699	(14.506)	(7.253)
Bebidas Fantásticas	100,00%	100,00%	135.826	-	135.826	12.463	12.463
Cachoeiras de Macacu	-	-	-	199.583	199.583	-	-
Cerveceria Nacional S de R.L	100,00%	100,00%	3.517.783	-	3.517.784	121.322	121.322
Cervejaria ZX S.A. (ii)	100,00%	100,00%	222.611	-	219.934	(29.417)	(30.660)
CRBS S.A.	0,01%	100,00%	1.572.394	-	165	(245.248)	(26)
Dahlen S.A.	100,00%	100,00%	36.110	-	36.110	42	42
Donus (iii)	-	100,00%	29.634	-	-	(307)	11
Hohneck S.A.	100,00%	100,00%	6.174	-	6.174	5.811	5.811
Jalua	100,00%	100,00%	7.202.912	-	7.202.912	658.289	658.289
Lizar	100,00%	100,00%	69.150	-	69.150	30.521	30.521
Maltaria Pampa S.A. (ii)	60,00%	100,00%	3.539.724	76.803	2.180.454	254.943	187.198
Monthiers	-	100,00%	-	13.061	13.061	-	-
R P O	100,00%	100,00%	64.792	-	64.790	(34.675)	(34.675)
Tenedora (ii)	80,61%	85,00%	4.639.489	4.489.021	8.318.377	1.272.687	1.039.603
Ajuste pela adoção da prática contábil do custo precedente					6.966.501		-
Total					82.132.552		3.751.761

(i) Refere-se à realocação de ágios e marcas para o investimento;

(ii) Alguns valores podem não corresponder diretamente aos percentuais de participação devido aos lucros não realizados entre empresas do grupo;

(iii) Em novembro de 2020 a Ambev transferiu para a Arosuco a totalidade de suas cotas da Donus;

(iv) O total não contempla o resultado da equivalência patrimonial de investidas com passivo a descoberto, de R\$17.020, o qual está contemplado na rubrica de outros passivos no balanço patrimonial.

Os valores de investimento e resultado de equivalência podem não corresponder diretamente aos percentuais de participação em decorrência do arredondamento dos percentuais.

b) Principais controladas com participação de não controladores:

As controladas indiretas Cerveceria Nacional Dominicana S.A. ("CND"), Cerveceria Paraguay S.A. e Cerveceria Bucanero S.A. ("Bucanero") são as que possuem maior participação de não controladores, sendo responsáveis por praticamente a totalidade do saldo de participação de não controladores, de R\$1.335.496, apresentado na demonstração do patrimônio líquido.

12 IMOBILIZADO

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativo imobilizado	13.317.158	11.395.040	26.664.070	22.852.861
Ativo de direito de uso	1.122.100	773.344	2.560.191	1.915.494
	14.439.258	12.168.384	29.224.261	24.768.355

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

	Controladora				
	Terrenos e edifícios	Instalações e equipamentos	Utensílios e acessórios	Em construção	Total
Custo de aquisição					
Saldo em 31 de dezembro de 2019	6.157.488	17.454.898	3.203.396	1.066.320	27.882.102
Aquisições	-	204.025	-	2.630.292	2.834.317
Alienações e baixas	(1.558)	(241.850)	(44.770)	-	(288.178)
Transferências de (para) outras categorias de ativos	184.488	1.389.540	218.400	(2.152.655)	(360.227)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.340.418	18.806.613	3.377.026	1.543.957	30.068.014
Aquisições	-	506.754	10	3.987.263	4.494.027
Alienações e baixas	(101.142)	(354.205)	(283.805)	(3.382)	(742.534)
Transferências de (para) outras categorias de ativos	447.249	1.348.291	258.091	(2.400.314)	(346.683)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.686.525	20.307.453	3.351.322	3.127.524	33.472.824
	Terrenos e edifícios	Instalações e equipamentos	Utensílios e acessórios	Em construção	Total
Depreciação					
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(2.324.480)	(12.311.303)	(2.431.162)	-	(17.066.945)
Depreciação	(234.365)	(1.337.281)	(295.834)	-	(1.867.480)
Alienações e baixas	(3.156)	241.298	44.021	-	282.163
Transferências (de) para outras categorias de ativos	30.078	11.416	20.653	-	62.147
Outros	-	(82.859)	-	-	(82.859)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(2.531.923)	(13.478.729)	(2.662.322)	-	(18.672.974)
Depreciação	(228.264)	(1.563.391)	(271.423)	-	(2.063.078)
Alienações e baixas	30.226	355.747	277.237	-	663.210
Transferências (de) para outras categorias de ativos	38.805	34.783	(17.096)	-	56.492
Outros	-	(139.316)	-	-	(139.316)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(2.691.156)	(14.790.906)	(2.673.604)	-	(20.155.666)
Valor contábil:					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.808.495	5.327.884	714.704	1.543.957	11.395.040
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.995.369	5.516.547	677.718	3.127.524	13.317.158

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

	Consolidado				
	Terrenos e edifícios	Instalações e equipamentos	Utensílios e acessórios	Em construção	Total
Custo de aquisição					
Saldo em 31 de dezembro de 2019	10.886.903	29.676.067	6.367.458	2.184.297	49.114.725
Efeito de conversão de balanço	724.849	1.811.929	392.109	173.154	3.102.041
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	310.492	1.160.364	291.754	130.284	1.892.894
Aquisição por meio de combinações de negócios	4.009	9.841	1.716	-	15.566
Aquisições	17.203	514.754	74.318	3.815.601	4.421.876
Alienações e baixas	(23.714)	(1.422.230)	(247.003)	153	(1.692.794)
Transferências de (para) outras categorias de ativos	465.366	2.286.586	338.800	(3.472.946)	(382.194)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	12.385.108	34.037.311	7.219.152	2.830.543	56.472.114
Efeito de conversão de balanço	54.109	128.963	4.295	6.031	193.398
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	544.167	1.170.073	216.392	148.722	2.079.354
Aquisição por meio de combinações de negócios	859	8.558	549	1.134	11.100
Aquisições	11.291	960.138	45.213	6.294.391	7.311.033
Alienações e baixas	(117.681)	(1.238.356)	(360.415)	(3.382)	(1.719.834)
Transferências de (para) outras categorias de ativos	662.036	2.402.864	401.544	(3.872.918)	(406.474)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	13.539.889	37.469.551	7.526.730	5.404.521	63.940.691
	Terrenos e edifícios	Instalações e equipamentos	Utensílios e acessórios	Em construção	Total
Depreciação					
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(3.400.533)	(20.381.204)	(4.785.318)	-	(28.567.055)
Efeito de conversão de balanço	(174.260)	(1.205.742)	(278.491)	-	(1.658.493)
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	(51.432)	(670.356)	(299.978)	-	(1.021.766)
Depreciação	(401.768)	(2.795.364)	(699.221)	-	(3.896.353)
Alienações e baixas	7.825	1.409.014	245.876	-	1.662.715
Transferências (de) para outras categorias de ativos	29.822	(3.578)	22.026	-	48.270
Outros	(3.092)	(183.195)	(284)	-	(186.571)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(3.993.438)	(23.830.425)	(5.795.390)	-	(33.619.253)
Efeito de conversão de balanço	(39.654)	(52.366)	10.586	-	(81.434)
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	(94.101)	(557.581)	(146.594)	-	(798.276)
Aquisição por meio de combinações de negócios	(258)	(1.065)	(196)	-	(1.519)
Depreciação	(398.116)	(3.098.465)	(634.431)	-	(4.131.012)
Alienações e baixas	46.584	1.222.553	320.579	-	1.589.716
Transferências (de) para outras categorias de ativos	36.617	1.303	5.398	-	43.318
Outros	(7.115)	(268.996)	(2.050)	-	(278.161)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(4.449.481)	(26.585.042)	(6.242.098)	-	(37.276.621)
Valor contábil:					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	8.391.670	10.206.886	1.423.762	2.830.543	22.852.861
Saldo em 31 de dezembro de 2021	9.090.408	10.884.509	1.284.632	5.404.521	26.664.070

Imobilizados dados em garantia não são relevantes.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

Ativo de direito de uso:

	Controladora			
	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Outros	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de dezembro de 2019	519.582	1.048.421	50.761	1.618.764
Adições	30.588	115.215	25.001	170.804
Saldo em 31 de dezembro de 2020	550.170	1.163.636	75.762	1.789.568
Adições	296.221	742.056	38.592	1.076.869
Baixas	(172.511)	(662.815)	(71.655)	(906.981)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	673.880	1.242.877	42.699	1.959.456
	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Outros	Total
Depreciação				
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(151.138)	(385.959)	(15.344)	(552.441)
Depreciação	(87.341)	(336.293)	(40.149)	(463.783)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(238.479)	(722.252)	(55.493)	(1.016.224)
Depreciação	(186.877)	(297.618)	(24.104)	(508.599)
Baixas	106.055	519.557	61.855	687.467
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(319.301)	(500.313)	(17.742)	(837.356)
Valor contábil:				
Saldo em 31 de dezembro de 2020	311.691	441.384	20.269	773.344
Saldo em 31 de dezembro de 2021	354.579	742.564	24.957	1.122.100

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

	Consolidado			
	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Outros	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.339.771	1.865.109	156.221	3.361.101
Efeito de conversão de balanço	131.765	8.215	9.284	149.264
Adições	321.794	32.566	12.243	366.603
Transferências de (para) outras categorias de ativos	(1.812)	-	(2.207)	(4.019)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.791.518	1.905.890	175.541	3.872.949
Efeito de conversão de balanço	51.838	3.954	6.261	62.053
Adições	803.868	1.409.601	71.175	2.284.644
Baixas	(312.351)	(1.327.771)	(122.748)	(1.762.870)
Transferências de (para) outras categorias de ativos	(27.692)	(76.473)	90.165	(14.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.307.181	1.915.201	220.394	4.442.776
	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Outros	Total
Depreciação				
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(494.488)	(756.906)	(81.078)	(1.332.472)
Efeito de conversão de balanço	(40.931)	(4.482)	(3.855)	(49.268)
Depreciação	(280.672)	(256.519)	(43.416)	(580.607)
Transferências (de) para outras categorias de ativos	3.217	-	1.675	4.892
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(812.874)	(1.017.907)	(126.674)	(1.957.455)
Efeito de conversão de balanço	(19.328)	(1.532)	(3.573)	(24.433)
Depreciação	(476.324)	(489.408)	(58.660)	(1.024.392)
Baixas	205.790	794.893	109.604	1.110.287
Transferências (de) para outras categorias de ativos	1.537	43.067	(31.196)	13.408
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(1.101.199)	(670.887)	(110.499)	(1.882.585)
Valor contábil:				
Saldo em 31 de dezembro de 2020	978.644	887.983	48.867	1.915.494
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.205.982	1.244.314	109.895	2.560.191

Contratos por prazo e taxa de desconto

A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade (“spread” de crédito). Os *spreads* foram obtidos por meio de sondagens junto às instituições financeiras. A tabela a seguir evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Prazos	Taxa % a.a.	
	2021	2020
2021-2025	7,29%	10,54%
2026-2030	9,78%	8,19%
2031-2035	14,47%	10,97%

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento nas operações ocorridas no Brasil, conforme os períodos previstos para pagamento:

Fluxo de caixa	31 de dezembro de 2021	
	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	2.117.808	1.797.585
PIS/COFINS potencial (9,25%)	195.897	166.277
	2.313.705	1.963.862

Divulgações adicionais requeridas pela CVM

Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP no 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

	2022	2023	2024	2025	2026
Passivo de arrendamento					
Contábil - IFRS 16/CPC 06(R2)	1.943.017	1.434.723	1.036.796	772.815	660.593
Fluxo com projeção de inflação	2.063.468	1.526.368	1.100.975	818.448	689.404
Variação	6%	6%	6%	6%	4%
Direito de uso líquido - saldo final					
Contábil - IFRS 16/CPC 06(R2)	1.898.949	1.425.841	1.062.643	780.032	621.047
Fluxo com projeção de inflação	2.017.632	1.513.062	1.121.089	821.087	646.826
Variação	6%	6%	6%	5%	4%
Despesa financeira					
Contábil - IFRS 16/CPC 06(R2)	140.440	102.128	66.271	49.963	37.284
Fluxo com projeção de inflação	149.448	108.760	70.643	53.112	39.425
Variação	6%	6%	7%	6%	6%
Despesa de depreciação					
Contábil - IFRS 16/CPC 06(R2)	690.231	648.602	614.333	523.136	548.098
Fluxo com projeção de inflação	722.536	679.736	643.169	545.651	569.289
Variação	5%	5%	5%	4%	4%

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

13 INTANGÍVEL

	Controladora			
	Contratos de exclusividade	Software	Outros	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.461.243	1.283.755	134.881	3.879.879
Adições	168.715	-	29.999	198.714
Alienação	(553)	-	-	(553)
Transferências de (para) outras categorias de ativos	56.309	170.777	-	227.086
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.685.714	1.454.532	164.880	4.305.126
Alienação	-	(9.607)	-	(9.607)
Transferências de (para) outras categorias de ativos	-	349.793	(29.990)	319.803
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.685.714	1.794.718	134.890	4.615.322
	Contratos de exclusividade	Software	Outros	Total
Amortização e perdas de redução ao valor de recuperação				
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(2.124.907)	(774.138)	(88.510)	(2.987.555)
Amortização	(234.067)	(159.112)	(1)	(393.180)
Alienação	69	-	-	69
Transferências (de) para outras categorias de ativos	-	1.271	-	1.271
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(2.358.905)	(931.979)	(88.511)	(3.379.395)
Amortização	(58.190)	(187.341)	(1)	(245.532)
Alienação	-	8.865	-	8.865
Transferências (de) para outras categorias de ativos	-	115	-	115
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(2.417.095)	(1.110.340)	(88.512)	(3.615.947)
Valor contábil:				
31 de dezembro de 2020	326.809	522.553	76.369	925.731
31 de dezembro de 2021	268.619	684.378	46.378	999.375

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

	Consolidado				
	Marcas	Contratos de exclusividade	Software	Outros	Total
Custo de aquisição					
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.744.302	2.956.301	1.801.190	663.503	10.165.296
Efeito de conversão de balanço	646.714	75.305	40.628	73.349	835.996
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	348.215	28.471	85.261	203.843	665.790
Adições	9.136	168.715	20.244	72.724	270.819
Alienação	-	(553)	(515)	-	(1.068)
Aquisição por meio de combinação de negócios	27.549	-	-	-	27.549
Transferências de (para) outras categorias de ativos	(122.462)	56.309	291.422	87.472	312.741
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.653.454	3.284.548	2.238.230	1.100.891	12.277.123
Efeito de conversão de balanço	123.749	16.313	(20.896)	(4.571)	114.595
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	622.008	56.089	103.797	149.118	931.012
Adições	-	-	26.012	340.068	366.080
Alienação	(31.038)	-	(13.401)	-	(44.439)
Aquisição por meio de combinação de negócios	-	-	24	-	24
Transferências de (para) outras categorias de ativos	(39.249)	(8.500)	625.586	(206.937)	370.900
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.328.924	3.348.450	2.959.352	1.378.569	14.015.295
	Marcas	Contratos de exclusividade	Software	Outros	Total
Amortização e perdas de redução ao valor de recuperação					
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(2.328.472)	(1.131.251)	(399.209)	(3.858.932)
Efeito de conversão de balanço	-	6.765	(25.620)	(33.352)	(52.207)
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	-	(28.371)	(57.673)	(191.004)	(277.048)
Amortização	-	(234.209)	(247.329)	(30.223)	(511.761)
Alienação	-	38	472	-	510
Transferências (de) para outras categorias de ativos	-	-	2.896	(25)	2.871
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(2.584.249)	(1.458.505)	(653.813)	(4.696.567)
Efeito de conversão de balanço	-	13.140	15.079	20.739	48.958
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	-	(55.987)	(83.773)	(139.748)	(279.508)
Amortização	-	(58.393)	(299.732)	(46.840)	(404.965)
Alienação	-	-	14.096	-	14.096
Transferências (de) para outras categorias de ativos	-	8.500	(16.719)	(75)	(8.294)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(2.676.989)	(1.829.554)	(819.737)	(5.326.280)
Valor contábil:					
31 de dezembro de 2020	5.653.454	700.299	779.725	447.078	7.580.556
31 de dezembro de 2021	6.328.924	671.461	1.129.798	558.832	8.689.015

A Companhia é proprietária de algumas das mais importantes marcas da indústria de cerveja do mundo. Consequentemente, espera-se que estas marcas possam gerar fluxos de caixa positivos pelo período em que a Companhia mantiver sua propriedade. Nesse contexto, as marcas registradas como parte do valor justo quando da aquisição de subsidiárias são consideradas como de vida útil indefinida. As principais marcas reconhecidas pela Companhia são *Quilmes* na Argentina, *Pilsen* no Paraguai e Bolívia e *Presidente* e *Presidente Light* na República Dominicana.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

O valor contábil dos intangíveis com vida útil indefinida classificados como marcas foi alocado para os seguintes países:

	2021	2020
Argentina	1.917.057	1.523.013
Bolívia	956.691	890.896
Brasil	-	3.367
Canadá	235.192	218.468
Chile	84.806	94.465
Luxemburgo	339.633	339.633
Paraguai	616.255	568.376
República Dominicana	1.670.424	1.534.888
Panamá	383.798	357.403
Uruguai	125.068	122.945
	6.328.924	5.653.454

Intangíveis com vida útil indefinida foram testados para fins de redução ao valor de recuperação no nível da unidade geradora de caixa com base na mesma abordagem descrita na Nota 14 - *Ágio*.

14 ÁGIO

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial	281.858	281.858	40.023.457	35.009.909
Efeito de conversão de balanço	-	-	1.255.314	4.006.854
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	-	-	1.092.437	605.432
Aquisição, adição, (baixa) e permuta de subsidiárias	-	-	40.052	401.262
Saldo final	281.858	281.858	42.411.260	40.023.457

O valor do ágio foi alocado às seguintes unidades geradoras de caixa (“UGCs”):

	Moeda funcional	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Brasil	BRL	281.858	281.858	17.702.415	17.696.645
Ágio		-	-	102.945.048	102.939.278
Transação com não controladores ⁽ⁱ⁾		-	-	(85.242.633)	(85.242.633)
CAC:					
República Dominicana	DOP	-	-	4.439.344	4.080.709
Panamá	PAB	-	-	1.939.896	1.806.467
América Latina - sul:					
Argentina	ARS	-	-	3.232.649	2.415.231
Bolívia	BOB	-	-	1.973.945	1.838.188
Chile	CLP	-	-	57.371	63.904
Paraguai	PYG	-	-	1.083.196	998.888
Uruguai	UYU	-	-	185.166	182.023
Canadá	CAD	-	-	11.797.278	10.941.402
		281.858	281.858	42.411.260	40.023.457

(i) Refere-se à operação de permuta de participações societárias ocorrida em 2013 em decorrência da adoção da prática contábil do custo precedente.

Os ativos de vida útil indefinida correspondem a aproximadamente 31% do total de ativos consolidados da Ambev em 31 de dezembro de 2021 (36% em 31 de dezembro de 2020), é testado para fins de redução ao valor recuperável por UGC, no mínimo anualmente. Uma UGC é o menor nível no qual o ativo é monitorado para fins gerenciais da Companhia. Em uma combinação de negócios, o ativo de vida útil indefinida é alocado a partir da data de aquisição em cada UGC que se espera ser beneficiada pelas sinergias da combinação de negócios.

Testes do ágio para verificação de *impairment*

A Companhia não tem como prever se um evento irá desencadear um *impairment*, quando ocorrerá ou como afetará o valor do ativo reportado. A Companhia entende que as estimativas utilizadas são razoáveis: elas são consistentes com os relatórios internos da Companhia e refletem as melhores estimativas da administração. No entanto, existem incertezas inerentes que a administração é incapaz de controlar. Embora uma mudança nas estimativas utilizadas possa ter um impacto significativo no cálculo do valor justo e desencadear uma taxa de redução do valor recuperável, a Companhia, com base na análise de sensibilidade realizada, não tem conhecimento de qualquer mudança provável em uma premissa importante que poderia resultar em um valor contábil maior que o valor recuperável.

A Companhia realizou seu teste anual de *impairment* com base nas premissas descritas abaixo, chegando à conclusão de que não há necessidade de ajustes por *impairment*.

A metodologia utilizada pela Companhia para a determinação do valor recuperável de todas as suas UGCs é o valor justo líquido de despesas de venda, utilizando múltiplos do lucro antes do resultado financeiro, imposto sobre a renda e despesas com depreciação e amortização (“EBITDA”), observados no mercado em transações precedentes de negócios comparáveis, na indústria cervejeira nacional e internacional. Os valores utilizados pela Companhia nesta abordagem são baseados em fontes de informação externas. Esta mensuração se classifica no nível 2 da hierarquia de valor justo, uma vez que a principal fonte de informação utilizada pela Companhia para determinar o valor recuperável foi múltiplos de EBITDA praticados em transações observadas envolvendo negócios comparáveis. Como parte desta análise de múltiplos, a Companhia estabeleceu que as UGCs cujo capital investido seja superior a 7 vezes o seu EBITDA devem ter seu valor recuperável determinado com base na abordagem de valor em uso, para determinar se tal valor excede seu valor contábil. Na última análise efetuada pela Companhia, apenas o Chile atendeu ao critério pré-determinado.

Deste modo, para as UGCs Brasil e Chile, a Companhia também utilizou projeções de fluxo de caixa descontado para a determinação do valor recuperável, de forma a corroborar as conclusões alcançadas pela aplicação da abordagem de valor justo líquido de despesas de venda, de que o valor recuperável destas UGCs não excede seu valor recuperável. A seleção destas UGCs considerou aspectos quantitativos e

qualitativos, uma vez que a UGC Brasil é a mais representativa para a Companhia, e a UGC Chile identificamos um múltiplo acima do parâmetro pré-determinado em relação ao EBITDA.

Análise de sensibilidade

Com base no cenário provável, foi construída uma análise de sensibilidade para um acréscimo ou redução de 0,5 ponto percentual na taxa de desconto e na taxa de crescimento. Sendo que em qualquer combinação o valor do fluxo de caixa foi superior ao seu valor contábil. Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

Os julgamentos, estimativas e premissas-chave utilizadas nos cálculos de fluxo de caixa descontado de tais UGCs são calculados da seguinte forma:

- O primeiro ano do modelo é baseado na melhor estimativa do fluxo de caixa para o ano em curso;
- O segundo ano do modelo, os fluxos de caixa são baseados no plano estratégico aprovado pela Administração. O plano estratégico é preparado por país e é baseado em fontes externas em relação aos pressupostos macroeconômicos, evolução da indústria, inflação e taxas de câmbio, experiência passada e iniciativas em termos de *market share*, receita, custos e capital de giro;
- Do terceiro ao décimo ano do modelo, os fluxos de caixa são extrapolados utilizando o crescimento de volume, índice de preços e *market share* esperado para cada UGC. No caso do Chile, levamos em consideração as melhores estimativas da administração local;
- As projeções são feitas na moeda funcional da unidade de negócios e descontados pelo custo médio ponderado da unidade de capital ("WACC"), considerando-se as sensibilidades nesta métrica;

Para nossas análises de fluxo de caixa, a taxa de crescimento aplicada variou entre 3,0% e 5,3%.

O WACC nominal aplicado em moeda local para cada UGC:

UGC	2021
Chile	7,70%
Brasil	9,59%

Embora a Companhia acredite que seus julgamentos, premissas e estimativas sejam adequados, os resultados reais podem diferir dessas estimativas sob premissas diferentes ou condições mercadológicas ou macroeconômicas.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

15 CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fornecedores ⁽ⁱ⁾	13.118.854	10.323.823	23.867.688	18.182.126
Partes relacionadas (Nota 33)	1.707.268	2.088.010	1.210.223	1.157.097
Passivo circulante	14.826.122	12.411.833	25.077.911	19.339.223
Fornecedores ⁽ⁱ⁾	200.176	225.980	209.140	235.377
Partes relacionadas (Nota 33)	20.874.134	19.560.364	407.916	420.495
Passivo não circulante	21.074.310	19.786.344	617.056	655.872
Total	35.900.432	32.198.177	25.694.967	19.995.095

(i) Os valores contratuais nominais, incluindo juros, são de R\$29.103 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R\$21.071 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Os valores que a Controladora tem a pagar para partes relacionadas correspondem, principalmente, a contratos de mútuo celebrados com controladas integrais da Companhia, cujo incremento decorre da variação cambial do exercício - Veja detalhes adicionais na Nota 33 - *Partes relacionadas*.

16 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Empréstimos bancários com garantia ⁽ⁱ⁾	54.748	1.755.344	72.760	1.940.773
Empréstimos bancários sem garantia ⁽ⁱ⁾	1.071	1.209	84.070	246.744
Debêntures e <i>bonds</i> emitidos	-	108.548	-	108.548
Outros empréstimos sem garantia	37.250	36.702	37.250	36.702
Arrendamentos	284.812	198.781	653.038	406.006
Passivo circulante	377.881	2.100.584	847.118	2.738.773
Empréstimos bancários com garantia	174.169	228.918	174.279	238.369
Empréstimos bancários sem garantia	-	1.074	-	1.074
Outros empréstimos sem garantia	92.858	98.950	92.858	98.950
Arrendamentos	875.477	690.648	1.986.269	1.715.062
Passivo não circulante	1.142.504	1.019.590	2.253.406	2.053.455

(i) No segundo trimestre de 2020, a Administração da Ambev aprovou a contratação de empréstimos com o objetivo de financiar o seu capital de giro e que foram integralmente liquidados em 2021.

Informações adicionais com relação à exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e o cronograma de desembolsos estão divulgadas na Nota 29 - *Instrumentos financeiros e riscos*.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as dívidas apresentavam as seguintes taxas:

	Controladora					
	2021			2020		
	Taxa média ao ano	Circulante	Não Circulante	Taxa média ao ano	Circulante	Não Circulante
Instrumentos de Dívida						
Dívida Reais taxa flutuante (CDI e DI)	-	-	-	3,90%	850.000	-
Dívida Reais taxa flutuante (TJLP e TR)	-	-	-	9,33%	11.604	149.621
Dívida em Reais - ICMS taxa fixa	5,06%	37.250	92.858	4,54%	36.702	98.950
Dívida em Reais - taxa fixa	7,12%	340.631	1.049.646	5,42%	1.202.278	771.019
Total		377.881	1.142.504		2.100.584	1.019.590

	Consolidado					
	2021			2020		
	Taxa média ao ano	Circulante	Não Circulante	Taxa média ao ano	Circulante	Não Circulante
Instrumentos de Dívida						
Dívida denominada em USD taxa fixa	13,12%	17.450	-	14,00%	4.864	-
Dívida Reais taxa flutuante (CDI e DI)	11,56%	82.999	-	3,90%	851.349	1.074
Outras moedas latino-americanas taxa fixa	11,34%	48.722	177.315	8,11%	436.335	153.659
Dívida denominada em CAD taxa fixa	2,49%	91.685	339.096	3,50%	64.854	277.699
Dívida Reais taxa flutuante (TJLP e TR)	-	-	-	9,33%	11.604	149.621
Dívida em Reais - ICMS taxa fixa	5,06%	37.250	92.858	4,54%	36.702	98.950
Dívida em Reais - taxa fixa	7,33%	569.012	1.644.137	5,42%	1.333.065	1.372.452
Total		847.118	2.253.406		2.738.773	2.053.455

Reconciliação de passivos decorrentes de atividades de financiamento

As tabelas abaixo detalham as alterações nos passivos da Companhia decorrentes de atividades de financiamento, incluindo mudanças monetárias e não monetárias. Passivos decorrentes de atividades de financiamento são aqueles para os quais fluxos de caixa ou fluxos de caixa futuros serão classificados na demonstração dos fluxos de caixa das atividades de financiamento:

	Controladora	
	Passivo circulante	Passivo não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.100.584	1.019.590
Proventos de empréstimos	-	155.165
Liquidação de empréstimos	(1.932.789)	-
Variação cambial	(12)	8
Transferência entre circulante e não circulantes	729.687	(729.687)
Novos contratos de arrendamento	-	849.885
Juros de arrendamentos	74.075	-
Pagamentos de arrendamentos	(386.395)	-
Outros movimentos	(207.269)	(152.457)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	377.881	1.142.504

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

	Consolidado	
	Passivo circulante	Passivo não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.738.773	2.053.455
Proventos de empréstimos	160.058	155.168
Liquidação de empréstimos	(2.453.953)	-
Variação cambial	26.220	32.048
Transferência entre circulante e não circulantes	1.361.690	(1.361.690)
Novos contratos de arrendamento	41.801	1.538.381
Juros de arrendamentos	145.285	-
Pagamentos de arrendamentos	(808.490)	-
Outros movimentos	(364.266)	(163.956)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	847.118	2.253.406

Cláusulas contratuais (Covenants)

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, as dívidas da Companhia tinham direitos iguais de pagamento, não havendo subordinação entre elas. Exceção feita às linhas de crédito FINAME contratadas pela Companhia junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("BNDES"), onde foram prestadas garantias reais sobre os ativos adquiridos com o crédito concedido, os demais empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia preveem a prestação de garantia pessoal ou são sem garantia. A maioria dos contratos financeiros preveem cláusulas restritivas (*covenants*), tais como: *covenants* financeiros, incluindo limitação a novos endividamentos; garantia da existência da Companhia; manutenção, em uso ou em boas condições de uso para o negócio, dos ativos da Companhia; limitação para realização de operações de aquisição, fusão, venda ou alienação de seus ativos; divulgação de demonstrações contábeis e balanços patrimoniais; não constituição de garantias reais em novas dívidas contratadas, exceto se: (i) expressamente autorizado nos termos do contrato; ou (ii) em novas dívidas contratadas perante instituições financeiras ligadas ao governo brasileiro - incluindo o BNDES - ou governos estrangeiros, sejam estas instituições financeiras multilaterais (ex. Banco Mundial) ou localizadas em jurisdições em que a Companhia exerça suas atividades.

Adicionalmente, os financiamentos contratados perante o BNDES estão sujeitos às "Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES" ("Disposições"). De acordo com referidas Disposições, os tomadores de empréstimos, como a Companhia, não poderão, sem a prévia anuência do BNDES, por exemplo: (i) assumir novas dívidas (exceto as previstas em referidas Disposições); (ii) conceder preferência a outros créditos; e/ou (iii) alienar ou onerar bens de seu ativo permanente (exceto nos casos previstos em referidas Disposições).

Estas cláusulas restritivas são aplicáveis a partir da data de celebração e entrada em vigor de cada contrato, na medida em que os eventos previstos contratualmente ocorram. A depender da materialidade de cada um dos eventos e de seus efeitos adversos para a Companhia e/ou suas subsidiárias e/ou os direitos de seus credores, podem ser aplicadas penalidades contratuais, sendo uma delas o vencimento antecipado do respectivo contrato. Em determinados contratos, na hipótese de ocorrência de qualquer um dos eventos previstos nas referidas cláusulas restritivas,

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

pode ser concedido à Companhia um prazo de cura para saneamento de eventual inadimplemento contratual, a fim de evitar penalidades decorrentes da quebra de obrigação.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia atendeu todos os compromissos contratuais de suas operações de empréstimos e financiamentos.

17 PROVISÕES

(a) Movimentação das provisões

	Controladora				
	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Provisões constituídas	Provisões utilizadas	Provisões revertidas	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Provisão para disputas e litígios					
Impostos sobre vendas	174.450	35.382	(15.162)	(26.448)	168.222
Trabalhistas	79.275	132.076	(108.511)	(16.844)	85.996
Cíveis	44.138	142.652	(113.610)	(10.824)	62.356
Demais tributos	81.294	7.589	(7.005)	(470)	81.408
Total de provisão para disputas e litígios	379.157	317.699	(244.288)	(54.586)	397.982

	Controladora				
	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Provisões constituídas	Provisões utilizadas	Provisões revertidas	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Provisão para disputas e litígios					
Impostos sobre vendas	168.222	194.770	(56.298)	(100.221)	206.473
Trabalhistas	85.996	123.887	(113.786)	(16.740)	79.357
Cíveis	62.356	104.677	(60.320)	(29.661)	77.052
Demais tributos	81.408	12.126	(3.255)	(4.868)	85.411
Total de provisão para disputas e litígios	397.982	435.460	(233.659)	(151.490)	448.293

	Consolidado					
	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Efeito das variações nas taxas de câmbio	Provisões constituídas	Provisões utilizadas	Provisões revertidas	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Provisão para disputas e litígios						
Impostos sobre vendas	182.339	204	49.303	(17.178)	(30.472)	184.196
Trabalhistas	120.127	(133)	173.969	(142.187)	(21.934)	129.842
Cíveis	64.023	(788)	167.280	(132.175)	(11.484)	86.856
Demais tributos	105.907	991	58.158	(8.045)	(399)	156.612
Total de provisão para disputas e litígios	472.396	274	448.710	(299.585)	(64.289)	557.506
Reestruturação	8.609	2.918	7.128	-	(4.163)	14.492
Total das provisões	481.005	3.192	455.838	(299.585)	(68.452)	571.998

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

	Consolidado					Saldo em 31 de dezembro de 2021
	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Efeito das variações nas taxas de câmbio	Provisões constituídas	Provisões utilizadas	Provisões revertidas	
Provisão para disputas e litígios						
Impostos sobre vendas	184.196	-	198.519	(57.308)	(106.854)	218.553
Trabalhistas	129.842	(820)	163.142	(147.167)	(20.809)	124.188
Cíveis	86.856	(2.207)	273.888	(71.838)	(33.745)	252.954
Demais tributos	156.612	2.000	14.562	(5.159)	(5.026)	162.989
Total de provisão para disputas e litígios	557.506	(1.027)	650.111	(281.472)	(166.434)	758.684
Reestruturação	14.492	1.153	6.796	(5.035)	-	17.406
Total das provisões	571.998	126	656.907	(286.507)	(166.434)	776.090

(b) Expectativa de desembolso

	Controladora				Consolidado			
	2021		2020		2021		2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Provisão para disputas e litígios								
Impostos sobre vendas	63.867	142.606	41.082	127.140	55.390	163.163	42.626	141.570
Trabalhistas	24.547	54.810	19.702	66.294	27.967	96.221	28.152	101.690
Cíveis	23.834	53.218	14.286	48.070	58.835	194.119	24.009	62.847
Demais tributos	26.420	58.991	18.651	62.757	20.922	142.067	19.001	137.611
Total de provisão para disputas e litígios	138.668	309.625	93.721	304.261	163.114	595.570	113.788	443.718
Reestruturação	-	-	-	-	9.204	8.202	11.124	3.368
Total das provisões	138.668	309.625	93.721	304.261	172.318	603.772	124.912	447.086

O prazo estimado para liquidação das provisões foi baseado na melhor estimativa da Administração na data das demonstrações contábeis.

(c) Principais processos com perda provável:

(c.1) Impostos sobre vendas

A Companhia e suas subsidiárias possuem no Brasil diversos processos administrativos e judiciais referentes aos tributos de ICMS, IPI, PIS e COFINS. Estes processos envolvem compensações, suposta insuficiência de recolhimento de imposto, creditamentos, entre outros.

(c.2) Trabalhistas

A Companhia e suas subsidiárias estão envolvidas em processos trabalhistas considerados como prováveis de perda, envolvendo ex-empregados, incluindo de empresas prestadoras de serviços. Tais processos envolvem principalmente horas extras, seus reflexos e respectivos encargos.

(c.3) Cíveis

A Companhia está envolvida em processos cíveis considerados como prováveis de perda. A parcela mais relevante desses processos foi ajuizada por ex-distribuidores, principalmente no Brasil, os quais se referem em sua maioria a pedidos de indenização pelo término da relação contratual de distribuição com a Companhia.

Os processos com probabilidades possíveis estão divulgados na Nota 31 - *Contingências*.

18 BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

A Companhia patrocina benefícios pós-emprego como aposentadoria, assistência médica, odontológica e entre outros para funcionários do Brasil e das subsidiárias localizadas na República Dominicana, Barbados, Panamá, Uruguai, Bolívia, Argentina e Canadá com base no salário dos funcionários e no tempo de serviço dos mesmos. As entidades são regidas pelas regulamentações locais e pelas práticas individuais de cada país, como também pela relação da Companhia com os fundos de pensão e a composição dos mesmos.

Os benefícios pós-emprego de aposentadoria são administrados através de fundos de pensão, e são classificados como planos de contribuição definida ou de benefício definido.

Os planos de pensão de benefício definido e os outros benefícios pós-emprego não são concedidos para novas aposentadorias.

Planos de contribuição definida

Esses planos são custeados pelos participantes e pela patrocinadora, e são administrados por fundos de pensão. Durante o exercício de 2021, a Companhia contribuiu com R\$74.121(R\$61.121 durante o exercício de 2020) para esses fundos, sendo esse montante considerado como despesa. Uma vez que as contribuições foram pagas, a Companhia não tem mais obrigações.

Planos de benefício definido

O passivo líquido de planos de benefício definido, em 31 de dezembro de 2021, está composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Valor presente das obrigações custeadas	(1.660.208)	(1.824.166)	(7.354.304)	(7.581.958)
Valor justo dos ativos do plano	1.832.061	1.944.841	5.638.046	5.533.348
Valor presente de obrigações custeadas líquidas	171.853	120.675	(1.716.258)	(2.048.610)
Valor presente das obrigações não custeadas	(231.282)	(281.153)	(1.165.422)	(1.195.699)
Valor presente das obrigações líquidas	(59.429)	(160.478)	(2.881.680)	(3.244.309)
Teto de ativo ("asset ceiling")	(180.072)	(160.586)	(180.072)	(160.586)
Passivos	(239.501)	(321.064)	(3.061.752)	(3.404.895)
Outros benefícios a funcionários de longo prazo	(71.087)	(77.198)	(104.349)	(105.504)
Total dos benefícios a funcionários	(310.588)	(398.262)	(3.166.101)	(3.510.399)
Valor dos benefícios a funcionários registrados no balanço patrimonial				
Passivos	(312.970)	(402.593)	(3.193.951)	(3.544.047)
Ativos	2.382	4.331	27.850	33.648
Passivos líquidos	(310.588)	(398.262)	(3.166.101)	(3.510.399)

As mudanças no valor presente das obrigações de benefício definido estão demonstradas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Obrigação com benefícios definidos em 1º de janeiro	(2.105.319)	(2.052.269)	(8.777.657)	(6.845.022)
Custo de serviços	(7.614)	(7.959)	(58.012)	(51.397)
Custo de juros	(139.629)	(142.765)	(324.317)	(339.455)
Ganhos e (perdas) em liquidações ou reduções dos benefícios	-	40.957	3.576	44.118
Contribuições dos participantes do plano	-	-	(6.895)	(6.092)
Ganhos e (perdas) atuariais - premissas geográficas	51.973	70.117	52.274	54.447
Ganhos e (perdas) atuariais - premissas financeiras	380.886	53.353	726.782	(443.576)
Ajustes de experiência	(228.300)	(203.714)	(213.039)	(180.889)
Reclassificações	-	-	(782)	-
Efeito de variação cambial	-	-	(495.307)	(1.531.745)
Benefícios pagos	156.513	136.961	573.651	521.954
Obrigação com benefícios definidos em 31 de dezembro	(1.891.490)	(2.105.319)	(8.519.726)	(8.777.657)

Na Fundação Zerrener o valor presente das obrigações custeadas inclui R\$603.932 em 31 de dezembro de 2021 (R\$704.983 em 31 de dezembro de 2020) de dois planos de assistência médica para os quais os benefícios são providos diretamente pela Fundação Zerrener. A Fundação Zerrener é uma entidade legalmente distinta que tem por principal finalidade proporcionar aos funcionários e administradores atuais e aposentados da Ambev no Brasil assistência médico-hospitalar e odontológica, auxiliar em cursos profissionalizantes e superiores, manter estabelecimentos para auxílio e assistência a idosos, entre outros, por meio de ações diretas ou mediante convênios de auxílios financeiros com outras entidades.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

A movimentação do valor justo dos ativos dos planos de pensão de benefício definido está demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro	1.944.841	2.012.023	5.533.348	4.582.376
Receita de juros	129.771	141.160	223.861	245.240
Custos de administração	-	-	(5.767)	(5.213)
Retorno esperado excluindo receita de juros	(106.750)	(90.676)	(148.326)	89.439
Contribuições da Ambev	20.712	19.295	342.033	306.746
Contribuições dos participantes do plano	-	-	7.126	6.333
Diferenças cambiais	-	-	263.066	812.147
Transferências	-	-	-	20.040
Acordos, liquidações e outros	-	-	(3.645)	(1.806)
Benefícios pagos excluindo custos de administração	(156.513)	(136.961)	(573.650)	(521.954)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro	1.832.061	1.944.841	5.638.046	5.533.348

O retorno real dos ativos em 31 de dezembro de 2021 foi um ganho de R\$23.021 na Controladora e R\$75.535 no Consolidado (ganho de R\$50.484 na Controladora e R\$334.679 no Consolidado em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou um montante de R\$2.382 na Controladora e R\$27.850 no Consolidado (R\$4.331 na Controladora e R\$33.648 no Consolidado em 31 de dezembro de 2020), referente ao limite sobre o reconhecimento de ativo que não exceda o valor presente dos benefícios futuros.

As mudanças no limite sobre o reconhecimento de ativo que não exceda o valor presente dos benefícios futuros estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Impacto do limite sobre o reconhecimento de ativo em 1º de janeiro	4.331	5.773	33.648	56.228
Receita/(despesa) de juros	209	193	1.318	12.304
Alterações excluindo os montantes incluídos na receita/(despesa) de juros	(2.158)	(1.635)	(9.080)	(48.938)
Efeito de variação cambial	-	-	1.964	14.054
Impacto do limite sobre o reconhecimento de ativo em 31 de dezembro	2.382	4.331	27.850	33.648

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

A receita/(despesa) reconhecida no resultado em relação aos planos de benefício definido está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Custos de serviços correntes	(7.614)	(7.959)	(58.012)	(51.397)
Custos de administração	-	-	(5.767)	(5.213)
Ganhos e (perdas) em liquidações ou reduções dos benefícios	-	40.957	1.156	42.553
Resultado operacional	(7.614)	32.998	(62.623)	(14.057)
Custo financeiro	(20.874)	(22.920)	(115.567)	(117.202)
Total da despesa com benefícios a funcionários	(28.488)	10.078	(178.190)	(131.259)

A receita/(despesa) com benefícios a funcionários foram incluídas nos seguintes itens do resultado:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Outras receitas/(despesas) operacionais	-	-	(236)	-
Custo de vendas	-	-	(32.951)	(28.925)
Despesas comerciais	-	-	(11.694)	(9.907)
Receitas/(despesas) administrativas	(7.614)	32.998	(17.742)	24.775
Despesas financeiras	(20.874)	(22.920)	(115.567)	(117.202)
	(28.488)	10.078	(178.190)	(131.259)

As premissas atuariais utilizadas no cálculo das obrigações estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021 (i)	2020 (i)
Taxa de desconto	8,7%	6,9%	2,9% a 10,0%	2,4% a 10,0%
Inflação	3,3%	3,3%	2,0% a 3,5%	2,0% a 3,5%
Aumentos de salários futuros	5,1%	5,2%	1,0% a 7,1%	1,0% a 7,1%
Aumentos de pensão futuros	3,3%	3,3%	2,5% a 3,8%	2,0% a 3,8%
Tendência de custo com plano de saúde	6,9% ao ano com redução 6,9%	6,9% ao ano com redução 6,9%	4,2% a 6,9% ao ano com redução 6,9%	4,5% a 6,9% ao ano com redução 6,9%
Tendência de custo com plano odontológico	3,3%	3,3%	3,3%	3,3%
Expectativa de vida para homens acima de 65 anos	85	85	85 a 87	84 a 87
Expectativa de vida para mulheres acima de 65 anos	87	88	87 a 89	86 a 89

(i) Compreende as premissas dos países do Brasil, América Central e Caribe, América Latina - sul e Canadá.

Através de seus planos de pensão de benefício definido e planos médicos pós-emprego, a Companhia está exposta a uma série de riscos, os mais significativos estão detalhados a seguir:

Volatilidade do ativo

Os passivos dos planos são calculados utilizando uma taxa de desconto definida com referência aos títulos privados de alta qualidade, se os ativos do plano tiverem um

desempenho menor que desses rendimentos corporativos, a obrigação de benefício definido líquido da Companhia pode aumentar. Alguns planos custeados pela Companhia mantém uma proporção de ações, que provavelmente superarão a rentabilidade de títulos privados a longo prazo, apesar de proporcionar volatilidade e risco no curto prazo. Os planos geralmente buscam reduzir o nível de risco dos investimentos, investindo mais em ativos que melhor correspondem aos passivos.

Mudanças nos rendimentos de títulos

Uma diminuição nos rendimentos de títulos privados aumentará os passivos do plano, o que seria parcialmente compensado por um aumento no valor das participações dos títulos dos planos.

Risco de inflação

Algumas das obrigações de pensões da Companhia estão ligadas à inflação, e inflação mais alta levará a passivos superiores. A maioria dos ativos do plano não é afetada ou está vagamente correlacionada com a inflação, o que significa que um aumento da inflação poderia aumentar a obrigação de benefício líquida da Companhia.

Expectativa de vida

A maioria das obrigações dos planos proporciona benefícios durante a vida do participante, de modo que o aumento na expectativa de vida resultará em um aumento nos passivos dos planos.

Estratégia de investimento

No caso dos planos custeados, a Companhia garante que as posições de investimento são geridas dentro de um quadro de correspondências entre ativos e passivos, que foi desenvolvido para atingir investimentos de longo prazo que estão em consonância com as obrigações decorrentes dos regimes de pensões. Dentro deste quadro de correspondências entre ativos e passivos, o objetivo da Companhia é combinar ativos às obrigações de pensão através de investimentos em títulos de rendimento fixo de longo prazo com vencimentos que coincidem com os pagamentos de benefícios na data de vencimento e na moeda apropriada.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

As sensibilidades das obrigações de benefício definido em relação às principais premissas ponderadas estão demonstradas abaixo:

Em milhares de reais		Controladora			
		2021		2020	
Alteração na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa	
Custos com planos de saúde	100 pontos base	(74.108)	62.883	(100.275)	84.086
Taxa de desconto	50 pontos base	86.540	(92.039)	110.733	(120.217)
Aumento de salário futuro	50 pontos base	(12.427)	11.624	(17.955)	16.745
Longevidade	Um ano	(66.093)	65.061	(77.612)	76.055

Em milhares de reais		Consolidado			
		2021		2020	
Alteração na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa	
Custos com planos de saúde	100 pontos base	(114.677)	98.577	(139.428)	118.614
Taxa de desconto	50 pontos base	441.958	(470.286)	460.997	(492.581)
Aumento de salário futuro	50 pontos base	(19.841)	18.593	(24.313)	23.273
Longevidade	Um ano	(287.560)	279.514	(295.580)	287.066

Os dados apresentados acima representam flutuações puramente hipotéticas nas premissas individuais, mantendo todas as demais premissas constantes: as condições econômicas e suas mudanças sempre afetam, ao mesmo tempo, as demais premissas e seus efeitos não são lineares.

A composição dos ativos dos planos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está demonstrada a seguir:

		Controladora					
		2021			2020		
	Cotado	Não-cotado	Total	Cotado	Não-cotado	Total	
Títulos públicos	33%	-	33%	33%	-	33%	
Outros	67%	-	67%	67%	-	67%	

		Consolidado					
		2021			2020		
	Cotado	Não-cotado	Total	Cotado	Não-cotado	Total	
Títulos públicos	43%	-	43%	52%	-	52%	
Títulos corporativos	10%	-	10%	6%	-	6%	
Instrumentos patrimoniais	15%	-	15%	6%	-	6%	
Caixa	6%	-	6%	1%	-	1%	
Outros	26%	-	26%	35%	-	35%	

A taxa de retorno global esperada é calculada pela ponderação das taxas individuais de acordo com sua participação prevista no total da carteira de investimentos.

A Ambev espera contribuir com aproximadamente R\$25.713 na Controladora e R\$382.936 no Consolidado para os seus planos de benefício definido em 2022.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

	2021		2020	
	Milhares de ações ordinárias	Milhares de reais	Milhares de ações ordinárias	Milhares de reais
No início do exercício	15.735.118	57.899.073	15.733.575	57.866.759
Aumento de capital ⁽ⁱ⁾	9.334	143.391	1.543	32.314
No final do exercício ⁽ⁱⁱⁱ⁾	15.744.452	58.042.464	15.735.118	57.899.073

(i) Aumento de capital realizado por meio da emissão de ações.

(ii) O capital social encontra-se com ações totalmente subscritas e integralizadas.

(b) Reservas de capital

	Reservas de capital				
	Ações em tesouraria	Prêmio na emissão de ações	Outras reservas de capital	Pagamentos baseados em ações	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2020	(955.135)	53.662.811	700.898	1.402.888	54.811.462
Aumento de capital	-	-	-	(32.314)	(32.314)
Compra de ações e resultado de ações em tesouraria	13.498	-	-	-	13.498
Pagamentos baseados em ações	-	-	-	192.865	192.865
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(941.637)	53.662.811	700.898	1.563.439	54.985.511
Aumento de capital	(59.964)	-	-	(74.333)	(134.297)
Compra de ações e resultado de ações em tesouraria	(36.110)	-	-	-	(36.110)
Pagamentos baseados em ações	-	-	-	372.084	372.084
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(1.037.711)	53.662.811	700.898	1.861.190	55.187.188

(b.1) Compra de ações e resultado de ações em tesouraria

As ações em tesouraria abrangem as ações de emissão própria readquiridas pela Companhia e o resultado de ações em tesouraria, que se refere aos ganhos e perdas relacionados à realização das transações de pagamentos baseados em ações e outros.

Segue abaixo a movimentação das ações em tesouraria:

	Compra/Alienação		Resultado sobre ações em tesouraria	Total ações em tesouraria
	Milhares de ações ordinárias	Milhares de reais	Milhares de reais	Milhares de reais
Saldo em 01 de janeiro de 2020	3.622	(68.017)	(887.118)	(955.135)
Alterações no exercício	(3.419)	64.972	(51.474)	13.498
Saldo em 31 de dezembro de 2020	203	(3.045)	(938.592)	(941.637)
Alterações no exercício	5.580	(95.095)	(979)	(96.074)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.783	(98.140)	(939.571)	(1.037.711)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b.2) Prêmio na emissão de ações

O prêmio na emissão de ações refere-se à diferença entre o preço da subscrição que os acionistas pagaram pelas ações e o seu valor nominal. Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizada para aumento de capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou recompra de ações.

(b.3) Pagamentos baseados em ações

Diversos programas de remuneração baseada em ações e opções de compra de ações permitem que os executivos adquiram ações da Companhia.

A reserva de pagamentos baseados em ações foi impactada pela despesa de R\$322.993 na Controladora e R\$387.611 no Consolidado em 31 de dezembro de 2021 (R\$171.015 na Controladora e R\$208.709 no Consolidado em 31 de dezembro de 2020) (Nota 28 - *Pagamento baseado em ações*).

(c) Reservas de lucros

	Reservas de lucros			
	Reserva de investimentos	Reserva legal	Incentivos fiscais	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2020	10.798.106	4.456	10.071.706	20.874.268
Reserva de incentivos fiscais	-	-	1.332.752	1.332.752
Reserva de investimentos	3.713.041	-	-	3.713.041
Saldo em 31 de dezembro de 2020	14.511.147	4.456	11.404.458	25.920.061
Reserva de incentivos fiscais	-	-	1.423.467	1.423.467
Reserva de investimentos	3.848.112	-	-	3.848.112
Saldo em 31 de dezembro de 2021	18.359.259	4.456	12.827.925	31.191.640

(c.1) Reserva de investimentos

Do lucro líquido do exercício, obtido após as deduções aplicáveis, destina-se a importância não superior a 60% (sessenta por cento) do lucro líquido ajustado para a constituição de reserva de investimentos para que essa possa suportar investimentos futuros.

(c.2) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício quando o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% do capital social.

(c.3) Incentivos fiscais

A Companhia possui incentivos fiscais estaduais e federais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento industrial na forma de financiamento,

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

diferimento do pagamento de impostos ou reduções parciais do valor devido. Esses programas objetivam promover o incremento da geração de emprego, a descentralização regional, além de complementar e diversificar a matriz industrial dos Estados. Nesses Estados, os prazos de carência, fruição e as reduções são previstas na legislação fiscal.

(c.4) Juros sobre o capital próprio / Dividendos

Segundo a legislação brasileira, as empresas possuem a opção de distribuir juros sobre o capital próprio (“JCP”), calculados com base na taxa de juros de longo prazo (“TJLP”), que são dedutíveis para fins de imposto de renda, nos termos da legislação aplicável e, quando distribuídos, podem ser considerados parte dos dividendos mínimos obrigatórios.

Conforme determina o Estatuto Social, a Companhia deve distribuir aos seus acionistas, a título de dividendo mínimo obrigatório relativo a cada exercício fiscal findo em 31 de dezembro, uma quantia não inferior a 40% do seu lucro apurado conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, ajustado na forma da legislação aplicável, salvo em caso de incompatibilidade com a situação financeira da Ambev. O dividendo mínimo obrigatório inclui os montantes pagos a título de JCP.

Eventos ocorridos durante o exercício de 2021:

Evento	Aprovação	Provento	Início pagamento	Exercício	Espécie e Classe de ação	Valor do provento por ação	Valor total do provento
RCA	09/12/2021	Dividendos	30/12/2021	2021	ON	0,1334	2.099.486
RCA	09/12/2021	Juros sobre o capital próprio	30/12/2021	2021	ON	0,4702	7.400.137
							9.499.623

Eventos ocorridos durante o exercício de 2020:

Evento	Aprovação	Provento	Início pagamento	Exercício	Espécie e Classe de ação	Valor do provento por ação	Valor total do provento
RCA	21/12/2020	Dividendos	28/01/2021	2020	ON	0,0767	1.206.868
RCA	09/12/2020	Juros sobre o capital próprio	30/12/2020	2020	ON	0,4137	6.509.499
							7.716.367

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**
Em 31 de dezembro de 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



(d) Ajustes de avaliação patrimonial

	Ajustes de avaliação patrimonial							Total
	Reservas de conversão	Hedge de fluxo de caixa	Ganhos/(perdas) atuariais	Opções concedidas sobre participação em controlada	Ganhos/(perdas) de participação	Combinação de negócios	Ajustes contábeis de transações entre sócios	
Saldo em 01 de janeiro de 2020	3.583.386	644.965	(1.220.882)	(50.083)	14.434	156.091	(75.402.375)	(72.274.464)
<i>Resultado Abrangente:</i>								
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	7.493.053	-	-	-	-	-	-	7.493.053
Hedge de fluxo de caixa	-	99.476	-	-	-	-	-	99.476
Ganhos/(perdas) atuariais	-	-	(252.348)	-	-	-	-	(252.348)
Resultado abrangente do exercício	7.493.053	99.476	(252.348)	-	-	-	-	7.340.181
Opções concedidas sobre participação em controlada	-	-	-	45.300	(82.746)	-	-	(37.446)
Ganhos/(perdas) de participação	-	-	-	-	428	-	-	428
Imposto sobre dividendos fictos	-	-	-	-	(5.893)	-	-	(5.893)
Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo precedente	-	-	-	-	-	-	(11.823)	(11.823)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	11.076.439	744.441	(1.473.230)	(4.783)	(73.777)	156.091	(75.414.198)	(64.989.017)
<i>Resultado Abrangente:</i>								
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	2.449.718	-	-	-	-	-	-	2.449.718
Hedge de fluxo de caixa	-	480.812	-	-	-	-	-	480.812
Ganhos/(perdas) atuariais	-	-	341.754	-	-	-	-	341.754
Resultado abrangente do exercício	2.449.718	480.812	341.754	(1.883)	-	-	-	3.272.284
Opções concedidas sobre participação em controlada	-	-	-	(1.883)	-	-	-	(1.883)
Ganhos/(perdas) de participação	-	-	-	-	(46.159)	-	-	(46.159)
Imposto sobre dividendos fictos	-	-	-	-	(1.663)	-	-	(1.663)
Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo precedente	-	-	-	-	-	-	(11.823)	(11.823)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	13.526.157	1.225.253	(1.131.476)	(6.666)	(121.599)	156.091	(75.426.021)	(61.778.261)

(d.1) Reservas de conversão

As reservas de conversão abrangem todas as diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações contábeis cuja moeda funcional é diferente do Real.

As reservas de conversão também compreendem a parcela do ganho ou perda dos passivos em moeda estrangeira e dos instrumentos financeiros derivativos caracterizados como *hedge* de investimento líquido efetivo.

(d.2) Reservas de *hedge* de fluxo de caixa

As reservas de *hedge* compreendem a parcela efetiva proveniente da variação líquida acumulada do valor justo de *hedge* de fluxo de caixa na medida em que o risco protegido ainda não impactou o resultado do exercício. Para mais informações ver - Nota 29 - *Instrumentos financeiros e riscos*.

(d.3) Ganhos e perdas atuariais

Os ganhos e perdas atuariais abrangem a expectativa em relação às obrigações futuras nos planos de aposentadoria, conseqüentemente, os resultados destes ganhos e perdas atuariais são reconhecidos tempestivamente com base na melhor estimativa obtida pela Administração. Desta forma, a Companhia reconhece mensalmente, os resultados quanto a estas estimativas de ganhos e perdas atuariais, com base nas expectativas apresentadas no laudo atuarial independente.

Em março de 2021, em decorrência de déficit no plano de benefício definido, uma perda atuarial de R\$56.940 foi registrada integralmente na rubrica de ganhos e perdas atuariais em contrapartida ao saldo a receber originalmente registrado. Não houve ganho ou perda atuarial decorrentes de superávit ou déficit em 2020.

(d.4) Ajustes contábeis de transações entre sócios

As transações com sócios de um mesmo negócio, mesmo quando realizadas entre pessoas totalmente independentes entre si, que apresentarem fundamentação econômica válida e refletirem condições usuais de mercado serão consolidadas pelas normas contábeis aplicáveis, como ocorridas no âmbito de uma mesma entidade contábil.

Desta forma, conforme determinado pelo IFRS 10/CPC 36 (R3) - *Demonstrações Consolidadas*, qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores esteja contabilizada e o valor justo da quantia recebida ou paga deve ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido atribuível aos controladores. Em relação às Demonstrações Individuais, o ICPC 09 (R2) - *Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial* dispõe que estas demonstrações individuais devem refletir a situação desta controlada individual, mas sem perder de vista que ela

está vinculada ao conceito da entidade econômica como um todo, incluindo os patrimônios da controladora e controlada, que, portanto, deveriam ser iguais. Diante disto, mesmo no caso em que a transação tenha sido realizada em condições normais de mercado e com efetivo desembolso de caixa, faz-se necessário um ajuste contábil nas demonstrações individuais equivalente à provisão do montante do ágio pago em contrapartida ao patrimônio da entidade, e com isto harmonizando-a às demonstrações consolidadas. Na incorporação de ações dos não-controladores da controlada Companhia de Bebidas das Américas, procedemos o referido ajuste reconhecendo a contrapartida da provisão no montante do ágio nesta conta patrimonial.

(e) Lucro por ação

Lucro por ação básico e diluído das opções de ações e ações diferidas

O lucro por ação básico é calculado com base no lucro atribuível aos acionistas da Ambev, e na quantidade proporcional média ponderada de ações em circulação durante o exercício.

O lucro por ação diluído das opções de ações e ações diferidas é calculado com base no lucro atribuível aos acionistas da Ambev, e na quantidade média ponderada ajustada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas, conforme segue:

Em milhares de ações	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	<u>Ordinárias</u>	<u>Ordinárias</u>
Quantidade média ponderada de ações em 31 de dezembro ⁽ⁱ⁾	15.736.942	15.733.069
Efeito das opções de ações	120.512	134.501
Quantidade média ponderada de ações (diluídas) em 31 de dezembro	15.857.454	15.867.570

(i) Não consideradas as ações em tesouraria.

As tabelas abaixo apresentam o cálculo do lucro por ação (“LPA”):

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	<u>Ordinárias</u>	<u>Ordinárias</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Ambev	12.670.968	11.379.394
Média ponderada da quantidade de ações (não diluídas)	15.736.942	15.733.069
LPA básico ⁽ⁱ⁾	0,8052	0,7233
Lucro atribuível aos acionistas da Ambev	12.670.968	11.379.394
Média ponderada da quantidade de ações (diluída)	15.857.454	15.867.570
LPA diluído ⁽ⁱ⁾	0,7991	0,7171

(i) Valores expressos em reais.

(f) Destinações

Destinações propostas

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou as destinações da conta de “Lucros acumulados”, de acordo com a legislação societária e seu estatuto social. O pagamento dos dividendos efetuados até 31 de dezembro de 2021 foi aprovado em Reuniões do Conselho de Administração.

Com relação à base para distribuição de dividendos, a Companhia entende que a prática contábil do custo precedente, bem como a sua apresentação para fins comparativos das informações financeiras, não deve afetar o cálculo de pagamento de dividendos mínimos obrigatórios. Para tanto, a Companhia ajustou a base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios, para excluir quaisquer impactos atuais e futuros no lucro líquido decorrentes da adoção desta prática contábil, relacionados à amortização/depreciação da mais valia dos ativos ou mesmo a um eventual *impairment* do ágio, desta forma preservando os dividendos mínimos obrigatórios.

	2021	2020
Lucro líquido do exercício, atribuído à participação dos controladores	12.670.968	11.379.394
Dividendos prescritos/complemento	24.689	26.056
Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo precedente	11.823	11.823
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	2.063.722	1.344.887
Lucro base para dividendos e destinações para reservas de lucros	14.771.202	12.762.160
Dividendos e JCP distribuídos e a distribuir com base no lucro do exercício		
Dividendos e JCP pagos com base no lucro do exercício	9.499.623	7.716.367
Total de dividendos e JCP	9.499.623	7.716.367
Percentual total distribuído	64%	60%

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**
Em 31 de dezembro de 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



20 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

(a) Segmentos reportáveis – exercícios findos em:

	Brasil		CAC (i)		América Latina - sul (ii)		Canadá		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Receita líquida	35.586.528	30.196.500	9.947.412	7.319.291	16.571.676	11.560.767	10.748.728	9.302.437	72.854.344	58.378.995
Custo dos produtos vendidos	(18.309.142)	(14.112.868)	(4.727.938)	(3.307.522)	(8.235.749)	(5.937.429)	(4.386.915)	(3.708.280)	(35.659.744)	(27.066.099)
Lucro bruto	17.277.386	16.083.632	5.219.474	4.011.769	8.335.927	5.623.338	6.361.813	5.594.157	37.194.600	31.312.896
Despesas logísticas	(5.123.077)	(4.241.885)	(872.657)	(751.499)	(2.010.071)	(1.492.794)	(1.926.938)	(1.758.851)	(9.932.743)	(8.245.029)
Despesas comerciais	(3.440.340)	(3.444.067)	(693.300)	(542.449)	(1.542.921)	(1.165.572)	(1.358.951)	(1.222.470)	(7.035.512)	(6.374.558)
Despesas administrativas	(3.006.227)	(1.629.552)	(427.655)	(304.947)	(831.957)	(574.936)	(611.550)	(439.045)	(4.877.389)	(2.948.480)
Outras receitas/(despesas) operacionais	2.095.972	2.887.154	12.435	(23.492)	38.805	(159.870)	(23.129)	(24.437)	2.124.083	2.679.355
Itens não usuais	(210.072)	(173.791)	(46.691)	(70.516)	(115.444)	(145.733)	(20.604)	(61.970)	(392.811)	(452.010)
Lucro operacional	7.593.642	9.481.491	3.191.606	2.318.866	3.874.339	2.084.433	2.420.641	2.087.384	17.080.228	15.972.174
Resultado financeiro líquido	(858.110)	(663.899)	(80.102)	9.763	(2.177.789)	(1.731.338)	(89.364)	(48.975)	(3.205.365)	(2.434.449)
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto	(11.681)	(7.253)	(79.668)	(4.873)	-	-	(24.354)	(31.158)	(115.703)	(43.284)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	6.723.851	8.810.339	3.031.836	2.323.756	1.696.550	353.095	2.306.923	2.007.251	13.759.160	13.494.441
Despesa com imposto de renda e contribuição social	1.953.209	(203.109)	(1.301.689)	(713.187)	(509.396)	(118.397)	(778.702)	(727.839)	(636.578)	(1.762.532)
Lucro líquido do exercício	8.677.060	8.607.230	1.730.147	1.610.569	1.187.154	234.698	1.528.221	1.279.412	13.122.582	11.731.909
EBITDA (iii)	10.564.234	12.388.677	3.789.267	2.995.051	5.071.416	3.182.595	2.936.295	2.529.853	22.361.212	21.096.176
Depreciação, amortização e impairment	(2.982.273)	(2.914.439)	(677.329)	(681.058)	(1.197.077)	(1.098.162)	(540.008)	(473.627)	(5.396.687)	(5.167.286)
Resultado financeiro líquido	(858.110)	(663.899)	(80.102)	9.763	(2.177.789)	(1.731.338)	(89.364)	(48.975)	(3.205.365)	(2.434.449)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	1.953.209	(203.109)	(1.301.689)	(713.187)	(509.396)	(118.397)	(778.702)	(727.839)	(636.578)	(1.762.532)
Lucro líquido do exercício	8.677.060	8.607.230	1.730.147	1.610.569	1.187.154	234.698	1.528.221	1.279.412	13.122.582	11.731.909
Margem EBITDA em % (iii)	29,7%	41,0%	38,1%	40,9%	30,6%	27,5%	27,3%	27,2%	30,7%	36,1%
Aquisição de imobilizado/intangível	4.645.218	3.114.930	801.550	492.253	1.665.390	621.764	564.955	463.748	7.677.113	4.692.695

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Em 31 de dezembro de 2021**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



(Continuação)

	Brasil		CAC (i)		América Latina - sul (ii)		Canadá		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Ativos segmentados	54.609.401	48.970.286	15.351.934	13.521.469	21.582.950	17.211.235	18.016.562	16.487.918	109.560.847	96.190.908
Eliminação entre segmentos									(2.868.475)	(2.187.599)
Ativos não segmentados									31.910.111	31.193.270
Total do ativo									138.602.483	125.196.579
Passivos segmentados	27.611.116	25.032.608	5.414.414	4.114.212	7.843.612	5.156.535	6.156.510	6.256.608	47.025.652	40.559.963
Eliminação entre segmentos									(2.869.056)	(2.187.353)
Passivos não segmentados									94.445.887	86.823.969
Total do passivo e patrimônio líquido									138.602.483	125.196.579

(i) CAC: compreende as operações em República Dominicana, Panamá, Guatemala, Cuba, Barbados, Saint Vincent, Dominica, Nicarágua, Honduras e Antígua.

(ii) América Latina - sul: compreende as operações na Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai.

(iii) A partir de 2021 foi alterada a métrica de EBITDA ajustado para EBITDA, para fins de apresentação, inclusive para fins comparativos.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

(b) Informações adicionais - por unidades de negócio – exercícios findos em:

	Brasil					
	Cerveja		Refrigerantes e não alcoólicos e não carbonatados		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Receita Líquida	30.537.170	25.953.049	5.049.358	4.243.451	35.586.528	30.196.500
Custo dos produtos vendidos	(15.382.068)	(11.941.665)	(2.927.074)	(2.171.203)	(18.309.142)	(14.112.868)
Lucro bruto	15.155.102	14.011.384	2.122.284	2.072.248	17.277.386	16.083.632
Despesas logísticas	(4.263.079)	(3.529.249)	(859.998)	(712.636)	(5.123.077)	(4.241.885)
Despesas comerciais	(3.096.289)	(3.008.839)	(344.051)	(435.228)	(3.440.340)	(3.444.067)
Despesas administrativas	(2.616.116)	(1.395.097)	(390.111)	(234.455)	(3.006.227)	(1.629.552)
Outras receitas/(despesas) operacionais	1.711.231	2.380.323	384.741	506.831	2.095.972	2.887.154
Itens não usuais	(201.925)	(173.791)	(8.147)	-	(210.072)	(173.791)
Lucro operacional	6.688.924	8.284.731	904.718	1.196.760	7.593.642	9.481.491
Resultado financeiro líquido	(858.110)	(663.899)	-	-	(858.110)	(663.899)
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto	(11.681)	(7.253)	-	-	(11.681)	(7.253)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	5.819.133	7.613.579	904.718	1.196.760	6.723.851	8.810.339
Despesa com imposto de renda e contribuição social	1.953.209	(203.109)	-	-	1.953.209	(203.109)
Lucro líquido do exercício	7.772.342	7.410.470	904.718	1.196.760	8.677.060	8.607.230
EBITDA ⁽ⁱ⁾	9.302.288	10.830.852	1.261.946	1.557.825	10.564.234	12.388.677
Depreciação, amortização e impairment	(2.625.045)	(2.553.374)	(357.228)	(361.065)	(2.982.273)	(2.914.439)
Resultado financeiro líquido	(858.110)	(663.899)	-	-	(858.110)	(663.899)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	1.953.209	(203.109)	-	-	1.953.209	(203.109)
Lucro líquido do exercício	7.772.342	7.410.470	904.718	1.196.760	8.677.060	8.607.230
Margem EBITDA em % ⁽ⁱ⁾	30,5%	41,7%	25,0%	36,7%	29,7%	41,0%

(i) A partir de 2021 foi alterada a métrica de EBITDA ajustado para EBITDA, para fins de apresentação, inclusive para fins comparativos.

21 RECEITA LÍQUIDA

Reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita bruta de vendas e/ou serviços	46.721.158	41.371.205	110.162.746	85.221.187
Impostos sobre vendas	(12.274.107)	(10.758.898)	(22.052.554)	(18.259.703)
Descontos	(2.096.740)	(2.451.477)	(15.255.848)	(8.582.489)
32.350.311	28.160.830	72.854.344	58.378.995	

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

22 OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Subvenção governamental e ajuste a valor presente de incentivos fiscais	634.811	573.333	853.252	735.908
Créditos/(débitos) extemporâneos de tributos ⁽ⁱ⁾ (Adições)/reversões de provisões	783.635 (61.183)	2.397.557 (23.402)	1.218.969 (71.444)	2.121.244 (70.060)
Ganho/(perda) na alienação de imobilizado, intangível e operações em associadas	110.333	80.036	66.117	27.225
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	255.205	170.004	57.189	(134.962)
	1.722.801	3.197.528	2.124.083	2.679.355

(i) Conforme detalhado na Nota 31 - *Contingências*, a Companhia reconheceu créditos de PIS e COFINS oriundos da exclusão do ICMS de suas bases de cálculo, na rubrica de Outras Receitas / (Despesas) Operacionais, conforme política contábil adotada em 2020.

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e de que as subvenções serão recebidas. As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

23 INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

Depreciação, amortização e despesa com redução ao valor de recuperação (*impairment*) estão incluídas nas seguintes contas do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Controladora			
	Depreciação e impairment do imobilizado		Amortização do intangível	
	2021	2020	2021	2020
Custo dos produtos vendidos ⁽ⁱ⁾	1.693.949	1.462.079	9.817	9.613
Despesas logísticas	364.185	355.360	-	-
Despesas comerciais	299.941	414.831	58.242	234.175
Despesas administrativas	134.091	181.999	177.473	149.392
	2.492.166	2.414.269	245.532	393.180

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

	Consolidado			
	Depreciação e impairment do imobilizado		Amortização do intangível	
	2021	2020	2021	2020
Custo dos produtos vendidos ⁽ⁱ⁾	3.326.599	2.980.412	16.428	15.765
Despesas logísticas	654.051	441.646	-	-
Despesas comerciais	700.253	787.841	84.300	219.898
Despesas administrativas	331.388	453.632	304.237	276.098
	5.012.291	4.663.531	404.965	511.761

(i) Estes valores somados à R\$1.172.061 na controladora e R\$2.247.994 no consolidado (R\$1.059.396 e R\$2.175.090 em 31 de dezembro de 2020) mencionados na Nota 27 - *Folha de pagamento e benefícios relacionados*, totalizam R\$2.875.827 e R\$5.591.021, respectivamente (R\$2.531.088 e R\$5.171.267 em 31 de dezembro de 2020). O saldo remanescente de R\$18.114.786 na controladora e R\$30.068.723 no consolidado (R\$14.339.606 e R\$21.894.832 em 31 de dezembro de 2020), contabilizado em custo dos produtos vendidos corresponde a demais custos de produção.

24 ITENS NÃO USUAIS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Custos decorrentes de combinação de negócios	-	-	-	(18.202)
Impactos COVID-19 ⁽ⁱⁱ⁾	(52.880)	(121.386)	(134.276)	(263.248)
Reestruturação ⁽ⁱ⁾	(60.094)	(39.809)	(165.403)	(146.493)
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	-	-	(11.132)	(9.315)
Recolha de Stella	-	-	-	(14.752)
Acordo de distribuição ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	-	(82.000)	-
	(112.974)	(161.195)	(392.811)	(452.010)

(i) As despesas de reestruturação ligadas primariamente a projetos de centralização e redimensionamento América Latina - sul, CAC e Brasil.

(ii) As despesas de COVID-19 se referem aos (a) gastos administrativos adicionais para garantir a segurança de nosso time (aumento da frequência de limpeza em nossas unidades, disponibilização de álcool gel, máscaras para nossos funcionários); (b) doações; (c) iniciativas da Companhia com o ecossistema de clientes, que só foram necessárias em virtude da pandemia da COVID-19.

(iii) Refere-se à negociação de acordo de distribuição com nosso parceiro estratégico na Guatemala.

25 DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS

(a) Despesas Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas com juros	(879.814)	(1.033.170)	(1.431.774)	(1.786.600)
Juros líquidos sobre planos de pensão	(20.874)	(22.920)	(115.567)	(117.202)
Perdas com derivativos	(106.851)	-	(2.540.358)	(1.919.269)
Juros sobre provisões para disputas e litígios	(123.371)	(152.648)	(290.003)	(208.794)
Variação cambial	(18.668)	(268.774)	(453.881)	(706.370)
Juros e variação cambial sobre mútuo	(945.603)	(1.074.829)	-	-
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	-	(4.266)	-	(4.266)
Impostos sobre transações financeiras	(74.917)	(197.939)	(216.579)	(335.039)
Despesas com fiança bancária	(172.851)	(184.489)	(174.867)	(188.057)
Outros resultados financeiros	(47.112)	(65.528)	(195.864)	(164.871)
	(2.390.061)	(3.004.563)	(5.418.893)	(5.430.468)
Despesa financeira não usual	-	-	(8.862)	-
	(2.390.061)	(3.004.563)	(5.427.755)	(5.430.468)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

A despesa com juros é apresentada líquida do efeito dos instrumentos financeiros derivativos que protegem o risco de taxa de juros da Ambev - consultar também a Nota 29 - *Instrumentos financeiros e riscos*. A despesa com juros é composta da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado	(299.805)	(485.267)	(466.044)	(775.962)
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	(580.009)	(547.903)	(965.730)	(1.010.638)
	(879.814)	(1.033.170)	(1.431.774)	(1.786.600)

(b) Receitas Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita de juros	691.761	2.015.651	1.101.519	2.245.497
Juros e variação cambial sobre mútuo	109.936	109.803	42.528	10.559
Ganhos com derivativos	145.004	1.221.356	-	-
Variação cambial	-	-	-	-
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	77.036	242.652	77.036	242.652
Outros resultados financeiros	16.766	12.773	78.922	49.925
	1.040.503	3.602.235	1.300.005	2.548.633
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	-	-	922.385	447.386
	1.040.503	3.602.235	2.222.390	2.996.019

A receita de juros tem a seguinte composição por origem de ativo financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	158.732	66.840	329.511	234.591
Aplicação financeira em título para negociação	-	-	84.672	4.300
Outros recebíveis ⁽ⁱ⁾	533.029	1.948.811	687.336	2.006.606
	691.761	2.015.651	1.101.519	2.245.497

(i) Refere-se principalmente à atualização monetária do processo que exclui o ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS no valor de R\$384,8 milhões em dezembro de 2021 (R\$1,8 bilhão em dezembro de 2020), detalhes adicionais na nota 31 - *Contingências*.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



26 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do exercício estão demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Imposto de renda e contribuição social corrente	1.979.773	1.211.345	(1.268.637)	(1.048.882)
Imposto de renda diferido sobre diferenças temporárias	1.084.133	(1.042.936)	1.072.932	(1.576.022)
Movimento de imposto diferido sobre prejuízos fiscais em período corrente	-	(18.846)	(440.873)	862.372
Total do imposto de renda diferido	1.084.133	(1.061.782)	632.059	(713.650)
Resultado de imposto de renda e contribuição social	3.063.906	149.563	(636.578)	(1.762.532)

A reconciliação da taxa efetiva com a taxa nominal média está demonstrada como segue:

	Controladora	
	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	9.607.062	11.229.831
Ajuste na base tributável		
Outras receitas não tributáveis	(493.119)	(6.230)
Subvenção governamental relativa aos impostos sobre vendas	(1.421.342)	(1.330.400)
Participação nos resultados de controladas	(7.172.784)	(3.734.741)
Despesas não dedutíveis	84.337	92.334
Tributação em bases universais	256.643	447.181
	860.797	6.697.975
Alíquota nominal ponderada agregada	34%	34%
Impostos a pagar – alíquota nominal	(292.671)	(2.277.312)
Ajuste na despesa tributária		
Incentivo relativo ao imposto de renda	2.126	2.217
Benefício de dedutibilidade de juros sobre o capital próprio	2.445.937	2.132.158
Benefício fiscal da amortização de ágio	17.157	17.157
Imposto de renda retido na fonte	(74.282)	-
Reconhecimento/(baixa) de ativo diferido sobre prejuízos fiscais	120.471	124.439
Outros ajustes tributários	845.168	150.904
Imposto de renda e contribuição social	3.063.906	149.563
Alíquota efetiva de impostos	-31,89%	-1,33%

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

	Consolidado	
	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	13.759.160	13.494.441
Ajuste na base tributável		
Outras receitas não tributáveis	(611.021)	(6.232)
Subvenção governamental relativa aos impostos sobre vendas	(1.883.075)	(1.597.771)
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto	115.703	43.284
Despesas não dedutíveis	99.173	119.598
Tributação em bases universais	(360.039)	48.158
	11.119.901	12.101.478
Alíquota nominal ponderada agregada	27,39%	30,26%
Impostos a pagar – alíquota nominal	(3.045.281)	(3.662.126)
Ajuste na despesa tributária		
Incentivo relativo ao imposto de renda	213.160	123.226
Benefício de dedutibilidade de juros sobre o capital próprio	2.516.046	2.213.229
Benefício fiscal da amortização de ágio	77.462	77.462
Imposto de renda retido na fonte	(875.964)	(628.187)
Reconhecimento/(baixa) de ativo diferido sobre prejuízos fiscais	(1.529)	123.233
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	(123.295)	(50.543)
Outros ajustes tributários	602.823	41.174
Imposto de renda e contribuição social	(636.578)	(1.762.532)
Alíquota efetiva de impostos	4,63%	13,06%

Os principais eventos ocorridos no exercício e que impactaram a alíquota efetiva foram:

- Em 24 de setembro de 2021, o plenário do Supremo Tribunal Federal (“STF”) julgou o Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC (Tema 962), declarando inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os juros de mora e correção monetária atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição dos débitos tributários.

A Companhia (em nome próprio e na qualidade de incorporadora) e suas subsidiárias possuem ações judiciais nas quais discute o direito à repetição dos montantes de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS que incidiram sobre os valores correspondentes à taxa Selic aplicada em seus débitos tributários e depósitos judiciais, bem como pleiteia o reconhecimento do direito à restituição/compensação dos valores indevidamente recolhidos nos últimos anos. Até o momento não foi proferida decisão judicial definitiva nas referidas ações judiciais.

Com base na decisão proferida pelo STF e suportada pela avaliação de seus consultores externos, a Companhia avaliou como sendo provável que o tratamento fiscal seja aceito, em especial no que se refere à expectativa de reconhecimento de seu direito à restituição/compensação dos valores relativos ao IRPJ e à CSLL incidentes sobre a taxa Selic relativa a débitos tributários contabilizados entre os exercícios de 2006 a 2021.

Desta forma, no terceiro trimestre de 2021, conforme ICPC 22/ IFRIC 23 – *Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro*, foi realizada a reversão do IRPJ e da CSLL diferidos calculados sobre os juros Selic que compunham a

parcela do crédito tributário reconhecido em virtude do julgamento do RE 574.706/PR pelo STF (exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS) referente aos períodos em que estava vigente o (i) “REFRI” – Regime Especial de Bebidas Frias e o (ii) Novo Modelo entre os períodos de 2015 a março de 2017, conforme detalhado na Nota 31 – *Contingências*.

Os valores reconhecidos no exercício de 2021 totalizaram R\$1.070 milhões.

- Subvenção governamental relativa aos impostos sobre vendas: trata-se de incentivos regionais vinculados, principalmente, à produção local e que, quando reinvestido, não é tributado para fins de imposto de renda e contribuição social, o que explica o impacto na alíquota efetiva. O montante acima é impactado por variações nos volumes de produção, preços e eventuais variações na tributação estadual.
- Complemento de imposto de renda de controladas no exterior devido no Brasil: demonstra o resultado da apuração da tributação universal de lucros, segundo os regramentos da Lei 12.973/14.
- Imposto de renda retido na fonte: refere-se a montantes de imposto de renda retido na fonte, principalmente relacionados a dividendos distribuídos e a distribuir de subsidiárias localizadas no exterior, sempre que aplicável conforme a legislação tributária local. O aumento do saldo em 2021 deve-se, principalmente, à variação cambial dos saldos mantidos em passivo.
- Benefício de dedutibilidade de juros sobre o capital próprio: segundo a legislação brasileira, as empresas têm a opção de remunerar seus sócios via pagamento de juros sobre o capital próprio (“JCP”), os quais são dedutíveis para fins de imposto de renda.

27 FOLHA DE PAGAMENTO E BENEFÍCIOS RELACIONADOS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Salários e encargos	1.586.064	1.368.204	4.162.628	3.736.525
Contribuições previdenciárias	555.595	442.975	1.015.970	851.770
Outros custos com pessoal	376.523	310.156	1.076.082	836.947
Aumento (redução) no passivo para planos de benefício definido	28.488	(10.078)	178.190	131.259
Remuneração baseada em ações	326.917	185.367	391.535	223.061
Contribuição para planos de contribuição definida	30.081	8.811	74.121	61.121
	2.903.668	2.305.435	6.898.526	5.840.683

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

O valor de despesa com folha de pagamento e benefícios relacionados estão apresentados nas demonstrações dos resultados conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Custo dos produtos vendidos	1.172.061	1.059.396	2.247.994	2.175.090
Despesas logísticas	225.270	205.603	1.286.773	1.130.390
Despesas comerciais	369.050	364.095	1.480.875	1.333.763
Despesas administrativas	1.088.035	616.204	1.699.086	1.089.207
Resultado financeiro	20.874	22.920	115.567	44.130
Outras receitas/(despesas) operacionais	-	-	-	2.223
Itens não usuais	28.378	37.217	68.231	65.880
	2.903.668	2.305.435	6.898.526	5.840.683

28 PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Atualmente a Companhia possui dois planos vigentes de pagamento baseado em ações: (i). Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de julho de 2013 (“Plano de Opções”) e o (ii). Plano de Remuneração Baseado em Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2016, conforme alterado pela Assembleia Geral Extraordinária de 24 de abril de 2020 (“Plano de Ações”). Os programas são emitidos no âmbito de cada um dos planos e existem diferentes tipos de programas de opções de compra de ações e de programas de concessão de ações que permitem que os empregados e executivos que trabalhem na Companhia e suas subsidiárias adquiram, por meio do exercício de opções de compra, ou recebam ações da Companhia.

(i) Plano de Opções

No momento, há três modelos de programas de opções de compra de ações que poderão ser outorgados nos termos do Plano de Opção.

1. De acordo com o primeiro modelo, os beneficiários, de acordo com seu cargo, podem escolher alocar (a) 30% ou 100%, (b) 40% ou 100%, e (c) 60% ou 100% dos valores recebidos por eles a título de participação no resultado referente ao ano imediatamente anterior à outorga das opções, o que os permite adquirir o montante correspondente de ações de emissão da Ambev. De acordo com este modelo, uma parte substancial das ações adquiridas deverá ser entregue apenas no prazo de cinco anos a partir da correspondente data de outorga de opção. Durante o referido prazo de até cinco anos, o beneficiário deverá continuar trabalhando na Ambev ou qualquer outra empresa de seu grupo.

2. De acordo com o segundo modelo, o beneficiário pode exercer as opções outorgadas apenas após um período de cinco anos a contar da correspondente data de outorga. A aquisição do direito de exercício das opções outorgadas nos termos do segundo modelo não está sujeita a medidas de desempenho da Companhia, podendo tal direito caducar em certas circunstâncias, inclusive renúncia ou dispensa pelo beneficiário antes da aquisição do direito de exercício das opções.

3. No terceiro modelo, os beneficiários, de acordo com seu cargo, poderão escolher alocar (a) 20% ou 100%, (b) 30% ou 100% e (c) 50% ou 100% dos valores recebidos por eles a título de participação no resultado referente ao ano imediatamente anterior à outorga das opções, o que os permite adquirir o montante correspondente de ações de emissão da Ambev. A totalidade das ações adquiridas será entregue ao beneficiário no prazo de até 45 dias a partir da data de exercício correspondente (que não deverá exceder 45 dias a partir da data de outorga da opção). Os beneficiários estão sujeitos a um período de restrição à transferência das ações de 5 anos (lock-up).

Para os programas de opções de compra, o valor justo das opções é estimado na data de sua outorga, usando o modelo de precificação denominado “Binomial de Hull”, ajustado para refletir o requerimento do IFRS 2/CPC 10 - *Pagamento Baseado em Ações*. Baseado no número esperado de opções que serão exercidas, o valor justo das opções outorgadas é reconhecido como despesa durante o período de carência da opção com contrapartida no patrimônio líquido. Quando as opções são exercidas, o patrimônio líquido aumenta pelo montante dos proventos recebidos.

(ii) Plano de Ações

Neste plano, determinados funcionários e membros da administração da Companhia ou de suas subsidiárias são elegíveis para receber ações da Companhia, inclusive na forma de ADRs. As ações que estão sujeitas ao Plano de Ações são designadas como “ações restritas”.

A entrega das ações restritas é feita gratuitamente e o prazo de carência pode variar entre 3 e 5 anos, a partir da data de concessão correspondente, a depender do programa de remuneração baseado em ações, desde que o participante permaneça como funcionário da Companhia ou de suas subsidiárias durante tal período.

As ações restritas podem dar aos participantes o direito de receber ações adicionais com as mesmas condições, como forma de compensação dos dividendos e juros sobre capital próprio pagos pela Companhia durante o período de carência. O direito de receber as ações restritas, bem como as ações adicionais, pode ser, total ou parcialmente perdido em determinadas circunstâncias, incluindo pedido de demissão ou demissão durante o período de carência.

Para os programas de remuneração baseado em ações, no âmbito do Plano de Ações, o preço de referência por ação restrita é definido na data da concessão, com base na cotação de fechamento do pregão da B3 S.A do dia imediatamente anterior à concessão e, baseado no número de ações concedidas, o valor é reconhecido como despesa durante o período de carência com a contrapartida no patrimônio líquido. As ações são transferidas aos participantes de acordo com os termos e períodos fixados nos respectivos programas.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

O valor justo médio ponderado das opções e as premissas utilizadas na aplicação do modelo de precificação de opções da Companhia de 2021 e 2020 estão demonstrados abaixo:

<i>Em R\$</i>	2021 ⁽ⁱ⁾	2020 ⁽ⁱ⁾
Valor justo das opções concedidas	-	4,04
Preço da ação	-	18,05
Preço de exercício	-	18,05
Estimativa de volatilidade	-	22,3%
Carência (em anos)	-	5
Estimativa de dividendos	-	5%
Taxa de juros livre de risco	-	6,8% ⁽ⁱⁱ⁾

(i) Informações baseadas em médias ponderadas dos planos concedidos, exceto pela estimativa de dividendos e taxa de juros livre de risco.

(ii) Os percentuais contemplam as outorgas de opções de ação e ADRs no exercício, onde a taxa de juros livre de risco das ADRs é calculada em dólar americano.

O número total de opções em aberto está demonstrado a seguir:

<i>Em lotes de mil</i>	2021	2020
Opções em aberto em 1º de janeiro	127.265	141.736
Opções outorgadas durante o exercício	-	22
Opções exercidas durante o exercício	(5.247)	(5.730)
Opções canceladas durante o exercício	(8.258)	(8.763)
Opções em aberto no final do exercício	113.760	127.265

A faixa de preços de exercício das opções em aberto é de R\$15,95(R\$11,97 em 31 de dezembro de 2020) até R\$45,97 (R\$43,95 em 31 de dezembro de 2020) e o prazo médio remanescente é de cerca de 6,70 anos (6,43 anos em 31 de dezembro de 2020).

Das 113.760 mil opções em aberto (127.265 mil em 31 de dezembro de 2020), 59.250 mil são exercíveis em 31 de dezembro de 2021 (36.459 mil em 31 de dezembro de 2020).

O preço médio ponderado de exercício das opções está demonstrado a seguir:

<i>Em R\$ por ação</i>	2021	2020
Opções em aberto em 1º de janeiro	19,81	18,53
Opções outorgadas durante o exercício	-	18,05
Opções canceladas durante o exercício	25,27	22,96
Opções exercidas durante o exercício	13,16	8,30
Opções em aberto no final do exercício	19,92	19,81
Opções exercíveis no final do exercício	21,14	23,70

Para as opções exercidas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o preço médio ponderado da ação na data do exercício foi de R\$17,87 (R\$15,23 em 31 de dezembro de 2020).

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

Para liquidar as opções de ações exercidas, a Companhia pode usar ações em tesouraria. Além disso, o limite atual do capital autorizado da Companhia é considerado suficiente para atender a todos os planos de opções caso seja necessária a emissão de novas ações para fazer frente às outorgas concedidas nos programas.

Durante o exercício, a Companhia concedeu 110 mil ações diferidas no âmbito do Plano de Opções (153 mil ações diferidas em 31 de dezembro de 2020), as quais são avaliadas com base na cotação das ações da Companhia no pregão imediatamente anterior à data da concessão, o que representou um valor justo de aproximadamente R\$1.690 em 31 de dezembro de 2021 (R\$2.401 em 31 de dezembro de 2020). Tais ações diferidas sujeitam-se a um prazo de carência de cinco anos a contar da data de sua concessão.

Durante o exercício, a Companhia concedeu 20.629 mil (21.066 mil em 31 de dezembro de 2020) ações restritas no âmbito do Plano de Ações, as quais são avaliadas com base na cotação das ações da Companhia no pregão imediatamente anterior à data da concessão, o que representou um valor justo de aproximadamente R\$325.735 em 31 de dezembro de 2021 (R\$315.399 em 31 de dezembro de 2020). Tais ações restritas sujeitam-se a um prazo de carência que pode variar de três a cinco anos a contar da data de sua concessão.

O número total de ações adquiridas ou outorgadas, conforme o caso, no âmbito do Plano de Opção e do Plano de Ações, pelos funcionários, cuja entrega se dará em momento futuro sob determinadas condições (ações diferidas e ações restritas) está demonstrado a seguir:

Ações Diferidas

Em lotes de mil

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ações diferidas em aberto em 1º de janeiro	6.065	7.926
Novas ações diferidas durante o exercício	110	153
Ações diferidas entregues durante o exercício	(4.964)	(1.901)
Ações diferidas canceladas durante o exercício	(43)	(113)
Ações diferidas em aberto no final do exercício	1.168	6.065

Ações Restritas

Em lotes de mil

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ações restritas em aberto em 1º de janeiro	43.458	23.836
Novas ações restritas durante o exercício	20.629	21.066
Ações restritas entregues durante o exercício	(22)	-
Ações restritas canceladas durante o exercício	(1.520)	(1.444)
Ações restritas em aberto no final do exercício	62.545	43.458

Adicionalmente, alguns funcionários e administradores da Companhia receberam opções para aquisição de ações da controladora AB InBev cujo custo (*compensation cost*) está reconhecido no resultado em contrapartida do patrimônio líquido.

As transações com pagamento baseado em ações acima descritas resultaram em despesa de R\$326.917 na Controladora e R\$391.535 no Consolidado em 31 de dezembro de 2021 (R\$185.367 na Controladora e R\$223.061 no Consolidado em 31 de dezembro de 2020), registrada na rubrica de despesa administrativa.

29 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS

Fatores de riscos

Exposição em moeda estrangeira, taxa de juros, preços de *commodities*, a liquidez e o risco de crédito surgem no curso normal dos negócios. A Companhia analisa cada um desses riscos tanto individualmente como em uma base interconectada, e define estratégias para gerenciar o impacto econômico sobre o desempenho do risco em consonância com sua Política de Gestão de Riscos Financeiros (“Política”).

A utilização de derivativos pela Companhia segue estritamente as determinações da Política de Gestão de Riscos Financeiros aprovada pelo Conselho de Administração. O objetivo da Política é fornecer diretrizes para a gestão de riscos financeiros inerentes ao mercado de capitais no qual a Ambev executa suas operações. A Política abrange quatro pontos principais: (i) estrutura de capital, financiamentos e liquidez, (ii) riscos transacionais relacionados ao negócio, (iii) riscos de conversão de balanços e (iv) riscos de crédito de contrapartes financeiras.

A Política estabelece que todos os passivos e ativos financeiros em cada país onde mantemos operações devem ser mantidos em suas respectivas moedas locais. A Política também determina os procedimentos e controles necessários para identificação, sempre que possível, mensuração e minimização de riscos de mercado, tais como variações nos níveis de câmbio, juros e *commodities* (principalmente alumínio, trigo, milho e açúcar) que possam afetar o valor de nossas receitas, custos e/ou investimentos. A Política determina que os riscos registrados (por exemplo, câmbio e juros) devem ser protegidos por meio de contratação de instrumentos financeiros derivativos. Riscos existentes, mas ainda não registrados (por exemplo, aquisição futura de matérias-primas ou bens do imobilizado) devem ser protegidos com base em previsões pelo período necessário para a Companhia se adaptar ao novo cenário de custos, que pode variar de dez a quatorze meses, também com a utilização de instrumentos financeiros derivativos. Em sua maioria, os riscos de conversão de balanço não são protegidos. As exceções a esta Política devem ser aprovadas pelo Comitê de Operações, Finanças e Remuneração (COF).

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos autorizados pela Política de Gestão de Riscos Financeiros são contratos futuros negociados em bolsa, *Full deliverable forwards*, *Non deliverable forwards*, *Swaps* e *Opções*. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas subsidiárias não possuíam nenhuma operação de *target forward*, *swaps* com verificação ou quaisquer outras operações de derivativos que impliquem em alavancagem além do valor nominal de seus contratos. As operações de derivativos

são administradas de forma consolidada e são classificadas por estratégias de acordo com os seus objetivos, conforme demonstrado abaixo:

i) Derivativos instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa - transações previstas altamente prováveis, contratadas com o propósito de minimizar a exposição da Companhia à flutuação de câmbio e preços de matérias-primas, investimentos, equipamentos e serviços a serem adquiridos, protegidas por *hedge* de fluxo de caixa, que devem ocorrer em diversas datas durante os próximos quatorze meses. Ganhos e perdas classificados como reserva de *hedge* no patrimônio líquido são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício ou nos períodos em que a transação prevista e protegida por *hedge* afetar o resultado.

ii) Derivativos instrumentos de *hedge* de valor justo - operações contratadas com o objetivo de proteção do endividamento líquido da Companhia contra as variações de câmbio e taxas de juros. As posições de caixa e dívida da Companhia em moeda estrangeira são constantemente acompanhadas para identificação de novas exposições.

Os resultados dessas operações, mensurados conforme seu valor justo são reconhecidos em cada período de apuração, no resultado financeiro.

iii) Derivativos instrumentos de *hedge* de investimento líquido - operações contratadas com o objetivo de minimizar a exposição das diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido, ou parte do investimento líquido, nas subsidiárias da Companhia localizadas no exterior por conta de conversão de balanço.

Em conformidade com o *hedge accounting*, a parte efetiva do *hedge* é alocada no patrimônio líquido e, ocorrendo inefetividade, este resultado é contabilizado diretamente no resultado financeiro do período em que a inefetividade é identificada, para os casos de *hedge* de fluxo de caixa e investimento líquido.

As tabelas a seguir sumarizam as exposições que foram identificadas e protegidas em conformidade com a Política de Risco da Companhia.

Instrumentos financeiros não derivativos

Opção de venda concedida sobre participação em controlada: A Companhia constituiu um passivo relacionado a aquisição de participação minoritária nas operações da República Dominicana. Este instrumento financeiro é denominado em Dólar (Tranche A) e em Pesos Dominicanos (Tranche B) e está registrado na empresa cuja moeda funcional é o Real. A Companhia denominou este instrumento financeiro como instrumento de *hedge* para parte de seus ativos líquidos localizados em subsidiárias cuja moeda funcional é o Dólar Americano e o Peso Dominicano, de maneira que o resultado de variação cambial deste instrumento financeiro seja registrado no grupo do resultado abrangente assim como resultado do objeto do *hedge*.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**
Em 31 de dezembro de 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Transações protegidas por instrumentos financeiros derivativos em conformidade com a Política de Gestão de Riscos Financeiros

Exposição	Risco	Valor Justo			Ganhos / (Perdas) reconhecidos no:		
		Nocional	Ativo	Passivo	Resultado financeiro	Resultado da operação	Patrimônio líquido
							Consolidado
							2021
Custo							
	Commodity	18.911.847	597.455	(421.087)	(2.113.518)	1.710.159	2.277.377
	Dólar	3.179.859	455.294	(41.244)	(126.763)	1.188.073	684.711
	Euro	15.516.386	136.243	(378.396)	(1.970.752)	541.854	1.792.686
	Peso Mexicano	31.839	-	(787)	(117)	456	(1.885)
		183.763	5.918	(660)	(15.886)	(224)	(198.135)
Ativo fixo							
	Dólar	1.111.350	1.065	(53.327)	(368.809)	105.277	103.219
		1.111.350	1.065	(53.327)	(368.809)	105.277	103.219
Despesas							
	Dólar	365.752	453	(18.132)	(124.471)	36.932	192.947
		365.752	453	(18.132)	(124.471)	36.932	192.947
Instrumento Patrimonial							
	Preço das ações	-	-	-	78.010	-	-
		-	-	-	78.010	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		20.388.949	598.973	(492.546)	(2.528.788)	1.852.368	2.573.543

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**
Em 31 de dezembro de 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Exposição	Risco	Nocional		Valor Justo		Ganhos / (Perdas) reconhecidos no:			
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Resultado financeiro	Resultado da operação	Patrimônio líquido	
									Consolidado
									2020
Custo									
	Commodity	(15.837.905)	15.588.464	364.496	(287.838)	(1.283.691)	1.599.088	1.489.486	
	Dólar	(2.629.145)	2.379.704	343.852	(7.831)	(134.274)	(104.214)	157.425	
	Euro	(13.087.705)	13.087.705	8.728	(271.832)	(1.157.116)	1.725.953	1.429.962	
	Peso Mexicano	(50.817)	50.817	1.942	(287)	(3.299)	9.694	13.775	
		(70.238)	70.238	9.974	(7.888)	10.998	(32.345)	(111.676)	
Ativo fixo	Dólar	(1.042.485)	1.042.485	1.733	(31.276)	(274.632)	163.225	280.829	
		(1.042.485)	1.042.485	1.733	(31.276)	(274.632)	163.225	280.829	
Despesas	Dólar	(345.832)	345.832	473	(10.674)	(3.386)	6.116	2.657	
		(345.832)	345.832	473	(10.674)	(3.386)	6.116	2.657	
Dívida									
	Dólar	(233.216)	-	-	-	-	-	-	
	Taxa de juros	(4.864)	-	-	-	-	-	-	
		(228.352)	-	-	-	-	-	-	
Instrumento Patrimonial									
	Preço das ações	(1.740.543)	700.901	142.634	-	(329.313)	-	-	
		(1.740.543)	700.901	142.634	-	(329.313)	-	-	
Investimentos no exterior									
	Dólar	-	-	-	-	1.046	-	(2.178)	
		-	-	-	-	1.046	-	(2.178)	
Saldo em 31 de dezembro de 2020		(19.199.981)	17.677.682	509.336	(329.788)	(1.889.976)	1.768.429	1.770.794	

I. Riscos de mercado

a.1) Risco de moeda estrangeira

A Companhia incorre em risco cambial sobre empréstimos, investimentos, compras, dividendos e despesas/receitas com juros sempre que eles são denominados em moeda diferente da moeda funcional da subsidiária. Os principais instrumentos financeiros derivativos utilizados para administrar o risco de moeda estrangeira são contratos de futuros, *swaps*, opções, *non deliverable forwards* e *full deliverable forwards*.

a.2) Risco de commodities

Parte significativa dos insumos da Companhia é composta de *commodities*, as quais apresentam, historicamente, oscilações relevantes de preços. A Companhia, portanto, utiliza contratos de compra com preço fixo e a contratação de instrumentos financeiros derivativos para minimizar a exposição à volatilidade dos preços das *commodities* de alumínio, açúcar, trigo e milho. Os instrumentos financeiros derivativos contratados para este fim foram designados como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa.

a.3) Risco de taxa de juros

A Companhia aplica uma abordagem dinâmica de *hedge* de taxa de juros segundo a qual a composição de destino entre a dívida de taxa fixa e flutuante é revista periodicamente com o objetivo de alcançar um equilíbrio entre o custo de captação e a volatilidade dos resultados financeiros. Para isso, leva-se em conta as condições do mercado bem como a estratégia de negócios, e periodicamente essa estratégia é revisada.

A tabela abaixo demonstra o total de dívida da Companhia e o cenário antes e após a estratégia de *hedge* de taxa de juros, dentro dos limites estabelecidos em nossa política de riscos. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não está aplicando *hedge* para as exposições demonstradas abaixo:

	Consolidado	
	2021	
	Risco	
	Taxa de juros	Montante em reais
Dívida em Real Brasileiro	7,2%	2.343.257
Capital de Giro em Peso Argentino	34,7%	30.514
Dívidas em outras moedas	11,3%	226.037
Dívida em Dólar Americano	13,1%	17.450
Dívida em Dólar Canadense	2,5%	430.781
Taxa de juros pré-fixado		3.048.039
Dívida em Real Brasileiro	11,6%	82.999
Taxa de juros pós-fixado		82.999

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

	Consolidado	
	2020	
	Risco	
	Taxa de juros	Montante em reais
Dívida em Real Brasileiro	5,4%	3.002.394
Dívida em Peso Argentino	23,3%	4.468
Dívida em Peso Dominicano	9,8%	342.684
Dívida em Quetzal Guatemalteco	8,4%	15.346
Dívidas em outras moedas	8,1%	48.576
Dívida em Peso Boliviano	5,2%	178.919
Dívida em Dólar Americano	14,0%	4.864
Dívida em Dólar Canadense	3,5%	342.553
Taxa de juros pré-fixado		3.939.804
Dívida em Real Brasileiro	3,9%	852.424
Taxa de juros pós-fixado		852.424

Análise de Sensibilidade

A Companhia mitiga seus riscos em ativos e passivos financeiros não derivativos, substancialmente, por intermédio de contratação de instrumentos financeiros derivativos. Neste contexto, a Companhia identificou os principais fatores de risco que podem gerar prejuízos para as suas operações com instrumentos financeiros derivativos e, com isso, desenvolveu uma análise de sensibilidade com base em três cenários que poderão gerar impactos nos resultados e/ou no fluxo de caixa futuros da Companhia, conforme descrito abaixo:

1 - Cenário Provável: expectativa da Administração de deterioração de cada fator de risco principal de cada transação. Para estimar os possíveis efeitos nos resultados das operações de derivativos, a Companhia utiliza o cálculo do *Value at Risk - VaR* paramétrico. O *VaR* é uma medida estatística desenvolvida por meio de estimativas de desvio padrão e de correlações entre os retornos dos diversos fatores de risco. Este modelo tem como resultado a perda limite esperada para um ativo, em um determinado exercício de tempo e intervalo de confiança. De acordo com esta metodologia, utilizamos como parâmetros para o cálculo, a exposição potencial de cada instrumento financeiro, um intervalo de confiança de 95% e um horizonte de 21 dias a partir de 31 de dezembro de 2021, os quais estão apresentados em módulo.

2 - Cenário Adverso: deterioração de 25% no fator de risco principal de cada transação em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2021.

3 - Cenário Remoto: deterioração de 50% no fator de risco principal de cada transação em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2021.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

Transação	Risco	Consolidado			
		Valor justo	Cenário Provável	Cenário Adverso	Cenário Remoto
<i>Hedge commodities</i> Compras de insumos	Queda no preço das commodities	414.050	320.942	(380.915)	(1.175.880)
<i>Hedge cambial</i> Compras de insumos	Desvalorização de moeda estrangeira	(414.050)	(320.942)	380.915	1.175.880
Efeito no custo		(237.682)	(439.441)	(4.170.679)	(8.103.676)
<i>Hedge cambial</i> Compra de capex	Desvalorização de moeda estrangeira	237.682	439.441	4.170.679	8.103.676
Efeito no ativo fixo		-	-	-	-
<i>Hedge cambial</i> Despesas	Desvalorização de moeda estrangeira	(52.262)	(55.354)	(330.100)	(607.937)
Efeito nas despesas		52.262	55.354	330.100	607.937
<i>Hedge cambial</i> Despesas	Desvalorização de moeda estrangeira	(17.679)	(18.611)	(109.117)	(200.555)
Efeito nas despesas		17.679	18.611	109.117	200.555
		-	-	-	-
		-	-	-	-

Os instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2021 apresentavam as seguintes faixas de vencimentos de Valor Nominal e Valor Justo por instrumento:

Exposição	Risco	Valor Nominal					Total
		2022	2023	2024	2025	>2025	
Custo		18.813.939	97.908	-	-	-	18.911.847
	<i>Commodity</i>	3.081.951	97.908	-	-	-	3.179.859
	Dólar	15.516.386	-	-	-	-	15.516.386
	Euro	31.839	-	-	-	-	31.839
	Peso Mexicano	183.763	-	-	-	-	183.763
Ativo fixo		1.111.350	-	-	-	-	1.111.350
	Dólar	1.111.350	-	-	-	-	1.111.350
Despesas		365.752	-	-	-	-	365.752
	Dólar	365.752	-	-	-	-	365.752
		20.291.041	97.908	-	-	-	20.388.949

Exposição	Risco	Valor Justo					Total
		2022	2023	2024	2025	>2025	
Custo		174.783	1.585	-	-	-	176.368
	<i>Commodity</i>	412.465	1.585	-	-	-	414.050
	Dólar	(242.153)	-	-	-	-	(242.153)
	Euro	(787)	-	-	-	-	(787)
	Peso Mexicano	5.258	-	-	-	-	5.258
Ativo fixo		(52.262)	-	-	-	-	(52.262)
	Dólar	(52.262)	-	-	-	-	(52.262)
Despesas		(17.679)	-	-	-	-	(17.679)
	Dólar	(17.679)	-	-	-	-	(17.679)
		104.842	1.585	-	-	-	106.427

II. Risco de crédito

Concentração de risco de crédito no contas a receber

Parte substancial das vendas da Companhia é feita a distribuidores, supermercados e varejistas dentro de ampla rede de distribuição. O risco de crédito é reduzido em virtude da grande pulverização da carteira de clientes e dos procedimentos de controle que o monitoram. Historicamente, a Companhia não registra perdas significativas em contas a receber de clientes.

Concentração de risco de crédito de contraparte

A fim de minimizar o risco de crédito de seus investimentos, a Companhia adotou políticas de alocação de caixa e investimentos, levando em consideração limites e avaliações de créditos de instituições financeiras, não permitindo concentração de crédito, ou seja, o risco de crédito é monitorado e minimizado, pois as negociações são realizadas apenas com um seletivo grupo de contrapartes altamente qualificadas.

A definição das instituições financeiras autorizadas a operar como contraparte da Companhia está descrita em nossa Política de Risco de Crédito. A Política de Risco de Crédito estabelece limites máximos de exposição a cada contraparte com base na classificação de risco e na capitalização de cada contraparte.

A Companhia adota, com a finalidade de minimizar o risco de crédito junto às suas contrapartes nas operações significativas de derivativos, cláusulas de “gatilhos” bilaterais. De acordo com estas cláusulas, sempre que o valor justo de uma operação superar uma percentagem de seu valor nocional (geralmente entre 10% e 15%), a parte devedora liquida a diferença em relação a este limite em favor da parte credora.

Depósitos ou posições de caixa, se houver, devem ser mantidos em contas com bancos de primeira linha ou com classificação de crédito (*rating*) alta de cada país. Qualquer posição de natureza de curto prazo (menos de 6 meses) deve ser considerada como depósito ou posição de caixa.

O risco de contraparte deve ser gerido pela Companhia de forma global, com limites por produto estabelecidos pela tesouraria, considerando: (i) classificação de crédito (*rating*) da contraparte (ii) duração (iii) valor (iv) divisão entre ativos e passivos, na ausência de cláusula de compensação nos respectivos contratos de derivativos.

O risco de crédito de contraparte é reavaliado trimestralmente.

Os valores contábeis de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, excluindo pagamentos antecipados, impostos a recuperar e instrumentos financeiros derivativos estão apresentados líquidos das provisões de *impairment* reconhecidas e representam a exposição máxima de risco de crédito em 31 de dezembro de 2021. Não havia concentração de risco de crédito com quaisquer

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

contrapartes em 31 de dezembro de 2021 além do limite estabelecido pela política de risco da Companhia.

III. Risco de liquidez

A Companhia historicamente possui como fonte de seu caixa operacional o fluxo de caixa de suas atividades operacionais, emissão de dívida e empréstimos bancários.

As suas principais demandas de caixa incluem:

- Pagamento de dívidas
- Investimento em bens de capitais
- Investimento em companhias
- Aumento de participação em subsidiárias ou em companhias em que é acionista
- Programas de recompra de ações
- Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio

A Companhia acredita que os fluxos de caixa das atividades operacionais, de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo, junto com os instrumentos financeiros derivativos e acesso a linhas de crédito são suficientes para financiar as despesas de capital, o passivo financeiro e o pagamento de dividendos no futuro.

	Controladora						
	2021						
	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	Menos de 1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos
Contas a pagar e demais contas a pagar ⁽ⁱ⁾	23.729.154	24.861.829	19.552.861	1.208.124	2.249.413	129.029	1.722.402
Empréstimos bancários com garantia	228.917	309.914	70.884	61.561	26.380	50.363	100.726
Empréstimos bancários sem garantia	1.071	84.079	84.079	-	-	-	-
Outros empréstimos sem garantia	130.108	234.595	46.448	48.105	29.095	20.719	90.228
Arrendamentos	1.160.289	1.353.496	350.305	339.203	265.190	160.222	238.576
	25.249.539	26.843.913	20.104.577	1.656.993	2.570.078	360.333	2.151.932

(i) Contempla principalmente os saldos de fornecedores, impostos, taxas e contribuições a recolher, dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar, salários e encargos, opção de venda concedida sobre participação em controlada e outros passivos, exceto com partes relacionadas, os quais têm prazo de pagamento menor que 1 ano.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

	Controladora						
	2020						
	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	Menos de 1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos
Contas a pagar e demais contas a pagar ⁽ⁱ⁾	20.861.019	22.169.347	15.983.948	3.965.629	271.415	233.474	1.714.881
Empréstimos bancários com garantia	1.984.262	1.984.262	1.755.345	54.748	47.934	29.295	96.940
Empréstimos bancários sem garantia	2.283	2.283	1.209	1.074	-	-	-
Debêntures e <i>bonds</i> emitidos	108.548	108.548	108.548	-	-	-	-
Outros empréstimos sem garantia	135.652	135.652	36.702	35.555	20.681	8.631	34.083
Arrendamentos	889.429	889.429	198.781	181.044	140.483	219.963	149.158
	23.981.193	25.289.521	18.084.533	4.238.050	480.513	491.363	1.995.062
	Consolidado						
	2021						
	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	Menos de 1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos
Contas a pagar e demais contas a pagar ⁽ⁱ⁾	38.976.332	40.186.347	34.690.647	1.279.731	2.248.841	327.195	1.639.933
Empréstimos bancários com garantia	247.039	328.023	88.883	61.671	26.380	50.363	100.726
Empréstimos bancários sem garantia	84.070	84.079	84.079	-	-	-	-
Outros empréstimos sem garantia	130.108	234.594	46.448	48.104	29.095	20.719	90.228
Arrendamentos	2.639.307	3.070.913	788.514	756.146	550.688	422.406	553.159
	42.076.856	43.903.956	35.698.571	2.145.652	2.855.004	820.683	2.384.046
	Consolidado						
	2020						
	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	Menos de 1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos
Contas a pagar e demais contas a pagar ⁽ⁱ⁾	32.353.261	33.694.240	27.340.481	4.015.286	272.153	424.502	1.641.818
Empréstimos bancários com garantia	2.179.142	2.360.153	2.038.391	82.611	61.674	51.568	125.909
Empréstimos bancários sem garantia	247.818	271.294	270.208	1.086	-	-	-
Debêntures e <i>bonds</i> emitidos	108.548	124.404	124.404	-	-	-	-
Outros empréstimos sem garantia	135.652	307.674	52.872	42.065	31.236	19.126	162.375
Arrendamentos	2.121.068	2.715.036	532.732	558.307	398.092	566.179	659.726
	37.145.489	39.472.801	30.359.088	4.699.355	763.155	1.061.375	2.589.828

(i) Contempla principalmente os saldos de fornecedores, impostos, taxas e contribuições a recolher, dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar, salários e encargos, opção de venda concedida sobre participação em controlada e outros passivos, exceto com partes relacionadas, os quais têm prazo de pagamento menor que 1 ano.

Risco de valor de ação

Por meio das operações de *equity swap* aprovadas em 13 de maio de 2020 e 9 de dezembro de 2020 pelo Conselho de Administração (ver Nota 1 - *Informações gerais*), a Companhia, ou suas subsidiárias, receberá a variação de preço relacionado às ações de emissão da Companhia ou *american depositary receipts* com lastro nestas ações (“ADRs”) de sua emissão negociadas em bolsa, neutralizando os efeitos da

oscilação das cotações das ações tendo em vista a remuneração baseada em ações da Companhia. Como esses instrumentos derivativos não se caracterizam como *hedge accounting* não foram, portanto, designados a qualquer relação de *hedge*.

Em 31 de dezembro de 2021, uma exposição equivalente a R\$1,9 bilhão (R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020) em ações (ou ADRs) da Ambev foi parcialmente protegida, resultando em um ganho no resultado do exercício de R\$78.010 (perda de R\$329.313 no resultado em 31 de dezembro de 2020).

IV. Gerenciamento de Capital

A Companhia está constantemente otimizando sua estrutura de capital visando maximizar o valor do investimento dos acionistas e mantendo a desejada flexibilidade financeira para executar os projetos estratégicos. Além dos requisitos legais mínimos de financiamento de capital próprio que se aplicam às subsidiárias nos diferentes países, a Companhia não está sujeita a quaisquer requerimentos externos de capital. Ao analisar sua estrutura de capital, a Companhia utiliza a mesma relação de dívida e classificações de capital aplicada nas suas demonstrações contábeis.

Instrumentos financeiros

(a) Categoria dos instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros mantidos pela Companhia é efetuada por estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita pela análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, entre outros).

O quadro abaixo demonstra todos os instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, segregados por categoria:

	Controladora		
	2021		
	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultados	Total
<u>Ativos financeiros</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3.797.863	-	3.797.863
Contas a receber e outros ativos excluindo despesas antecipadas	4.087.372	-	4.087.372
Aplicações financeiras	132.150	22.866	155.016
Total	8.017.385	22.866	8.040.251
<u>Passivos financeiros</u>			
Contas a pagar	35.900.432	-	35.900.432
Opção de venda concedida sobre participação em controlada	-	3.284.805	3.284.805
Empréstimos e financiamentos	1.520.385	-	1.520.385
Outros passivos	1.527.745	-	1.527.745
Total	38.948.562	3.284.805	42.233.367

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

	Controladora		
	2020		
	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultados	Total
<u>Ativos financeiros</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	4.547.817	-	4.547.817
Contas a receber e outros ativos excluindo despesas antecipadas	4.836.644	-	4.836.644
Aplicações financeiras	152.446	9.172	161.618
Total	9.536.907	9.172	9.546.079
<u>Passivos financeiros</u>			
Contas a pagar	32.198.177	-	32.198.177
Opção de venda concedida sobre participação em controlada	-	3.489.080	3.489.080
Empréstimos e financiamentos	3.120.174	-	3.120.174
Outros passivos	1.794.331	-	1.794.331
Total	37.112.682	3.489.080	40.601.762
	Consolidado		
	2021		
	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultados	Total
<u>Ativos financeiros</u>			
Caixa e equivalentes de caixa, líquido de conta garantida	16.597.184	-	16.597.184
Contas a receber e outros ativos excluindo despesas antecipadas	7.084.660	-	7.084.660
Aplicações financeiras	192.877	1.914.607	2.107.484
Derivativos usados para <i>hedge</i>	-	598.973	598.973
Total	23.874.721	2.513.580	26.388.301
<u>Passivos financeiros</u>			
Contas a pagar	25.694.967	-	25.694.967
Opção de venda concedida sobre participação em controlada	-	3.291.388	3.291.388
Derivativos usados para <i>hedge</i>	-	492.546	492.546
Empréstimos e financiamentos	3.100.524	-	3.100.524
Outros passivos	2.458.381	-	2.458.381
Total	31.253.872	3.783.934	35.037.806

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

	Consolidado		
	2020		
	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultados	Total
<u>Ativos financeiros</u>			
Caixa e equivalentes de caixa, líquido de conta garantida	17.090.335	-	17.090.335
Contas a receber e outros ativos excluindo despesas antecipadas	6.628.971	-	6.628.971
Aplicações financeiras	213.907	1.700.028	1.913.935
Instrumentos financeiros derivativos	-	142.634	142.634
Derivativos usados para <i>hedge</i>	-	366.702	366.702
Total	23.933.213	2.209.364	26.142.577
<u>Passivos financeiros</u>			
Contas a pagar	19.995.095	-	19.995.095
Opção de venda concedida sobre participação em controlada	-	3.493.780	3.493.780
Derivativos usados para <i>hedge</i>	-	329.788	329.788
Empréstimos e financiamentos	4.792.228	-	4.792.228
Outros passivos	2.581.099	-	2.581.099
Total	27.368.422	3.823.568	31.191.990

(b) Classificação dos instrumentos financeiros por tipo de mensuração do valor justo

O IFRS 13/CPC 46 - *Mensuração do Valor Justo* define valor justo como sendo o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Ainda de acordo com o IFRS 13/CPC 46, os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo devem ser classificados entre as categorias abaixo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 - Informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1; e

Nível 3 - Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

	Controladora							
	2021				2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<u>Ativos Financeiros</u>								
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	-	22.866	-	22.866	-	9.172	-	9.172
	-	22.866	-	22.866	-	9.172	-	9.172
<u>Passivos Financeiros</u>								
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	-	-	3.284.805	3.284.805	-	-	3.489.080	3.489.080
	-	-	3.284.805	3.284.805	-	-	3.489.080	3.489.080

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

	Consolidado							
	2021				2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros								
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	1.914.607	-	-	1.914.607	1.700.028	-	-	1.700.028
Derivativos mensurados ao valor justo por meio de resultado	-	-	-	-	-	142.634	-	142.634
Derivativos - Hedge operacional	159.081	439.892	-	598.973	85.461	281.241	-	366.702
	2.073.688	439.892	-	2.513.580	1.785.489	423.875	-	2.209.364
Passivos Financeiros								
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	-	-	3.291.388	3.291.388	-	-	3.493.780	3.493.780
Derivativos - Hedge operacional	193.386	299.160	-	492.546	102.552	227.236	-	329.788
	193.386	299.160	3.291.388	3.783.934	102.552	227.236	3.493.780	3.823.568

Reconciliação da movimentação da categorização do Nível 3

	Controladora	Consolidado
Saldo do passivo financeiro em 31 de dezembro de 2020	3.489.080	3.493.780
Aquisição de investimento	-	1.883
Total de ganhos e perdas no exercício	(204.275)	(204.275)
Despesa/(receita) reconhecida no resultado do exercício	54.638	54.638
Despesa/(receita) reconhecida no patrimônio líquido	(258.913)	(258.913)
Saldo do passivo financeiro em 31 de dezembro de 2021	3.284.805	3.291.388

(c) Valor justo dos passivos mensurados pelo custo amortizado

Os passivos, empréstimos e financiamentos, e as contas a pagar excluindo impostos a recolher da Companhia estão contabilizados a valor de custo, atualizados monetariamente de acordo com o método de taxa efetiva, acrescidos de variações monetárias e cambiais, conforme índices de fechamento de cada exercício.

Os instrumentos financeiros contabilizados a custo amortizado assemelham-se ao valor justo, não sendo materiais para divulgação.

(d) Valor justo dos passivos mensurados por meio do resultado

Em decorrência da negociação das opções concedidas sobre a participação na empresa Tenedora, assinamos o segundo aditivo do Acordo de Acionistas visando estender a parceria entre a Companhia e a ELJ. A ELJ atualmente é detentora de 15% das ações da Tenedora e sua opção de venda passou a ser dividida em duas tranches: (i) Tranche A, correspondente a 12,11% das ações, exercível em 2022, 2023 e 2024; e (ii) Tranche B, correspondente a 2,89% das ações, exercível a partir de 2026. A Companhia, por sua vez, possui opção de compra das ações Tranche A, exercível a partir de 2021, e das ações Tranche B, exercível a partir de 2029. Em 31 de dezembro de 2021, a soma das duas tranches detidas pela ELJ está valorizada em R\$3.284.805 (R\$3.489.080 em 31 de dezembro de 2020).

O valor justo da (i) Tranche A é calculado levando em consideração os juros determinados em contrato, acrescido da variação cambial, reduzido dos dividendos pagos entre a assinatura do aditivo até o exercício da opção.

O valor justo da (ii) Tranche B é calculado pelo múltiplo de EBITDA definido em contrato, descontado da dívida líquida da operação, trazido ao valor presente utilizando-se de técnicas usuais de modelagem financeira (valor presente do principal e juros futuros, descontados pela taxa WACC em moeda local na data base do cálculo). Os critérios utilizados são baseados em informações de mercado, provenientes de fontes confiáveis e estão categorizadas como “Nível 3”.

Apuração do valor justo de derivativos

A Companhia avalia os instrumentos financeiros derivativos calculando o seu valor presente por meio da utilização das curvas de mercado que impactam o instrumento nas datas de apuração. No caso de *swaps*, tanto a ponta ativa quanto a ponta passiva são estimadas de forma independente e trazidas a valor presente, no qual a diferença do resultado entre as pontas gera o valor de mercado do *swap*. Para os instrumentos financeiros negociados em bolsa, o valor justo é calculado de acordo com os preços divulgados pelas mesmas.

Margens dadas em garantia

Para atender às garantias exigidas pelas bolsas de derivativos e/ou contrapartes contratadas em determinadas operações de instrumentos financeiros derivativos, a Companhia mantinha em 31 de dezembro de 2021 um montante de R\$1.152.769 no Consolidado em aplicações de liquidez imediata ou em espécie, classificado como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (R\$1.023.515 no Consolidado em 31 de dezembro de 2020).

Compensação de ativos e passivos financeiros

Para os ativos e passivos financeiros sujeitos a acordos de liquidação pelo valor líquido ou acordos similares, cada acordo entre a Companhia e a contraparte permite esse tipo de liquidação quando ambas as partes fazem essa opção. Na ausência de tal eleição, os ativos e passivos financeiros serão liquidados pelos seus valores brutos, porém cada parte terá a opção de liquidá-los pelo valor líquido, no caso de inadimplência da parte contrária.

30 GARANTIAS, OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS, ADIANTAMENTO DE CLIENTES E OUTROS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Cauções	644.752	691.170	788.709	799.011
Outros compromissos	-	-	1.718.968	1.629.881
	644.752	691.170	2.507.677	2.428.892
Compromissos contratuais com fornecedores	38.251.941	12.762.707	51.561.982	17.768.463
	38.251.941	12.762.707	51.561.982	17.768.463

Em 31 de dezembro de 2021, as cauções e outros compromissos totalizavam R\$644.752 na Controladora e R\$2.507.677 no Consolidado (R\$691.170 na Controladora e R\$2.428.892 no Consolidado em 31 de dezembro de 2020), incluindo R\$644.752 na Controladora e R\$682.636 no Consolidado (R\$691.170 na Controladora e R\$729.174 no Consolidado em 31 de dezembro de 2020) em garantias em espécie. Os depósitos em dinheiro para garantia são apresentados como parte do saldo de outros ativos. Adicionalmente, para atender às garantias exigidas pelas bolsas de derivativos e/ou contrapartes contratadas em determinadas operações de instrumentos financeiros derivativos, a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2021, um montante de R\$1.152.769 no Consolidado (R\$1.023.515 no Consolidado em 31 de dezembro de 2020) em aplicações de liquidez imediata ou espécie, classificado como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (Nota 29 - *Instrumentos financeiros e riscos*).

A maior parte do saldo de compromissos contratuais refere-se a obrigações com fornecedores de embalagens.

O vencimento dos compromissos contratuais em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 está demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Menos de 1 ano	8.095.813	6.446.679	11.559.858	9.218.216
Entre 1 e 2 anos	7.920.488	2.271.269	9.982.233	2.934.802
Mais de 2 anos	22.235.640	4.044.759	30.019.891	5.615.445
	38.251.941	12.762.707	51.561.982	17.768.463

31 CONTINGÊNCIAS

A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios. Devido a sua natureza, tais processos envolvem incertezas a eles inerentes, incluindo, mas não limitado a decisões das cortes e tribunais, acordos entre as partes envolvidas e ações governamentais e, como consequência disso, a Administração da Companhia não pode, no estágio atual, estimar o tempo exato de resolução desses temas.

Os processos classificados como prováveis estão totalmente provisionados, conforme detalhado na Nota 17 - *Provisões*.

A Companhia e suas subsidiárias tem ações de natureza principalmente tributária, envolvendo riscos de perda, classificados pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
IRPJ e CSLL	50.791.077	50.400.848	54.258.733	53.898.046
ICMS e IPI	22.004.915	21.431.402	23.912.359	23.299.284
PIS e COFINS	2.105.710	1.733.703	2.667.560	2.746.286
Outros	1.223.898	1.123.390	1.606.253	1.603.508
	76.125.600	74.689.343	82.444.905	81.547.124

Principais processos com probabilidade de perda possível

Incerteza sobre tratamento de IRPJ e CSLL

Ágio Inbev Holding

Em dezembro de 2011, a Companhia recebeu uma autuação da Receita Federal do Brasil referente, principalmente, à glosa de despesas de amortização do ágio decorrente da incorporação da InBev Holding Brasil S.A.. Na esfera administrativa, foram proferidas decisões parcialmente favoráveis. Em face dessas decisões, a Companhia ingressou com medidas judiciais para discussão da matéria em que ficou vencida, com pedidos de liminar deferidos em favor da Companhia para suspender a exigibilidade da cobrança.

Em junho de 2016, a Ambev recebeu novo Auto de Infração relativo à glosa da amortização da parcela remanescente do referido ágio e apresentou defesa. A Ambev obteve decisão parcialmente favorável na Delegacia Regional de Julgamento (“DRJ”) e no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (“CARF”). Em face dessa decisão, a Companhia e a Fazenda Nacional interpuseram Recursos Especiais para análise do caso pela Câmara Superior do CARF (“CSRF”), os quais aguardam julgamento. O Recurso Especial da Companhia foi parcialmente admitido pela CSRF e, em relação à parcela inadmitida, a Ambev ingressou com medida judicial com pedido de liminar deferido em favor da Companhia para suspender a exigibilidade da cobrança.

O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, vide Nota Explicativa 3 (q) – *Sumário das principais políticas contábeis*, já autuado, é de aproximadamente R\$10,4 bilhões em 31 de dezembro de 2021 (R\$10,2 bilhões em 31 de dezembro de 2020) e, em virtude de sua classificação de perda, não houve provisão no período. Na eventualidade de a Companhia ser requerida a pagar este montante, a Anheuser-Busch InBev SA/NV reembolsará o valor proporcional (70%) ao seu benefício decorrente da amortização do ágio referido, bem como dos respectivos custos.

Ágio BAH

Em outubro de 2013, a Ambev recebeu um Auto de Infração relacionado ao ágio amortizado referente a incorporação da Beverage Associates Holding Limited (“BAH”) na Ambev. A decisão de primeira instância administrativa manteve a autuação. A Companhia apresentou Recurso Voluntário, o qual foi julgado parcialmente favorável à Companhia. A Companhia e a Fazenda Nacional interpuseram Recursos Especiais para análise do caso pela CSRF, os quais aguardam julgamento.

Em abril e agosto de 2018, a Ambev recebeu dois novos Autos de Infração relativos à glosa da amortização da parcela remanescente do referido ágio e apresentou defesas. Em abril de 2019, a DRJ proferiu decisões desfavoráveis em ambos os casos e a Companhia interpôs Recursos Voluntários para análise perante o CARF. Em novembro e dezembro de 2019, o CARF proferiu decisões parcialmente favoráveis e a Companhia interpôs Recursos Especiais para análise do caso pela CSRF. Um dos Recursos Especiais interposto aguarda análise de admissibilidade e o outro foi admitido e aguarda julgamento.

O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, vide Nota Explicativa 3 (q) – *Sumário das principais políticas contábeis*, já autuado, é de aproximadamente R\$2,3 bilhões em 31 de dezembro de 2021 (R\$2,3 bilhões em 31 de dezembro de 2020). Em virtude de sua classificação de perda, não houve provisão no período.

Ágio CND Holdings

Em novembro de 2017, a Ambev recebeu um Auto de Infração relacionado ao ágio amortizado nos anos-calendário de 2012 a 2016 referente à incorporação da CND Holdings na Ambev. A decisão de primeira instância administrativa manteve a autuação. A Ambev interpôs Recurso Voluntário para análise do caso pelo CARF. Em fevereiro de 2020, o Recurso Voluntário foi julgado parcialmente favorável. A Companhia e Fazenda Nacional interpuseram Recursos Especiais. O Recurso Especial apresentado pela Companhia foi parcialmente admitido e aguarda julgamento.

O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, vide Nota Explicativa 3 (q) – *Sumário das principais políticas contábeis*, já autuado, é de aproximadamente R\$0,9 bilhão em 31 de dezembro de 2021 (R\$1,0 bilhão em 31 de dezembro de 2020). Em virtude de sua classificação de perda, não houve provisão realizada no período.

Lucros auferidos no exterior

Desde o ano de 2005 a Companhia e algumas de suas subsidiárias têm recebido autuações por parte da Receita Federal do Brasil com relação à tributação de lucros

auferidos por subsidiárias domiciliadas no exterior. Por reputar que tais cobranças são ilegítimas, a Companhia está questionando essas autuações nos tribunais administrativos e judiciais.

Os processos em trâmite na esfera administrativa possuem decisões parcialmente favoráveis, ainda sujeitas a reexame pelo tribunal administrativo. Por sua vez, nos processos em trâmite na esfera judicial, a Companhia possui decisão liminar favorável, para o fim de suspender a exigibilidade do crédito tributário, e sentenças de procedência, sujeitas a reexame pela instância superior.

O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, vide Nota Explicativa 3 (q) – *Sumário das principais políticas contábeis*, já autuado, é de aproximadamente R\$7,5 bilhões em 31 de dezembro de 2021 (R\$7,3 bilhões em 31 de dezembro de 2020), e, em virtude de sua classificação de perda, não houve provisão no período, com exceção de R\$54,1 milhões (R\$53 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Glosa de despesas financeiras e perdas em investimentos

Em 2015, 2016 e 2020, a Companhia recebeu Autos de Infração da Receita Federal do Brasil referente a glosa de despesas relacionadas aos resultados dos instrumentos financeiros de proteção utilizados contra riscos inerentes às oscilações de preço ou de taxa, bem como empréstimos relacionados com as atividades operacionais da Companhia. A Companhia apresentou defesas e, em novembro de 2019, a Ambev recebeu decisão favorável perante a primeira instância administrativa relativamente ao caso de 2016, a qual deverá ser submetida a reexame perante o CARF. Em junho de 2021, a Ambev obteve decisão parcialmente favorável para o caso de 2020 perante a primeira instância administrativa, a qual deverá ser submetida a reexame perante o CARF. Com relação à parcela desfavorável da decisão, a Companhia apresentou Recurso Voluntário, o qual aguarda julgamento. O caso de 2015 ainda aguarda julgamento pela primeira instância administrativa.

O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, vide Nota Explicativa 3 (q) – *Sumário das principais políticas contábeis*, já autuado, é de aproximadamente R\$5 bilhões em 31 de dezembro de 2021 (R\$5 bilhões em 31 de dezembro de 2020). Em virtude de sua classificação, não houve provisão realizada no período.

Glosa de créditos de impostos pagos no exterior

Desde 2014 a Companhia vem recebendo autuações, relativas aos anos-calendário de 2007 em diante, que glosam a utilização de créditos de imposto de renda pago no exterior por suas empresas controladas. Por reputar que tais cobranças são ilegítimas, a Companhia está questionando essas autuações nos tribunais administrativos e judiciais.

Em novembro de 2019, foi proferida decisão favorável definitiva pelo CARF cancelando a autuação com relação a um dos casos, que abarca o ano-calendário de 2010.

Para os casos envolvendo os anos-calendário de 2015 e 2016, em janeiro de 2020, o CARF proferiu decisões desfavoráveis, em face dos quais a Companhia interpôs Recursos Especiais a CSRF, os quais aguardam julgamento. Ainda com relação às referidas competências (2015 e 2016), foram lavrados novos autos de infração exigindo multa isolada devido à suposta ausência de pagamento mensal do IRPJ e CSLL em razão da dedução de imposto de renda pago por controladas no exterior. Em 2021, a Companhia obteve decisões desfavoráveis em primeira instância administrativa em dois desses autos de infração, em face das quais foram apresentados Recurso Voluntários ao CARF, que aguardam julgamento. Há um terceiro auto de infração envolvendo a cobrança da referida multa isolada que aguarda julgamento em primeira instância administrativa.

Em relação aos demais processos que discutem referido tema, a Companhia aguarda decisões nas esferas administrativa e judicial.

O valor autuado atualizado é de aproximadamente R\$11,3 bilhões em 31 de dezembro de 2021 (R\$11,7 bilhões em 31 de dezembro de 2020) e, em virtude de sua classificação de perda, não houve provisão no período.

O referido tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, vide Nota Explicativa 3 (q) – *Sumário das principais políticas contábeis*, quanto aos créditos de imposto de renda pago no exterior continuou a ser aplicado pela Companhia e impactou anos-calendário subsequentes aos autuados (2018-2021). Caso ocorram novos questionamentos no futuro, nas mesmas bases e com os mesmos fundamentos dos autos de infração referidos, a Companhia estima que o desdobramento dessas eventuais novas discussões seja consistente com o período já autuado.

Lucro Presumido

Em abril de 2016, a Arosuco (subsidiária da Ambev) recebeu autuação relacionada à utilização de Lucro Presumido para o cálculo do IRPJ e da CSLL em detrimento do método de Lucro Real. Em setembro de 2017, a Arosuco foi intimada da decisão desfavorável em primeira instância administrativa e apresentou Recurso Voluntário. Em 2019, foi proferida decisão favorável definitiva à Companhia pelo CARF, cancelando a autuação.

Em março de 2019, a Arosuco recebeu novo auto de infração da mesma matéria e apresentou Impugnação. Em outubro de 2019, a primeira instância administrativa proferiu decisão desfavorável e a Arosuco interpôs recurso voluntário para o CARF, o qual aguarda julgamento.

A Arosuco estima que o valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, vide Nota Explicativa 3 (q) – *Sumário das principais políticas contábeis*, já atuado, é de aproximadamente R\$534,5 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R\$519,0 milhões em 31 de dezembro de 2020). Em virtude de sua classificação de perda, não houve provisão realizada no período.

Lucro da Exploração

Em janeiro de 2020, a Arosuco (subsidiária da Ambev) recebeu autuação da Secretaria da Receita Federal do Brasil, relativa aos anos-calendário de 2015 a 2018, glosando o benefício de redução do Imposto de Renda previsto na Medida Provisória nº 2199-14/2001, com base no Lucro da Exploração, e apresentou impugnação administrativa. Em outubro de 2020, a Arosuco foi intimada da decisão desfavorável em primeira instância administrativa e apresentou Recurso Voluntário, que aguarda julgamento.

O valor atuado atualizado é de aproximadamente R\$2,1 bilhões em 31 de dezembro de 2021 (R\$2,0 bilhões em 31 de dezembro de 2020). Em virtude da avaliação das chances de perda, não houve provisão realizada no período.

O referido tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, vide Nota Explicativa 3 (q) – *Sumário das principais políticas contábeis*, impactou anos-calendário subsequentes aos atuados (2019 a 2021), em que a Arosuco igualmente se beneficiou da redução do Imposto de Renda prevista na referida MP 2199-14/2001. Caso ocorram novos questionamentos no futuro sobre a mesma matéria, nas mesmas bases e com os mesmos fundamentos dos autos de infração referidos, a Companhia estima que o desdobramento dessas eventuais novas discussões seja consistente com o período já atuado.

Dedutibilidade de despesa do JCP

Durante o exercício de 2013, conforme aprovado em Assembleia, a Companhia implementou uma reestruturação societária com objetivo de simplificar sua estrutura e unificar suas classes de ações, dentre outros. Um dos passos desta reestruturação envolveu a troca de ações e subsequente incorporação das ações de sua controlada Companhia de Bebidas das Américas na Ambev S.A. Como uma das consequências desta operação, a Ambev S.A. reconheceu em seus registros contábeis a contrapartida da diferença entre o valor de suas ações emitidas para referida troca e o valor patrimonial das ações da controlada no patrimônio líquido, nos termos do IFRS 10/CPC 36 e ICPC09, na rubrica *ajustes de avaliação patrimonial*.

Em novembro de 2019, a Ambev recebeu autuação da Receita Federal referente à dedução dos Juros sobre Capital Próprio (“JCP”) relativa ao ano-calendário de 2014. Os questionamentos referem-se, primordialmente, aos efeitos contábeis e societários da reestruturação societária efetuada pela Companhia no ano de 2013, e seus

impactos no incremento do cálculo do limite da dedutibilidade do JCP. Em agosto de 2020, foi proferida uma decisão parcialmente favorável à Companhia pela primeira instância administrativa e, em face dessa decisão, a Ambev interpôs Recurso Voluntário para análise do caso pelo CARF, o qual aguarda julgamento. A parcela favorável da decisão de primeira instância administrativa deverá ser submetida a reexame perante o CARF.

Em dezembro de 2020, a Companhia recebeu um novo auto de infração relacionado à dedução das despesas de JCP para os anos-calendários de 2015 e 2016. A Companhia apresentou defesa contra esse novo auto em janeiro de 2021. Em junho de 2021, a Ambev obteve decisão parcialmente favorável em primeira instância administrativa e apresentou Recurso Voluntário ao CARF, o qual também aguarda julgamento. Assim como no primeiro auto de infração, parcela favorável da decisão de primeira instância administrativa deverá ser submetida a reexame perante o CARF.

O valor atuado atualizado referente aos autos de infração já lavrados é de aproximadamente R\$10,5 bilhões em 31 de dezembro de 2021 (R\$10,2 bilhões em 31 de dezembro de 2020). Em virtude da avaliação das chances de perda, não houve provisão realizada no período.

Este tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, vide Nota Explicativa 3 (q) – *Sumário das principais políticas contábeis*, continuou a ser aplicado pela Ambev e impactou os anos-calendário subsequentes aos atuados (2017 a 2021), em que a Companhia igualmente distribuiu JCP e os deduziu da base tributável do seu Imposto de Renda. Dessa maneira, caso a dedutibilidade dos JCP também venha a ser questionada no futuro, nas mesmas bases e com os mesmos fundamentos dos autos de infração referidos, a Companhia estima que o desdobramento dessas eventuais novas discussões seja consistente com o período já atuado.

PIS e COFINS

PIS/COFINS sobre bonificações

Desde 2015, a Ambev vem sendo atuada pela Receita Federal do Brasil para cobrança de valores supostamente devidos a título de PIS e COFINS sobre bonificações concedidas a seus clientes. Por reputar que tal cobrança é ilegítima, a Companhia está questionando essas autuações nos tribunais administrativos e judiciais. Em 2019 e 2020 foram proferidas decisões favoráveis à Companhia na esfera administrativa, sendo que parte dessas decisões ainda estão sujeitas a reexame. Há apenas um caso na esfera judicial que aguarda julgamento da apelação interposta pela Companhia após decisão desfavorável de primeira instância judicial.

A Ambev estima que o valor envolvido nos processos em 31 de dezembro de 2021 seja de aproximadamente R\$1,8 bilhão (R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020), classificados como perda possível.

ICMS e IPI

ICMS Guerra Fiscal

Ao longo dos anos, a Companhia, e suas subsidiárias receberam autos de infração lavrados pelos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, entre outros, relacionados com a legalidade da tomada de créditos de ICMS em operações contempladas com incentivos fiscais concedidos por outros Estados da Federação. A Companhia está questionando essas autuações nos tribunais administrativos e judiciais.

Em agosto de 2020 o STF julgou, pela sistemática de repercussão geral, o RE 628.075 em que foi reconhecida a constitucionalidade da glosa unilateral, pelos Estados de destino, dos créditos de ICMS oriundos de incentivos fiscais concedidos por outros Estados da Federação. A decisão também reconheceu que eventual cobrança destes créditos deve preservar os efeitos da convalidação dos incentivos fiscais conforme disposto na Lei Complementar nº 160/2017. Essa decisão não altera a probabilidade de perda dos casos em curso envolvendo a Companhia e suas subsidiárias.

A Ambev estima que o valor atualizado envolvido nos processos, em 31 de dezembro de 2021, é de aproximadamente R\$2,0 bilhões (R\$2,0 bilhões em 31 de dezembro de 2020), classificados como de perda possível.

ICMS - ST Gatilho

A Companhia e suas subsidiárias, ao longo dos anos, receberam autos de infração para cobrança de supostas diferenças de ICMS que alguns Estados entendem devidas, no regime de substituição tributária, nas hipóteses em que o preço de venda dos produtos atinge valores próximos ou superiores aos parâmetros estabelecidos nas pautas fiscais publicadas pelos Estados, casos em que as autoridades fiscais estaduais entendem que a base de cálculo deve ser baseada no preço da operação acrescido de uma margem de valor agregado e não no valor da pauta. Por reputar que tal cobrança é ilegítima, as empresas estão questionando essas autuações nos tribunais administrativos e judiciais. A Companhia estima que o valor total atualizado de risco possível envolvido nos processos desta matéria, em 31 de dezembro de 2021, é de aproximadamente R\$8,4 bilhões (R\$8,6 bilhões em 31 de dezembro de 2020) e, em virtude de sua classificação de perda, não foram feitas provisões no período.

ICMS - PRODEPE

Em 2015, a Ambev recebeu Autos de Infração lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco para cobrança de diferenças de ICMS pelo suposto descumprimento das regras do Programa de Desenvolvimento de Pernambuco - "PRODEPE" por conta da retificação de suas obrigações acessórias. Em 2017, a Companhia obteve uma decisão final favorável reconhecendo a nulidade de um dos Autos de Infração por conta de erros formais. Entretanto, em setembro de 2018, a Ambev

recebeu um novo Auto de Infração para discutir a mesma matéria. Nesse novo caso, em junho de 2020 foi proferida decisão de primeira instância parcialmente favorável à Companhia, reconhecendo erros do auditor fiscal no cálculo do incentivo. A parcela favorável da decisão é definitiva e, para a parcela desfavorável, a Companhia apresentou recurso, que aguarda julgamento. Além disso, existem outros autos de infração relacionados ao PRODEPE, sendo que, alguns deles, já estão sendo discutidos no âmbito judicial.

A Ambev estima que o valor atualizado envolvido nestes processos, em 31 de dezembro de 2021, seja de aproximadamente R\$596,3 milhões (R\$615,1 milhões em 31 de dezembro de 2020), classificados como perda possível.

Zona Franca de Manaus - IPI e PIS/COFINS

Os produtos fabricados na Zona Franca de Manaus para remessa a outros lugares no Brasil são isentos e/ou sujeitos à alíquota zero de IPI e PIS/COFINS. Com relação ao IPI, as unidades da Ambev registraram crédito presumido de IPI nas aquisições de insumos isentos fabricados na Zona Franca de Manaus. Desde 2009, a Ambev tem recebido Autos de Infração glosando estes créditos.

Além disso, ao longo dos anos, recebeu cobranças da Receita Federal do Brasil (i) exigindo tributos federais considerados indevidamente compensados com os créditos de IPI relacionados aos casos em discussão, e (ii) PIS/COFINS com relação às remessas da Arosuco (subsidiária da Companhia).

Em abril de 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 592.891/SP, com efeitos vinculantes, autorizando os contribuintes a registrarem créditos presumidos de IPI sobre aquisições de matérias-primas e insumos isentos oriundos da Zona Franca de Manaus. Por conta disso, a Companhia reclassificou parte dos valores relacionados aos processos de IPI para perda remota, mantendo como perda possível apenas os valores relacionados com outras discussões adicionais que não foram objeto de análise pelo STF.

As empresas estão discutindo a matéria nos tribunais administrativos e judiciais. A Companhia estima que o valor atualizado envolvido nestes processos, em 31 de dezembro de 2021, é de aproximadamente R\$4,9 bilhões (R\$4,8 bilhões em 31 de dezembro de 2020), classificados como perda possível.

IPI Suspensão

No decorrer dos anos de 2014 e 2015, a Ambev recebeu Autos de Infração lavrados pela Receita Federal do Brasil para cobrança do IPI supostamente devido na remessa de produtos acabados entre unidades da Companhia. A Companhia está discutindo a matéria nos tribunais administrativos e judiciais. Em 2020, a Ambev obteve decisão final parcialmente favorável na esfera administrativa em um dos processos em curso. Na esfera judicial, os casos ainda estão em estágio inicial.

A Ambev estima que o valor atualizado envolvido nestes processos, em 31 de dezembro de 2021, é de aproximadamente R\$1,6 bilhão (R\$1,6 bilhão em 31 de dezembro de 2020), classificados como perda possível.

ICMS - AM

Em 2016 a Arosuco (subsidiária da Ambev) recebeu autos de infração lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas para cobrança de supostas diferenças de ICMS em virtude de questionamentos acerca da base de cálculo aplicada nas operações de venda pela Ambev às suas subsidiárias. A Arosuco está discutindo a matéria no tribunal administrativo do Estado. Após decisão de primeira instância desfavorável à Arosuco, foram apresentados recursos, que aguardam julgamento. A Arosuco estima que o valor atualizado envolvido nestes processos, em 31 de dezembro de 2021, é de aproximadamente R\$521,3 milhões (R\$509,8 milhões em 31 de dezembro de 2020), classificados como perda possível.

ICMS – ZFM

Em 2018 e 2021, a Ambev recebeu autos de infração lavrados pelas Secretarias de Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul e São Paulo para cobrança de supostas diferenças de ICMS decorrente da glosa de crédito oriundo de operações realizadas com fornecedores localizados na Zona Franca de Manaus. A Companhia está discutindo a matéria nos tribunais administrativos dos Estados. A Companhia estima que o valor atualizado envolvido nestes processos, em 31 de dezembro de 2021, é de aproximadamente R\$663,3 milhões (R\$66,7 milhões em 31 de dezembro de 2020), classificados como perda possível.

ICMS – FAIN

Nos últimos anos, a Ambev recebeu Autos de Infração lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado da Paraíba para cobrança de ICMS relacionada ao Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba – “FAIN”. As autuações decorrem de controvérsia acerca da transferência do incentivo fiscal da sucedida Companhia de Bebidas das Américas à sua sucessora Ambev S.A., bem como de questões metodológicas acerca do cálculo do benefício. A Companhia está questionando essas autuações nos tribunais administrativos e judiciais.

A Ambev estima que o valor atualizado envolvido nestes processos, em 31 de dezembro de 2021, seja de aproximadamente R\$540,5 milhões (R\$523 milhões em 31 de dezembro de 2020), classificados como perda possível.

Contingências ativas

Em 2017, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) decidiu, no julgamento do RE 574.706/PR, com repercussão geral reconhecida, pela inconstitucionalidade da inclusão do ICMS nas bases de cálculo do PIS e da COFINS. Referida decisão foi ratificada pelo STF em maio de 2021 no julgamento dos embargos de declaração apresentados pela Fazenda Nacional, oportunidade em que a Corte confirmou que o ICMS a ser excluído das bases de cálculo do PIS e da COFINS é aquele destacado em Nota Fiscal e modulou a decisão para produção de efeitos do julgado tão somente após 15 março de 2017 (data do julgamento do RE 574.706/PR), ressalvados os contribuintes que possuíam ações judiciais e administrativas protocoladas até esta data (que é o caso da Companhia e suas controladas).

A Companhia e suas controladas possuem diversas ações judiciais discutindo o tema, algumas com decisões favoráveis já transitadas em julgado. Em virtude de o regime tributário federal aplicável ao setor de bebidas ter sofrido mudanças ao longo do tempo, a Companhia e suas controladas possuem ações judiciais que se referem a três períodos distintos, a saber: (i) 1990 a 2009, (ii) 2009 a 2015 (quando estava em vigor o chamado “REFRI” – Regime Especial de Bebidas Frias, de acordo com o artigo 58-J da Lei nº 10.833, de 2003) e (iii) de 2015 até o presente momento (também conhecido como “Novo Modelo de Tributação”).

Em 2018, 2019, 2020 e 2021, a Companhia e suas controladas reconheceram, em conformidade com o IAS 37/CPC 25, créditos tributários a recuperar no valor de R\$7,3 bilhões, dos quais: (i) R\$0,5 bilhão se refere ao período de 1990 a 2009 e R\$2,4 bilhões se referem ao Novo Modelo de Tributação, sendo R\$1,7 bilhão referente ao período de 05/2015 a 02/2017 e R\$0,7 bilhão referente ao período de 03/2017 a 12/2018, até a implementação do provimento jurisdicional que autorizou a exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS diretamente em suas operações correntes, e cujo direito de recuperação é resguardado após a definição da modulação de efeitos pelo STF no contexto do julgamento do RE 574.706/PR e (ii) R\$4,4 bilhões se referem aos períodos de 2009 a 2015, período em que vigente o regime REFRI. Parte destes valores já foi objeto de compensação, conforme o trânsito em julgado das respectivas medidas judiciais e os trâmites administrativos necessários. Os valores ainda não compensados permanecem no ativo (vide Nota 9 – *Impostos a Recuperar*).

O reconhecimento contábil dos valores retro mencionados ocorreu tendo em vista (i) a realização do ganho ser praticamente certa de acordo com a decisão proferida pelo STF no RE 574.706/PR e as circunstâncias específicas de cada caso concreto e (ii) o valor poder ser estimado com razoável segurança, mediante o levantamento dos

respectivos documentos e quantificação do indébito. No caso do crédito tributário relativo ao período em que vigente o regime “REFRI”, o valor pôde ser estimado com razoável segurança após a realização de um conjunto de análises (com a assessoria de consultores externos), que permitiram: (i) mensurar o ICMS total contido nos preços de venda a varejo que foram pesquisados pelo Governo Federal à época e que impactaram os preços de referência utilizados como base de cálculo do PIS e da COFINS; e (ii) calcular a exclusão desse ICMS total das bases de cálculo do PIS e da COFINS nas operações praticadas pela Companhia e suas controladas.

Em adição, com relação às operações após a implementação das decisões judiciais individuais autorizando a exclusão do ICMS das bases do PIS e da COFINS, a Companhia e suas controladas tiveram um impacto positivo de R\$3,7 bilhões, líquidos dos valores mencionados acima, que representaram uma redução na despesa de PIS e COFINS.

Para questões adicionais referentes aos períodos do Novo Modelo de Tributação, a Companhia estima que o ativo contingente corresponda a aproximadamente R\$0,2 bilhão, o qual será reconhecido na medida em que a realização do ganho for praticamente certa diante das circunstâncias específicas pertinentes ao caso concreto e mediante a confirmação da estimativa dos valores com razoável segurança.

32 ITENS QUE NÃO AFETAM O CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Valor justo de opção concedida	77.035	238.386	77.035	238.386
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	-	-	59.067	232.545
Aquisição de investimento a pagar	-	-	-	21.096
Provisão de tributos	-	-	-	108.872

33 PARTES RELACIONADAS

Políticas e práticas quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Companhia adota práticas de governança corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação que lhe é aplicável.

Nos termos do estatuto social da Companhia, compete ao Conselho de Administração a aprovação de quaisquer negócios ou contratos entre a Companhia e/ou qualquer de suas controladas (exceto aquelas integralmente controladas), administradores e/ou acionistas (incluindo os sócios, diretos ou indiretos, dos acionistas da Companhia). Ao Comitê de Partes Relacionadas e Condutas Concorrenciais da Companhia cabe assessorar o Conselho de Administração da Companhia em assuntos relativos a tais transações com partes relacionadas.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

É vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante, ainda que em tese, com o da Companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria a sua não participação na deliberação.

É regra da Companhia que as transações com partes relacionadas sigam condições razoáveis e comutativas, em linha com as que prevalecem no mercado ou em que a Companhia contrataria com terceiros, estejam claramente refletidas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e sejam formalizadas em contratos escritos.

Transações com membros da Administração

Além dos benefícios de curto prazo, os administradores são elegíveis ao Plano de Opções de Compra de Ações e ao Plano de Remuneração Baseado em Ações, conforme mencionado na Nota 28 - *Pagamento baseado em ações*.

O total das despesas com Administradores da Companhia está demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Benefícios de curto prazo ⁽ⁱ⁾	68.324	25.961
Pagamento baseado em ações ⁽ⁱⁱ⁾	65.250	42.655
Total da remuneração do pessoal-chave da Administração	133.574	68.616

(i) Corresponde substancialmente a honorários de Administradores e participação no resultado (incluindo bônus por desempenho).

(ii) Corresponde ao custo das opções, ações diferidas e ações restritas concedidas aos Administradores. Nos valores acima não consta a remuneração do Conselho Fiscal.

Exceto pela remuneração descrita acima e pelos programas de opções de compra de ações e de remuneração baseado em ações (Nota 28 - *Pagamento baseado em ações*), a Companhia não possui nenhum tipo de transação com os administradores, tampouco saldos pendentes a receber ou a pagar em seu balanço patrimonial.

Transações com os acionistas da Companhia

a) Assistência médica, odontológica e outros benefícios

A Fundação Zerrenner é uma das acionistas da Ambev, com 10,2% de seu capital social total. A Fundação Zerrenner é também uma entidade legalmente independente, cujo principal objetivo é proporcionar aos funcionários ativos e certos inativos, da Ambev, no Brasil, assistência médica e odontológica, auxílio em cursos de formação técnica e superior e instalações para assistência e auxílio a idosos, por meio de iniciativas diretas ou acordos de assistência financeira com outras entidades. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as responsabilidades atuariais

relativas aos benefícios proporcionados diretamente pela Fundação Zerrener eram integralmente cobertas pelos ativos da Fundação Zerrener mantidos para tal fim, os quais excedem em montante significativo o valor dos passivos atuariais em tais datas.

A Ambev reconhece os ativos (despesas antecipadas) desse plano na extensão do valor do benefício econômico disponível para a Companhia, proveniente de reembolsos ou reduções de contribuições futuras.

As despesas incorridas pela Fundação Zerrener com terceiros, no Brasil, para fornecer os benefícios acima mencionados aos funcionários da Companhia totalizaram R\$279.381 (R\$237.860 em 31 de dezembro de 2020), sendo R\$247.202 e R\$32.179 relacionados aos funcionários ativos e inativos respectivamente (R\$209.822 e R\$28.038 em 31 de dezembro de 2020 relacionados aos funcionários ativos e inativos respectivamente).

b) Arrendamento de ativos

A Companhia possui um contrato de arrendamento de ativos com a Fundação Zerrener, no valor total de R\$23.964, com vigência de quatro anos e pagamentos mensais, até 31 de dezembro de 2022.

c) Aluguel do imóvel da Administração Central da Companhia

A Companhia possui contrato de locação de dois conjuntos comerciais com a Fundação Zerrener, no valor total de R\$5.277, com vigência de cinco anos e pagamentos mensais, até 31 de janeiro de 2025.

d) Licenciamentos

A Companhia mantém contratos de licenciamento com a Anheuser-Busch Inc., para produzir, engarrafar, vender e distribuir os produtos Budweiser no Brasil, no Canadá e na Argentina, e acordos de venda e distribuição de produtos Budweiser na Guatemala, na República Dominicana, no Paraguai, em El Salvador, na Nicarágua, no Uruguai, no Chile, no Panamá, na Costa Rica e em Porto Rico. Além disso, a Companhia produz e distribui produtos Stella Artois sob licença da AB InBev no Brasil e no Canadá e, por meio de licença concedida à AB InBev, esta distribui produtos Brahma nos Estados Unidos e em diversos países, tais como Reino Unido, Espanha, Suécia, Finlândia e Grécia. Neste contexto, a Companhia registrou R\$17.009 (R\$2.067 em 31 de dezembro de 2020) e R\$818.979 (R\$643.960 em 31 de dezembro de 2020) como receita e despesa de licenciamento nas informações consolidadas, respectivamente.

A Companhia possui também contrato de licenciamento com o Grupo Modelo, uma subsidiária da AB InBev, para importar, promover e revender produtos *Corona* (*Corona Extra*, *Corona Light*, *Coronita*, *Pacífico* e *Modelo*) em países da América Latina e no Canadá.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

Transações com partes relacionadas

Circulante	Controladora			
	2021			
	Contas a receber (i)	Contas a pagar (i)	Empréstimos/ Mútuo a receber	Empréstimos/ Mútuo a pagar
AB USA	1.851	(10.731)	-	-
Ambev Luxemburgo	33	(1.291)	-	-
Arosuco	175.449	(1.076.233)	-	-
Cervejaria ZX	12.487	(8.676)	356	-
CMQ	127.232	(65.759)	-	-
CRBS	1.102.313	(158.573)	-	-
Cympay	-	(65.446)	-	-
Incrível	3.828	(4.390)	14	-
Labatt Brewing	82	(14)	-	(133.160)
Maltería Pampa	3.419	(31.679)	-	-
Outras	176.000	(131.623)	15.126	(19.693)
	1.602.694	(1.554.415)	15.496	(152.853)

(i) O saldo contempla as operações comerciais (compra e venda) e reembolso de despesas entre as empresas do grupo.

Circulante	Controladora				
	2020				
	Contas a receber (i)	Contas a pagar (i)	Empréstimos/ Mútuo a receber	Empréstimos/ Mútuo a pagar	Dividendos a pagar e Juros sobre o capital próprio
AB USA	1.538	(7.966)	-	-	-
Ambev Luxemburgo	20	-	-	(898.526)	-
Arosuco	145.037	(752.712)	-	-	-
Cervejaria ZX	10.362	(10.895)	356	-	-
CRBS	1.459.735	(97.254)	-	-	-
Cympay	-	(44.989)	-	-	-
Labatt Brewing	2.035	-	-	(124.203)	-
Maltería Pampa	2.369	(53.626)	-	-	-
Maltería Uruguay	-	(4.949)	-	-	-
Monthiers	-	(9.696)	-	(4.838)	-
Outras	175.397	(78.356)	14	-	(746.207)
	1.796.493	(1.060.443)	370	(1.027.567)	(746.207)

(i) O saldo contempla as operações comerciais (compra e venda) e reembolso de despesas entre as empresas do grupo.

Não circulante	Controladora			
	2021		2020	
	Mútuo a receber	Contas a pagar	Mútuo a receber	Contas a pagar
Arosuco	-	(2.214.307)	-	(2.214.307)
Labatt Brewing	-	(18.659.362)	-	(17.332.564)
Monthiers	-	(465)	-	(13.493)
Incrível	11.000	-	11.000	-
Cervejaria ZX	43.322	-	43.322	-
Zé Soluções	2.500	-	-	-
	56.822	(20.874.134)	54.322	(19.560.364)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

Circulante	Consolidado			
	2021			
	Contas a receber (i)	Outras contas a receber (i)	Contas a pagar (i)	Dividendos a receber
AB Africa	5.282	-	-	-
AB InBev	45.423	-	(167.018)	-
AB Package	-	-	(63.117)	-
AB Services	32.698	-	(3.024)	-
AB USA	34.498	11.454	(330.678)	-
Bavaria	3.604	-	(11.046)	-
Cerveceria Modelo	6.133	-	(548.431)	-
Cervecerías Peruanas	3.362	-	(16.594)	-
Inbev	813	26.412	(26.448)	-
Panamá Holding	4.643	-	-	1.512
Outras	16.627	1.093	(43.867)	-
	153.083	38.959	(1.210.223)	1.512

(i) O saldo contempla as operações comerciais (compra e venda) e reembolso de despesas entre as empresas do grupo.

Circulante	Consolidado				
	2020				
	Contas a receber (i)	Outras contas a receber (i)	Contas a pagar (i)	Dividendos a pagar	Dividendos a receber
AB Africa	4.584	-	-	-	-
AB InBev	28.621	-	(84.639)	-	-
AB Package	4	-	(320.999)	-	-
AB Services	11.250	-	(1.743)	-	-
AB USA	36.738	6.176	(250.129)	-	-
Ambrew	-	-	-	(98.709)	-
Bavaria	976	-	(11.303)	-	-
Cerveceria Modelo	5.081	-	(400.033)	-	-
Cervecerías Peruanas	1.394	-	(10.907)	-	-
Inbev	865	79.144	(19.419)	-	-
ITW International	-	-	-	(647.498)	-
Panamá Holding	18.848	-	(13.075)	-	1.632
Outras	10.229	1.079	(44.850)	-	-
	118.590	86.399	(1.157.097)	(746.207)	1.632

(i) O saldo contempla as operações comerciais (compra e venda) e reembolso de despesas entre as empresas do grupo.

Não circulante	Consolidado	
	2021	2020
	Contas a pagar	Contas a pagar
ITW International	(407.916)	(420.495)
	(407.916)	(420.495)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

Os quadros abaixo demonstram as transações com partes relacionadas, as quais foram reconhecidas no resultado:

Empresa	Controladora				
	2021				
	Venda de produtos e outros	Prestação de serviço / reembolso de despesa e outros a receber	Compra de produtos e outros	Prestação de serviço / reembolso de despesa e outros a pagar	Resultado financeiro
AB InBev	717	(4)	(109.902)	(1.384)	674
Ambev	-	-	-	-	(121.053)
Luxemburgo	-	-	-	-	1.583
Arosuco	183.425	226.929	(2.233.156)	-	2.825
Cerveceria Paraguaya	110.724	1	(37.583)	-	5.251
CMQ	42.756	-	(278.931)	-	3.190
CND	-	-	-	-	2.030
CRBS	7.775.595	121.649	(4.242)	-	(555)
Cympay	-	-	(393.823)	-	-
MenupontoCom	9.270	-	-	(509)	-
Labatt Brewing	-	6	-	-	(760.308)
Malteria Pampa	-	(68)	(671.776)	-	1.460
Malteria Uruguay	-	-	(166.145)	-	570
Outras	172.885	11.964	(264.142)	(118)	28.666
	8.295.372	360.477	(4.159.700)	(2.011)	(835.667)

Empresa	Controladora				
	2020				
	Venda de produtos e outros	Prestação de serviço / reembolso de despesa e outros a receber	Compra de produtos e outros	Prestação de serviço / reembolso de despesa e outros a pagar	Resultado financeiro
AB InBev	306	(164)	(82.853)	664	3.254
Ambev	-	-	-	-	(143.963)
Luxemburgo	-	-	-	-	953
Arosuco	104.932	125.567	(1.490.799)	-	6.195
Bucanero	-	-	-	-	3.517
Cerveceria Paraguaya	68.112	(889)	(22.656)	-	11.917
CMQ	39.961	(262)	(211.071)	-	(29.475)
CND	-	5	-	-	272
CRBS	7.546.346	64.786	(2.219)	4	(1.379)
Cympay	-	-	(322.770)	-	-
MenupontoCom	-	-	-	1.028	-
Incrível	80	1.678	(93.107)	-	1.640
Labatt Brewing	-	5	-	-	(812.582)
Malteria Pampa	5.114	-	(470.262)	-	1.480
Malteria Uruguay	-	-	(252.960)	-	(3.434)
Outras	59.108	8.365	(126.996)	(402)	(3.420)
	7.823.959	199.091	(3.075.693)	1.294	(965.025)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

Consolidado					
2021					
Empresa	Venda de produtos e outros	Prestação de serviço / reembolso de despesa e outros a receber	Compra de produtos e outros	Prestação de serviço / reembolso de despesa e outros a pagar	Resultado financeiro
AB InBev	717	-	(180.300)	(10.688)	(16)
AB Package	-	-	(286.740)	-	-
AB Procurement	-	-	-	(16.104)	-
AB USA	32.061	-	(1.209.940)	(3.862)	337
Ambev Peru	3.178	-	-	-	-
Bavaria	30.935	-	(56.967)	(27)	-
Cerveceria Modelo	764	-	(1.708.215)	(10)	-
Cervecerias Peruanas	3.186	-	(32.934)	-	-
GCC India	-	-	(9)	(8.243)	-
Inbev	-	-	(107.905)	(4)	-
ITW International	-	-	-	-	42.207
Outras	11.063	3.641	(142.928)	-	-
	81.904	3.641	(3.725.938)	(38.938)	42.528

Consolidado					
2020					
Empresa	Venda de produtos e outros	Prestação de serviço / reembolso de despesa e outros a receber	Compra de produtos e outros	Prestação de serviço / reembolso de despesa e outros a pagar	Resultado financeiro
AB InBev	306	-	(80.578)	(9.928)	6
AB Package	-	-	(159.152)	-	-
AB Procurement	231	-	(609)	(17.345)	-
AB USA	35.230	-	(977.014)	(3.160)	(1)
Bavaria	26.080	-	(47.973)	-	-
Cerveceria Modelo	(52)	-	(1.269.600)	-	-
Cervecerias Peruanas	13.318	-	(40.319)	-	-
GCC India	-	-	-	(7.256)	-
Inbev	(931)	-	(102.335)	-	-
ITW International	-	-	-	-	10.554
Oriental Brewery	1.947	-	-	-	-
Outras	8.514	175	(83.872)	-	1.473
	84.643	175	(2.761.452)	(37.689)	12.032

Denominações utilizadas nos quadros acima:

AB InBev Procurement GmbH (“AB Procurement”)
 Ambev Luxembourg S.A.R.L. (“Ambev Luxemburgo”)
 Ambrew S.A.R.L. (“Ambrew”)
 Anheuser-Busch Inbev Africa (Pty) Ltd. (“AB Africa”)
 Anheuser-Busch InBev N.V. (“AB InBev”)
 Anheuser-Busch Inbev Services LLC (“AB Services”)
 Anheuser-Busch Inbev USA LLC (“AB USA”)
 Anheuser-Busch Packaging Group Inc. (“AB Package”)
 Arosuco Aromas e Sucos Ltda. (“Arosuco”)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

Bavaria S.A. ("Bavaria")
Cerveceria Bucanero S.A. ("Bucanero")
Cervecería Modelo de Mexico S. de R.L. de C.V. ("Cervecería Modelo")
Cerveceria Nacional S de RL ("Panamá Holding")
Cervecería Nacional Dominicana, S.A. ("CND")
Cerveceria Paraguaya S.A. ("Cervecería Paraguaya")
Cerveceria y Maltería Payssandú S.A. ("Cympay")
Cerveceria y Malteria Quilmes S.A.I.C.A. y G. ("CMQ")
Cervejaria ZX S.A. ("Cervejaria ZX")
Compañia Cervecera Ambev Peru S.A.C. ("Ambev Peru")
CRBS S.A. ("CRBS")
GCC Services India Private Ltd. ("GCC India")
Inbev Belgium N.V. ("Inbev")
Incrível Comércio de Bebidas e Alimentos S.A. ("Incrível")
Interbrew International B.V. ("ITW International")
Labatt Brewing Company Limited ("Labatt Brewing")
Maltería Pampa S.A. ("Maltería Pampa")
Maltería Uruguay S.A. ("Maltería Uruguay")
Menu pontoCom Comércio Eletrônico e Representação S.A ("Menu pontoCom")
Monthiers S.A. ("Monthiers")
Oriental Brewery Co. Ltd. ("Oriental Brewery")
Unión de Cervecerías Peruanas Backus Y Johnston S.A.A. ("Cervecerías Peruanas")
Zé Soluções Tecnologias De Comércio De Bebidas Ltda. ("Zé Soluções")

34 COMPANHIAS DO GRUPO

Abaixo estão listadas as principais companhias e o percentual de participação do grupo:

Argentina

CERVECERIA Y MALTERIA QUILMES SAICA Y G 99,75%
Charcas 5160 - Buenos Aires

Bolívia

CERVECERIA BOLIVIANA NACIONAL S.A. 85,40%
Avenida Montes 400 e Rua Chuquisaca 121 - La Paz

Brasil

AMBEV S.A. Companhia
Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1.017, 3º andar, Itaim Bibi, Consolidadora
São Paulo

AROSUCO AROMAS E SUCOS LTDA. 100,00%
Avenida Buriti, 5.385, Distrito Industrial - Manaus - AM

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

CRBS S.A. Avenida Antartica, 1.891, Fazenda Santa Úrsula - Jaguariúna - SP	100,00%
CERVEJARIA Z.X. S.A. Avenida Antartica, 1.891, Fazenda Santa Úrsula - Jaguariúna - SP	100,00%
Canadá LABATT BREWING COMPANY LTD. 207 Queens Quay West, Suite 299 - M5J 1A7 - Toronto	100,00%
Chile CERVECERIA CHILE S.A. Avenida Presidente Eduardo Frei Montalva, 9.600 - Quilicura - Santiago	100,00%
Espanha JALUA SPAIN, S.L. Juan Vara Terán, 14 - Ilhas Canárias	100,00%
Luxemburgo AMBEV LUXEMBOURG 15 Breedewues - L1259 - Senningerberg	100,00%
Guatemala INDUSTRIAS DEL ATLÁNTICO S.A. KM 122 Ruta al Atlantico - C.P 01012 Teculután, Zacapa	50,00%
Paraguai CERVECERIA PARAGUAYA S.A. Ruta Villeta KM 30 - Ypané	87,36%
República Dominicana CERVECERÍA NACIONAL DOMINICANA, S.A. Autopista 30 de Mayo, Distrito Nacional	85,00%
Uruguai LINTHAL S.A. 25 de Mayo 444, office 401 - Montevideo	100,00%
CERVECERIA Y MALTERIA PAYSANDU S.A. Cesar Cortinas, 2.037 - Montevideo	99,93%
MONTHIERS S.A. Cesar Cortinas, 2.037 - Montevideo	100,00%

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

Panamá

CERVECERÍA NACIONAL S. DE R.L. 100,00%

Avenida Ricardo J. Alfaro, Corregimiento de Betania, Distrito
de Panamá

35 SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.